

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**EDUARDA FONTANA RAMOS**

**O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E AS METRÓPOLES:  
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO  
E CIDADE DO MÉXICO**

**Porto Alegre**

**2020**

**EDUARDA FONTANA RAMOS**

**O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E AS METRÓPOLES:  
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO  
PAULO E CIDADE DO MÉXICO**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues

**Porto Alegre**

**2020**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Ramos, Eduarda Fontana

O desenvolvimento latino-americano e as metrópoles: uma comparação entre as regiões metropolitanas de São Paulo e da Cidade do México / Eduarda Fontana Ramos. -- 2020.

118 f.

Orientador: Fabian Scholze Domingues.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. São Paulo. 2. Cidade do México. 3. Metrópoles. 4. Desenvolvimento. 5. América Latina. I. Domingues, Fabian Scholze, orient. II. Título.

**EDUARDA FONTANA RAMOS**

**O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E AS METRÓPOLES:  
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO  
PAULO E CIDADE DO MÉXICO**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues – Orientador

Departamento de Economia e Relações Internacionais - UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn

Departamento de Economia e Relações Internacionais - UFRGS

---

Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi

Departamento de Sociologia – UFRGS

*Às mudanças.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à oportunidade de estudar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que me proporcionou educação de qualidade ao longo de toda minha graduação, permitindo que eu entrasse em contato com temas pelos quais nem imaginava que iria me interessar. A universidade pública é uma conquista brasileira a ser sempre valorizada.

Ademais, sou muito grata a minha família, que sempre apoiou minhas escolhas de estudo e me deu as condições necessárias para que eu aprendesse mais sobre o mundo que me rodeia. À minha mãe, por me incentivar a ampliar meus sonhos e estar sempre pronta a me ouvir. Ao meu pai, pela confiança em minha capacidade e pelos jantares que me permitiram relaxar um pouco ao longo do ano. À minha irmã, por sempre me surpreender com sua sagacidade e por cuidar da minha saúde mental e física enquanto eu escrevia este trabalho – ainda que eu seja 13 anos mais velha. A meus avós, do Peru e do Brasil, por todo o amor e os bons momentos.

Ao meu orientador de grande parte da graduação, Prof. Fabian Domingues, que sempre me encorajou a aprender conteúdos fora da minha zona de conforto e me apresentou ao tema dessa pesquisa, meu muito obrigada.

Às professoras Júlia e Nicole, da Oficina de Mapas do NEPEMIGRA, por me ensinarem a utilizar o QGIS, sem o qual este trabalho não seria possível.

Por fim, a todas minhas amigas e amigos, da vida toda e dos últimos anos, que me moldaram na pessoa que sou hoje e me acompanharam pelos bons e maus momentos. Estou com saudades. Espero poder ver todos logo.

*A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar (...)*

*Italo Calvino, As cidades invisíveis*

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto o estudo do desenvolvimento nas metrópoles latino-americanas, realizado a partir da análise das duas maiores regiões metropolitanas do subcontinente: São Paulo e Cidade do México. Durante a primeira parte, estabelece-se um panorama histórico das duas metrópoles, com a apresentação de dados sobre o desenvolvimento latino-americano. Em uma segunda parte, define-se o conceito de desenvolvimento multidimensional, utilizado ao longo do trabalho para identificar os principais desafios das duas metrópoles. Por fim, a partir da comparação de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano, o Coeficiente de Gini e o PIB per capita, procura-se descobrir movimentos de convergência e divergência setorial entre as metrópoles. Ainda que a Cidade do México e São Paulo estejam em patamares similares de desenvolvimento, apresentam diferenças significativas de desigualdade de renda e dinamismo econômico.

**Palavras-chave:** São Paulo. Cidade do México. Desenvolvimento. Metrópoles. América Latina.



## RESUMEN

Este trabajo tiene por objeto estudiar el desarrollo de las metrópolis latinoamericanas, basándose en el análisis de las dos mayores zonas metropolitanas del subcontinente: São Paulo y Ciudad de México. En la primera parte se establece un panorama histórico de las dos metrópolis, con la presentación de datos sobre el desarrollo de América Latina. En una segunda parte se define el concepto de desarrollo multidimensional, utilizado a lo largo de la obra para identificar los principales retos de las dos metrópolis. Por último, al comparar indicadores como el Índice de Desarrollo Humano, el coeficiente de Gini y el PIB per cápita, tratamos de descubrir los movimientos de convergencia y divergencia sectorial entre las ciudades. Aunque la Ciudad de México y São Paulo se encuentran en niveles de desarrollo similares, muestran diferencias significativas en cuanto a la desigualdad de ingresos y el dinamismo económico.

**Palabras-clave:** São Paulo. Ciudad de México. Zonas Metropolitanas. Desarrollo. América Latina.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1 - EXPANSÃO DA ÁREA URBANA DA RMSP (1988; 2014)</b> .....	37
<b>FIGURA 2 - EXPANSÃO DA ÁREA URBANA DA ZMVM (1990; 2014)</b> .....	46
<b>FIGURA 3 - MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DO IDH MUNICIPAL NA RMSP (2010)</b> .....	84
<b>FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO IDH MUNICIPAL NA ZMVM (2015)</b> .....	85
<b>FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO PIB PER CAPITA NA RMSP (2016)</b> .....	88
<b>FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO DO PIB PER CAPITA NA ZMVM (2013)</b> .....	89
<b>FIGURA 7 - COEFICIENTE DE GINI (2015) - MUNICÍPIOS ZMVM</b> .....	92
<b>FIGURA 8 - COEFICIENTE DE GINI (2010) – MUNICÍPIOS RMSP</b> .....	93

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA, POR REGIÃO, 1950-2020 (%)</b> .....	17
<b>GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – 1890 A 1950 (EM MILHÕES DE HABITANTES)</b> .....	29
<b>GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – 1950 A 2010 (EM MILHÕES DE HABITANTES)</b> .....	31
<b>GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO MÉXICO – 1950 A 2010 (EM MILHÕES DE HABITANTES)</b> .....	43
<b>GRÁFICO 5 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: BRASIL, MÉXICO, SÃO PAULO E CIDADE DO MÉXICO (1990-2017)</b> .....	83
<b>GRÁFICO 6 - COEFICIENTE DE GINI (1990-2014)</b> .....	90
<b>GRÁFICO 7 - TAXA DE HOMICÍDIOS A CADA 100 MIL HABITANTES: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL (1980-2016)</b> .....	94
<b>GRÁFICO 8 - TAXA DE HOMICÍDIOS A CADA 100 MIL HABITANTES: MÉXICO E CIDADE DO MÉXICO (2000-2018)</b> .....	95

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 - INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS SELECIONADOS DE BRASIL E MÉXICO.....</b>	<b>22</b>
<b>TABELA 2 - RESPOSTAS DE HABITANTES DA RMSP E DA ZMVM À QUESTÃO “EM SUA OPINIÃO, QUAL É O PROBLEMA MAIS IMPORTANTE EM SEU MUNICÍPIO?”.....</b>	<b>60</b>
<b>TABELA 3 - RESPOSTAS DE HABITANTES DA RMSP E DA ZMVM À QUESTÃO “EM SUA OPINIÃO, QUAL É O PROBLEMA MAIS IMPORTANTE EM SEU PAÍS?” .....</b>	<b>60</b>
<b>TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO SETORIAL NO VALOR ADICIONADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E DA CIDADE DO MÉXICO (2019; 2010).....</b>	<b>65</b>
<b>TABELA 5 - ATIVIDADE DOS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS (POR VALOR DE PRODUÇÃO) DA CIDADE DO MÉXICO (2010) .....</b>	<b>70</b>
<b>TABELA 6 - ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO .....</b>	<b>75</b>
<b>TABELA 7 - EXPORTAÇÕES DA CIDADE DO MÉXICO (EM BILHÕES DE DÓLARES).....</b>	<b>76</b>
<b>TABELA 8 - TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA RMSP (1980-2010).....</b>	<b>78</b>
<b>TABELA 9 - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DA ZMVM, 1995-2015 (EM NÚMEROS ABSOLUTOS) .....</b>	<b>79</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 - <i>CLUSTERS</i> DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E CIDADE DO MÉXICO.....</b>	<b>73</b>
---	-----------

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	– Banco Nacional de Habitação (Brasil)
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Coneval	– Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (México)
Emplasa	– Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEGI	– Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (México)
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil)
MMP	– Macrometrópole Paulista
NAFTA	– Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
PIB	– Produto Interno Bruto
PSI	– Processo de Substituição de Importações
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMSP	– Região Metropolitana de São Paulo
SIC	– Serviço Intensivo em Conhecimento
VAB	– Valor Adicionado Bruto
VTI	– Valor de Transformação Industrial
ZMVM	– Região Metropolitana do Vale do México

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 AS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS COMO MOTORES DO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>24</b>
2.1 A CIDADE DE SÃO PAULO: DA FUNDAÇÃO AO SÉCULO XXI .....	26
2.2 A CIDADE DO MÉXICO: DA FUNDAÇÃO AO SÉCULO XXI .....	38
<b>3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>48</b>
3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E A INDUSTRIALIZAÇÃO .....	50
3.2 O DESENVOLVIMENTO MULTIDIMENSIONAL E MÉTODOS DE MEDIÇÃO.....	56
<b>4 O CRESCIMENTO DAS METRÓPOLES: INDICADORES COMPARATIVOS ECONÔMICOS.....</b>	<b>63</b>
4.1 A ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES METROPOLITANAS.....	64
4.2 A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DAS METRÓPOLES.....	74
4.3 MIGRAÇÕES E FORÇA DE TRABALHO .....	77
<b>5 O DESENVOLVIMENTO DAS METRÓPOLES: INDICADORES COMPARATIVOS SOCIAIS .....</b>	<b>81</b>
5.1 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).....	82
5.2 INDICADORES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E RENDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS .....	86
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO A – MAPA POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO MÉXICO (ZMVM) .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO B – MAPA POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP) .....</b>	<b>118</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dois séculos, a urbanização foi central ao desenvolvimento e à criação do sistema internacional (SI) contemporâneo, globalizado e interdependente. As trocas entre Estados no SI, sejam comerciais ou culturais, ocorrem principalmente em seus ambientes urbanos, mais integrados às redes de comunicação e de transporte que sua contraparte rural. Além disso, a urbanização se tornou indispensável ao sistema produtivo por ser o cenário em que se concentram atividades industriais e de serviços, pelo aumento de centros populacionais capazes de fornecer mão de obra e estabelecer amplos mercados consumidores. Mesmo que cidades nesses moldes tenham surgido desde a Revolução Industrial inglesa no século XVIII, foi apenas no século passado que o mundo se tornou predominantemente urbano. O século XX foi marcado por expansão demográfica e urbana aceleradas em todo o planeta, a partir dos processos de industrialização na periferia do Sistema Internacional<sup>1</sup>, característicos de uma organização econômica mundial que se tornava menos centralizada em termos de produção (STORPER et al, 2015; LUISELLI FERNÁNDEZ, 2019).

O processo de urbanização no século XX foi intenso. Enquanto em 1900 apenas 16% da população mundial era urbana, em 2000 46,7% das pessoas já viviam em cidades (UNITED NATIONS – UN, 2018). A população mundial, atualmente de cerca de 7,7 bilhões de pessoas, tornou-se por fim majoritariamente urbana na primeira metade da década de 2010<sup>2</sup> (UN, 2018; 2019). O século XXI é, portanto, o primeiro em que a maior parte da população vive em cidades, sobretudo nas áreas periféricas do SI.

O crescimento das regiões urbanas se concentrou nos países em desenvolvimento desde a década de 1950, uma vez que os países centrais<sup>3</sup> já eram predominantemente urbanos à época por seu pioneirismo na formação de cidades industriais (UN, 2018; 2019). Se espera que até o fim do século XXI, pelo menos 75% da população mundial viva em cidades, a grande maioria em países periféricos e semiperiféricos<sup>4</sup> (ANGEL et

---

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho, serão utilizados preferencialmente os termos “centro” e “periferia”, assim como “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento” para se referir às diferenças estruturais de renda e acesso a serviços essenciais entre países no Sistema Internacional.

<sup>2</sup> Apesar de disponibilizar alguns dados populacionais com frequência anual, as bases de dados das Nações Unidas relativas à urbanização são quinquenais, não sendo possível determinar o ano exato em que a população urbana ultrapassou a rural a nível mundial ou regional.

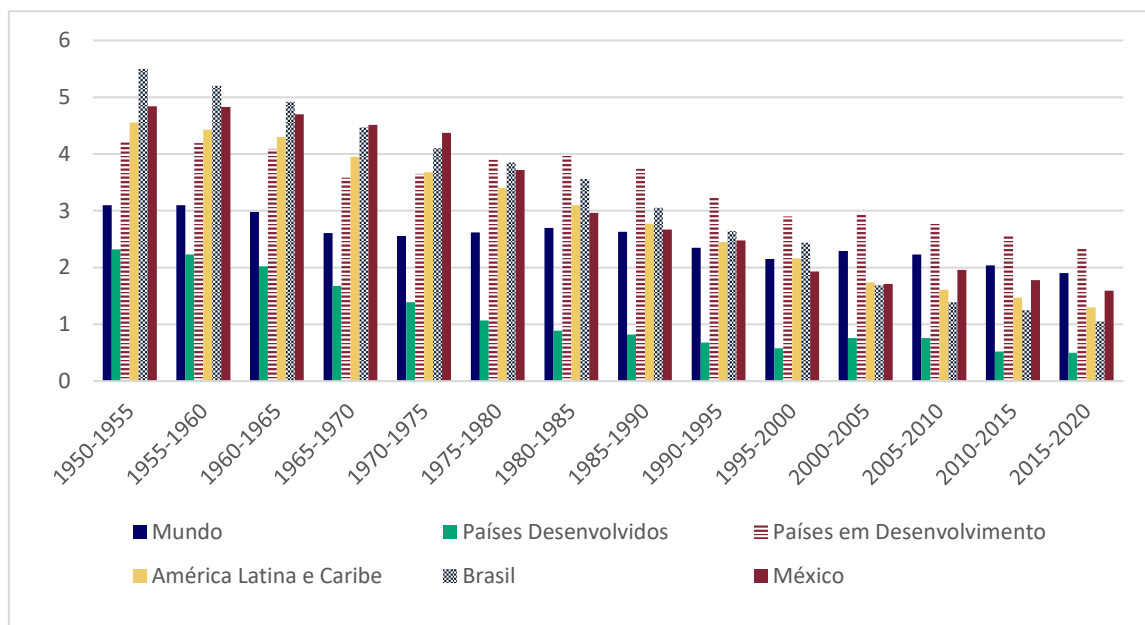
<sup>3</sup> Aqui, são considerados países centrais aqueles no grupo dos “mais desenvolvidos” segundo a base de dados das Nações Unidas: Estados Unidos, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Austrália e os países europeus (UN, 2018; 2019).

<sup>4</sup> A semiperiferia, como definida por Wallerstein (2004), é um modo de classificar países industrializados cuja matriz produtiva mistura processos tecnologicamente mais avançados, característicos de países



al, 2016). A América Latina, cuja industrialização tardia foi resultado de sua matriz econômica baseada na exportação de produtos primários, viu sua população se tornar majoritariamente urbana apenas no início dos anos 1960, quando a lenta transformação de seus sistemas produtivos já havia se transformado em rápida industrialização. Argentina, Brasil e México foram os primeiros a se industrializar na região, substituindo importações por manufaturados nacionais a partir de incentivos governamentais na década de 1930. Não coincidentemente, esses três países possuem as maiores aglomerações populacionais da América Latina desde 1950, ano em que a Divisão de População das Nações Unidas passou a listar as 30 maiores aglomerações urbanas, em série quinzenal. Buenos Aires, Cidade do México e São Paulo<sup>5</sup> têm sido listadas de maneira consistente como as maiores metrópoles da América Latina, ainda que as duas últimas tenham se mantido entre as cinco maiores aglomerações do mundo desde 1975, enquanto Buenos Aires deixou as dez primeiras colocações no início do século XXI, sendo ultrapassada por metrópoles asiáticas, como Xangai e Pequim, na China; e Daca, em Bangladesh (UN, 2018). O gráfico 1, apresentado abaixo, fornece um panorama sobre as taxas de crescimento da população urbana no mundo ao comparar diferentes regiões.

**Gráfico 1 - Taxas de crescimento médio anual da população urbana, por região, 1950-2020 (%)**



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de UN (2018).

centrais, a processos típicos da periferia global, como a exportação de produtos primários. Tanto o Brasil como o México, que serão tratados com maior profundidade ao longo do texto, se enquadram nesta categoria.

<sup>5</sup> Ao longo deste trabalho, o termo “São Paulo” se referirá sempre à cidade capital. Quando se referir ao estado da federação, será indicado de forma explícita ao longo do texto.

A industrialização latino-americana no pós-guerra determinou o rápido crescimento populacional de suas zonas urbanas, demonstrado pelas altas taxas de crescimento anual da população urbana desde os anos 1950, conforme o Gráfico 1. Nos últimos 70 anos, essas taxas se mantiveram mais altas nos países em desenvolvimento, de industrialização tardia, que transferiram a maior parte de sua população para as cidades apenas na segunda metade do século XX. A análise é expandida aos dois países mais populosos da América Latina, Brasil e México, que figuram como representantes da região. Durante os anos 1950, por exemplo, a população urbana brasileira se expandiu a taxas superiores a 5% ao ano, mantendo seu crescimento a taxas superiores à média mundial até o final dos anos 1990. O México seguiu trajetória bastante parecida, mantendo taxas de crescimento anual da população urbana superiores à média mundial até meados da década de 1990. Ambos os países contribuíram de maneira significativa para as taxas de crescimento urbano da América Latina e apresentavam, em 2018, 86,5% (Brasil) e 80,1% (México) de suas populações na área urbana – próximos à média latino-americana, onde 80,5% da população residia em cidades no mesmo ano (WORLD BANK – WB, 2018).

As duas maiores regiões metropolitanas do subcontinente, Cidade do México e São Paulo, correspondem, respectivamente, a cerca de 17% e 10% de suas populações nacionais, constituindo-se como centros da economia industrial – e agora, financeira – da América Latina, concentrando recursos públicos e privados e se especializando em atividades de maior valor agregado que as demais regiões de seus países. Essas regiões metropolitanas se converteram em regiões prósperas e relativamente bem-conectadas em termos de transporte e acesso à informação, integradas ao processo produtivo global (MONTE-MÓR, 2015; WB, 2018; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMPLASA, 2019a; ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD, 2015).

Em 2015, as 23 maiores regiões metropolitanas do planeta correspondiam, juntas, a um quarto da produção mundial (STORPER et al, 2015). Como locais que concentraram a produção, também acumularam riqueza, tornando-se líderes do crescimento econômico de seus países, muitas vezes em contraste com as condições de cidades menores e zonas rurais. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a Região Metropolitana da Cidade do México (ZMVM, do espanhol *Zona Metropolitana del Valle de México*, por abranger municípios de todo o Vale do México) se enquadram nesse perfil e representavam em 2015, respectivamente, 17,6% e 23% de seus Produtos Internos Brutos (PIB) nacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2016; 2020a;

OECD, 2015). Essas cidades, pela concentração de recursos populacionais, educacionais e industriais, se tornaram centros especializados em algumas atividades econômicas, gerando economias de aglomeração. Dessa forma, reduziram o custo de produção e aumentaram sua produtividade ao executarem atividades diversas, mas complementares, em uma mesma região. Indústrias com alto teor de inovação tendem a se concentrar em regiões que já possuem experiência em áreas relacionadas, fortalecendo padrões de especialização econômica, nos chamados *clusters*. Com vantagens de mercado de trabalho e infraestrutura, essas regiões conseguem sair vitoriosas na competição por investimentos em relação a outras cidades menores. Mão de obra especializada, tecnologia e o compartilhamento de conhecimento também são decisivos para o processo de concentração (STORPER et al, 2015).

Além de centros industriais, metrópoles também provêm grande parte dos serviços demandados pelas regiões em seu entorno, proporcionados por seu maior número de habitantes qualificados e sustentados por seu grande mercado interno. Todavia, o aumento do custo de vida nos grandes centros – que incrementa níveis salariais – e o alto custo dos terrenos e imóveis impulsionados pela especulação imobiliária podem reverter esse processo de concentração (ABDAL et al, 2019).

Entre 2010 e 2025, as 600 maiores cidades em termos de PIB corresponderão a 65% do crescimento do produto mundial – aproximadamente 30 trilhões de dólares. Dentre essas, São Paulo e Cidade do México fazem parte das 440 cidades em países emergentes que crescerão aproximadamente a taxas duas vezes maiores que as globais (DOBBS et al, 2012).

O desenvolvimento das duas principais metrópoles latino-americanas ocorreu de maneira simultânea, dado os contextos similares de Brasil e México em termos econômicos e populacionais no século XX. A população urbana se tornou majoritária no México na segunda metade dos anos 1950, enquanto no Brasil a transição ocorreu na primeira metade dos anos 1960, acompanhando a tendência latino-americana (UN, 2018; 2019). Como parte de um processo concomitante de industrialização, os dois países despontaram como representantes do crescimento latino-americano no século XX. Ambos foram pioneiros da industrialização baseada no modelo de substituição de importações desde a década de 1930. O mercado interno, especialmente urbano, se tornou essencial para o crescimento econômico da região, que até então era voltado para o exterior em suas atividades primário-exportadoras. A marcha industrializante tornou suas maiores cidades, São Paulo e Cidade do México, motores do desenvolvimento econômico latino-americano, apesar

de a América Latina se manter como grande exportadora de produtos primários (ROMERO, 2011).

Essas recém-formadas metrópoles representaram novas oportunidades com a industrialização, que ao ampliar aglomerações impulsionou também o setor de serviços. O crescimento rápido da população urbana mudou a composição do mercado de trabalho, especialmente após a expansão da mecanização agrícola e a falta de dinamismo econômico das zonas rurais. Sua incapacidade de fornecer empregos satisfatórios expulsou cada vez mais trabalhadores do campo para as cidades. Contudo, a ampliação das vagas de trabalho na indústria e no setor de serviços não foi suficiente para absorver toda a mão de obra, o que aumentou o desemprego nas cidades, reduzindo a qualidade de vida nas metrópoles e pressionando governantes em setores como educação, saúde, condições sanitárias e de moradia. Mesmo que serviços públicos estejam mais amplamente disponíveis em cidades maiores, com governos mais atuantes e maior disponibilidade de recursos, graves problemas urbanos podem surgir, como a expansão da pobreza, a falta de acesso a serviços de saúde e educação e moradia precária. Apesar de volumosos, os recursos são insuficientes para atender toda a população e coexistem com planejamento ineficiente (SANTOS, 2019).

A urbanização acelerada da América Latina gerou ameaças à qualidade de vida de seus habitantes ao ocorrer de forma rápida e intensa em um contexto já marcado pela desigualdade. Segundo o Atlas da Expansão Urbana, elaborado pela UN Habitat em conjunto com o Lincoln Center of Land Policy e a New York University, a maior parte do crescimento urbano transcorreu de maneira desordenada, mesmo no século XXI. As cidades cresceram a partir de um planejamento urbano escasso, desrespeitando as poucas regulações existentes para abrigar suas populações (ANGEL et al, 2016). O objetivo principal era garantir o acesso à moradia da crescente população trabalhadora, tendo em vista o aumento dos lucros do setor imobiliário, não o bom padrão de vida da população. Dessa forma, a expansão territorial das metrópoles ocorreu de forma ainda mais rápida que seu crescimento populacional, de forma a sustentar a especulação imobiliária<sup>6</sup>. A maior parte dos trabalhadores se instalou nas periferias, longe dos empregos, concentrados nos bairros centrais. O padrão de ocupação de território foi suburbano, evidenciando o contraste entre regiões no centro, abastadas e bem conectadas e regiões periféricas, de baixa renda e

---

<sup>6</sup> Para tal, são deixadas áreas com terrenos vazios nas regiões centrais para promover a especulação de preços, enquanto a população é forçada a ocupar as periferias, com menos acesso a transporte e serviços que o centro (KOWARICK, 1979).

infraestrutura de transporte precária. Apesar desse cenário, moradores urbanos podiam contar com maior acesso a recursos públicos que na zona rural, especialmente de saúde e saneamento. Afinal, as metrópoles, como locais de tomada de decisão governamental e com acesso a recursos, se tornaram centros de formulação e aplicação de políticas sociais, muitas vezes pioneiras no estabelecimento destas (KOWARICK, 1979).

Com o objetivo de examinar o desenvolvimento latino-americano, este trabalho se propõe a analisar duas de suas principais regiões metropolitanas. Como centros políticos, produtivos, populacionais e concentradores de grande parte dos desafios ao desenvolvimento em países industrializados, as metrópoles são bons laboratórios para o estudo das condições de desenvolvimento dos Estados. Grande parte do potencial de crescimento do capitalismo, assim como de suas contradições, reside nessas regiões. Dessa forma, o presente texto visa a fazer um estudo comparativo entre as duas maiores metrópoles do subcontinente: Cidade do México e São Paulo, que podem ser consideradas representativas do modelo de desenvolvimento de toda a região.

Este trabalho utiliza como base teórica a pesquisa de Storper et al (2015), que em seu livro *“The Rise and Fall of Urban Economies”* faz uma análise comparativa sobre o desenvolvimento de duas metrópoles estadunidenses, São Francisco e Los Angeles. Ao contrário do estudo desenvolvido por Storper, entretanto, este trabalho analisa duas regiões metropolitanas em estados e países diferentes. Apesar das diferenças decorrentes de organização administrativa, localização e legislação distintas, a conjuntura dos países é comparável por sua semelhança de patamares de desenvolvimento, como países semiperiféricos da América Latina. Entretanto, a análise se torna interessante nos pontos em que, mesmo com contextos parecidos, alguns parâmetros destoam. O objetivo principal, assim como em Storper et al. (2015) é verificar se há convergência ou divergência entre os indicadores de desenvolvimento das duas regiões metropolitanas, que representam as principais concentrações populacionais e produtivas da América Latina. Para fins de ilustração, indicadores nacionais, que podem demonstrar essas semelhanças e diferenças entre os dois países são apresentados na tabela a seguir:

**Tabela 1 - Indicadores sociais e econômicos selecionados de Brasil e México**

Indicador	Brasil	México
IDH (2018)	0,761	0,767
Expectativa de vida ao nascer (2018)	76 anos	75 anos
PIB per capita PPP (dólares internacionais correntes, 2019) <sup>7</sup>	US\$ 15.259	US\$ 20.411
Coefficiente de Gini (2018)	0,539	0,454
Taxa de alfabetização (maiores de 15 anos) (2015)	92%	94,5%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de United Nations Development Programme – UNDP, 2020 e World Bank Data – WB Data, 2020a.

Enquanto o PIB e o tamanho da população são indicadores relevantes para a mensuração do impacto global da economia de um Estado, outros dados são mais adequados para se ter uma ideia das condições de vida de suas populações e, portanto, de seu desenvolvimento. Para tal, utiliza-se o conceito de desenvolvimento multidimensional, como desenvolvido por Amartya Sen (2000), que será aprofundado ao longo da seção 3.2. A importância da abordagem multidimensional está em atentar para uma metodologia do desenvolvimento humano em diversas dimensões, não se restringindo à métrica da renda. Uma das consequências da aplicação desta metodologia consiste em instrumentalizar a criação e manutenção de políticas públicas em diversos setores que possam ser mais efetivas na manutenção dos avanços sociais e econômicos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2016a). Dessa forma, a tabela 1 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que agrega dados relativos a três categorias: renda, saúde e educação. Nessa categoria, dados de Brasil e México são comparáveis por sua semelhança, classificados como de alto desenvolvimento humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A tabela também evidencia que os países possuem expectativas de vida e taxas de alfabetização em adultos equivalentes. Entretanto, ao analisar a dimensão de renda, há notáveis divergências: o PIB per capita mexicano é consideravelmente mais alto que o brasileiro e o Coeficiente de

<sup>7</sup> O valor do PIB per capita em paridade do poder de compra (PPP) é calculado com a utilização de um fator de conversão que leva em conta as diferenças de preço entre os países, tornando os dados entre eles comparáveis em termos de dólares internacionais (WB DATA, 2020).

Gini, medidor da desigualdade de renda, aponta maiores desequilíbrios no caso brasileiro. De forma geral, essas características se reproduzem nas metrópoles a serem estudadas, como será visto no capítulo cinco, que comparará indicadores sociais nas duas regiões metropolitanas. Ao apontar convergências e divergências de desenvolvimento, o trabalho poderá mostrar as condições que levaram as duas regiões ao patamar atual. Naquelas categorias em que for possível agregar dados sobre as regiões metropolitanas como um todo, isto será feito. Quando não possível, serão utilizados dados relativos às cidades centrais de cada região metropolitana (São Paulo e Cidade do México) para fins de representação do local.

Para explicar de forma compreensiva a comparação das metrópoles, o presente trabalho será estruturado em cinco capítulos após a introdução. O capítulo dois apresentará o papel das metrópoles latino-americanas no desenvolvimento da região, descrevendo brevemente a história das regiões metropolitanas de São Paulo e da Cidade do México para demonstrar como se formaram as duas maiores metrópoles da América Latina. O terceiro capítulo trata, primeiramente, da importância da industrialização ao desenvolvimento, especialmente na América Latina e posteriormente do conceito de desenvolvimento multidimensional, elaborado por Amartya Sen, adequado para mensurar a evolução de índices não apenas econômicos, como o PIB, mas ligados à saúde, educação e desigualdade de renda. Ao final do capítulo também serão apresentados os principais indicadores a serem usados no trabalho para mensurar o desenvolvimento: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto per capita e o coeficiente de Gini.

A análise dos municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e Cidade do México ocorre no capítulo quatro, que discorre sobre indicadores de crescimento econômico, como o PIB e as características da especialização econômica de cada região, determinantes para seu estabelecimento como centros dinâmicos da economia latino-americana. O quinto capítulo descreve os indicadores sociais, como forma de estabelecer uma análise multidimensional do desenvolvimento das regiões metropolitanas. Dessa forma, serão apresentados índices de saúde, educação e desigualdade de renda, categorias que não por acaso coincidem com aquelas que formam o IDH. Por fim, o capítulo seis procede às considerações finais, revisando as convergências e divergências do desenvolvimento da RMSP e da ZMVM e refletindo sobre as perspectivas futuras do desenvolvimento das regiões.

## **2 AS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS COMO MOTORES DO DESENVOLVIMENTO**

As altas taxas de crescimento demográfico das cidades da América Latina durante o século XX originaram importantes mudanças estruturais de caráter econômico e social para a região. Esta importante alteração demográfica, que leva a maioria da população da região a morar em cidades ao final do século XX, tem como um dos seus principais motores a industrialização, fenômeno que atraiu grandes contingentes populacionais do campo, e que permitiu a diversificação da produção, antes direcionada ao mercado externo, à agricultura e à venda de produtos primários. A urbanização também proporcionou a milhões de habitantes melhores condições de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento e eletrificação, ainda hoje distribuídos de forma mais irregular e precária nas zonas rurais. Apesar desses avanços terem sido acompanhados pela complexidade dos problemas surgidos ou agravados pela urbanização intensa, São Paulo e Cidade do México se tornaram centros de dinamismo econômico, produção cultural e desenvolvimento, ou seja, metrópoles prósperas se comparadas às demais localidades da América Latina.

O surgimento dessas metrópoles se deu por uma conjunção de fatores, dentre eles a construção de infraestrutura mais avançada em seus territórios: a Cidade do México, como capital federal mexicana, concentrou recursos públicos e instituições administrativas por séculos; no Brasil, São Paulo contou com os investimentos feitos por cafeicultores durante todo o século XIX, o que incluía um sistema de ferrovias. No século XX, a concentração de infraestrutura nas duas grandes metrópoles latino-americanas representou a exacerbação de um processo de urbanização ainda mais extenso em todo o continente, que causou o surgimento e crescimento de inúmeras cidades de dimensões variadas (ROMERO, 2011). Portanto, mesmo com condições pré-estabelecidas para seu desenvolvimento, as duas regiões metropolitanas se transformaram em profundidade durante o século passado, como resultado de um processo a nível continental.

Grande parte do ímpeto de construção dessas metrópoles se deveu ao crescimento populacional estrondoso, que resultou em um aumento do mercado interno e na manutenção de suas posições como principais destinos de investimentos industrial e de construção civil. Segundo Storper (2010), as cidades que mais crescem o fazem como consequência de sua especialização em atividades econômicas com maiores taxas de crescimento. São Paulo e Cidade do México não fugiram a essa condição, se tornando as maiores cidades de seus países por concentrarem a maior parte das indústrias durante as primeiras décadas de industrialização de seus países, processo que foi descentralizado gradualmente a partir



da década de 1970. Desde então, continuaram a crescer a partir da concentração de serviços especializados, que requerem mão de obra qualificada, e da especialização em setores industriais de alto valor agregado.

O processo não ocorreu sem contradições. Segundo Maricato (2000), a urbanização no Brasil aconteceu pela união do moderno, representado por novos bens de consumo popularizados pela industrialização, e do pré-moderno, caracterizado pela proliferação de moradias precárias, em geral autoconstruções que desconsideram a regulação estatal e não possuem acesso aos benefícios da cidadania, como moradia digna, saneamento, alimentação adequada e segurança. Essas problemáticas da urbanização ocorrem de modo similar no Brasil e no México - assim como em outros países da América Latina - como decorrência de sua posição semiperiférica no sistema internacional. Enquanto o crescimento econômico desses países era suficiente para garantir o acesso de parte da população ao mundo dito *moderno*, com acesso à infraestrutura básica e aos bens de consumo duráveis, não permitiu a obtenção de serviços básicos para toda sua população.

Como produtos da industrialização tardia, as cidades latino-americanas enfrentaram desafios de um crescimento populacional intenso mantido por décadas, que resultaram no expressivo aumento da pobreza urbana, empregos insuficientes e infraestrutura precária. Além das pressões sociais e demandas internas, as metrópoles latino-americanas sofreram cobrança no contexto internacional para que atingissem níveis adequados de proteção social de maneira mais rápida do que os países centrais os haviam alcançado. Dessa maneira, as duas maiores metrópoles latino-americanas, São Paulo e Cidade do México, se mantiveram sob constante observação nacional e internacional por sua projeção no século XX, quando passaram a representar um complexo cenário de convergência da maior parte dos desafios sociais e de inclusão de seus países (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR; RODRIGUES, 2015).

Embora tenham se expandido em um mesmo contexto histórico e regional, a trajetória das duas cidades foi marcada pelas particularidades de suas histórias nacionais. No Brasil, grande parte dos processos políticos e sociais até o fim do período colonial eram centrados em áreas rurais, pela relevância econômica das grandes fazendas. No México, por outro lado, a organização política já era centrada em cidades desde o Império Asteca, prática continuada pelos espanhóis durante o estabelecimento de seu império colonial (ROMERO, 2011). O modelo europeu de cidade, trazido pelos colonizadores, foi imposto a ambos os casos, criando cidades ligadas à economia mercantilista e, posteriormente, capitalista.

Após os processos nacionais de independência, os grandes centros urbanos da América Latina se converteram em lugares de tomada de decisões políticas, em adição a formarem regiões economicamente dinâmicas, com enfoque no comércio e na produção. A industrialização impulsionou esse processo, incentivando grandes contingentes de trabalhadores a se instalarem nas periferias das cidades, aprofundando sua metropolização.

Até se transformarem de cidades de influência regional a metrópoles internacionalizadas, Cidade do México e São Paulo atravessaram séculos de modificações em seus panoramas sociais e econômicos. Dessa forma, para favorecer um entendimento mais compreensivo do processo de desenvolvimento e de como a RMSP e a ZMVM chegaram a seus patamares atuais, este capítulo se propõe a apresentar uma breve história das duas principais regiões metropolitanas latino-americanas. A explanação de sua expansão populacional e urbana ocorrerá com o objetivo de fornecer um plano de fundo para a análise de seus indicadores de desenvolvimento nos capítulos posteriores. A primeira subseção tratará de São Paulo, de sua fundação como enclave português voltado para o comércio no interior à sua consolidação como centro econômico, financeiro e populacional brasileiro. A segunda subseção, por sua vez, traz dados sobre a Cidade do México, apresentando sua transformação de capital Asteca em capital colonial espanhola, para finalmente se estabelecer como capital mexicana, centro da industrialização do país e da administração pública. Em ambos os casos, são também explicitados os problemas decorrentes da rápida urbanização, que exacerbou desigualdades de renda e o acesso a serviços básicos.

## 2.1 A CIDADE DE SÃO PAULO: DA FUNDAÇÃO AO SÉCULO XXI

A fundação da cidade de São Paulo coincidiu com a criação das primeiras vilas no Brasil, que seguiram o modelo administrativo dos municípios portugueses. Até então, a região era habitada esparsamente por povos indígenas, principalmente tupiniquins e guaranis (MONTEIRO, 1994). O povoamento da área por portugueses foi determinado por um decreto governamental de 1532<sup>8</sup>, que estabeleceu duas vilas, uma voltada ao mar a fim de se integrar às rotas de transporte marítimo pelo Atlântico; outra direcionada ao interior, que se tornaria São Paulo (TAUNAY, 2004). Este posicionamento estratégico, como caminho entre o interior e o litoral, foi determinante para a formação econômica da cidade, cujas principais atividades durante o período colonial envolveram a captura e escravização de indígenas nas bandeiras, a execução de feiras de gado e o comércio de

---

<sup>8</sup> Apesar do decreto de 1532, o povoamento efetivo da região ocorreu apenas a partir da construção do Colégio Jesuíta, em 1554 (TAUNAY, 2004).

alimentos e outros bens de consumo durante o ciclo do ouro em Minas Gerais (FURTADO, 2007).

Apesar da relativa proeminência política e econômica de São Paulo ao final do período colonial, foi apenas no século XIX que se consolidou a atividade que estabeleceu a cidade como centro dinâmico da economia brasileira: a plantação e exportação de café. Ainda que as fazendas estivessem localizadas em municípios em torno da capital, a centralidade de São Paulo estimulou cafeicultores a estabelecerem suas residências na cidade para ter acesso a amenidades urbanas, tornando-a também centro de decisões (PRADO JR., 1983). O crescimento da produção de café desencadeou o aumento populacional de todo o estado de São Paulo, pela ampla necessidade de mão de obra para suprir as fazendas; chegaram ao estado 803 mil imigrantes europeus entre 1875 e 1900 (FURTADO, 2007). A capital atraiu parte desses imigrantes, além de grande parcela da população que se libertava da escravidão - gradualmente abolida nas últimas décadas do século XIX - e migrava para a cidade em busca de oportunidades de trabalho. O crescimento populacional na capital é descrito por Taunay (2004, p. 352), demonstrando que “como centro condensador da prosperidade da região (...), a cidade paulistana veria sua população passar dos 26.020 habitantes recenseados em 1872 a 47.697 em 1886, a 64.394 em 1890, a 130.755 em 1893.”

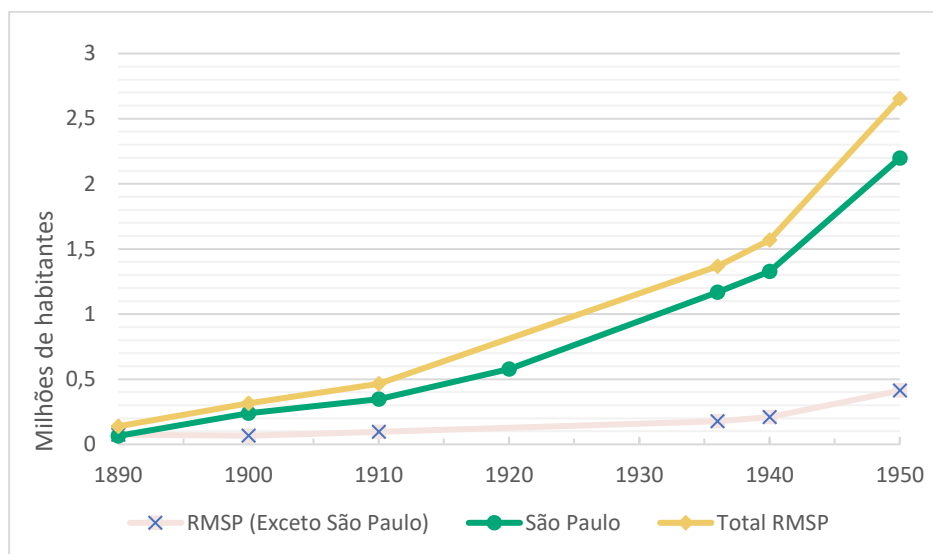
A partir da necessidade de receber todos os novos habitantes, a cidade presenciou uma rápida expansão espacial, embora com um planejamento escasso e desigual entre suas regiões. Desde o período colonial, a ineficiente arrecadação de impostos permitia poucas obras de infraestrutura, que frequentemente eram realizadas pelos próprios habitantes (TAUNAY, 2004). Ademais, grande parte dos serviços e qualquer atividade industrial eram de competência exclusiva da metrópole, de forma a manter o relacionamento de dependência, impondo entraves ao desenvolvimento da região (HOLANDA, 2015). Com a independência brasileira e o crescimento econômico paulista ao longo do século XIX, recursos se tornaram mais disponíveis e a cidade cresceu seguindo as linhas ferroviárias construídas durante o *boom* do café – perto das quais surgiam bairros industriais e de classe média e alta – e evitando as numerosas várzeas propensas à inundação – que acabaram parcialmente ocupadas por populações excluídas das áreas centrais, como trabalhadores de classe baixa (PEIXOTO-MEHRTENS, 2010).

Mesmo com a decadência da economia cafeeira a partir da crise de superprodução no início do século XX, a metrópole paulistana se transformou a partir de sua industrialização, que a consolidou como centro político e econômico do Brasil (FURTADO, 2007).

A instalação de fábricas na cidade e em sua região metropolitana foi possibilitada pelos investimentos realizados a partir do próprio acúmulo de capital dos cafeicultores, incentivados de forma mais contundente pelo governo brasileiro a partir da presidência de Getúlio Vargas (FURTADO, 2007; BARROS, 2014). Se até o fim dos anos 1920 a incipiente indústria brasileira era distribuída pelo território, a partir do final da Primeira Guerra Mundial São Paulo concentrou investimentos industriais, se tornando o centro do processo de substituição de importações implementado no Brasil (FURTADO, 2007; PEIXOTO-MEHRTENS, 2010).

Nesse contexto, a cidade aumentou sua participação no fornecimento de manufaturados para o mercado interno, antes majoritariamente importados. A proliferação do número de fábricas em São Paulo se refletiu em uma nova demanda por mão de obra, atraindo migrantes pelas amplas vagas de emprego. A população continuou a crescer, inicialmente pela continuação dos fluxos de imigrantes europeus para a cidade, principalmente italianos, que agora trabalhariam nas recém-instaladas indústrias. Esses imigrantes formaram grande parte da mão de obra operária e de construção civil à época, constituindo uma classe média predominantemente urbana. Logo, se formam também fluxos migratórios de outros estados brasileiros e da zona rural paulista, que ultrapassam em número os migrantes estrangeiros a partir da década de 1930 e se mantêm numerosos durante todo o século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, concentrando a maior parte das sedes de empresas no Brasil e composta por uma população numerosa e cosmopolita, São Paulo se estabelece como a maior metrópole brasileira, sinônimo da possibilidade de crescimento do país (PEIXOTO-MEHRTENS, 2010). A evolução populacional da Região Metropolitana de São Paulo entre 1890 e 1950 pode ser acompanhada pelo gráfico 2, apresentado a seguir:

**Gráfico 2 - População da Região Metropolitana de São Paulo – 1890 a 1950 (em milhões de habitantes)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados<sup>9</sup> de IBGE (1898; 1905; 1912; 1937; 1947; 1952).

Como demonstrado pelo gráfico 2, a urbanização e o crescimento populacional da RMSP durante a primeira metade do século XX concentraram-se no município de São Paulo, se comparado com o território de sua atual região metropolitana, cuja população aumentou de forma mais lenta. O crescimento desigual foi resultado da concentração de fábricas na capital durante a fase inicial de industrialização. Segundo Caio Prado Jr. (1983), em 1933 a cidade de São Paulo reunia 61% do investimento industrial e dos operários de todo o estado de São Paulo. O *status* de centro político, assim como a proximidade com o porto de Santos, facilitava a importação do maquinário necessário à industrialização. Dessa forma, com a grande oferta de empregos na indústria e em outros setores que também floresciam, como o comércio e a construção civil, a cidade de São Paulo se estabeleceu como principal centro de atração de migrantes no país<sup>10</sup> (PEIXOTO-MEHR-TENS, 2010).

O planejamento urbano de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX partiu de princípios utilizados em grandes centros dos Estados Unidos e da Europa.

<sup>9</sup> Notas sobre os dados compilados no gráfico: em 1920, há dados populacionais disponíveis apenas para a cidade de São Paulo, devido à não realização do censo nacional previsto para 1920. Na década de 1930, o censo populacional municipal foi realizado em 1936.

<sup>10</sup> É importante ressaltar a diferença de tratamento destinado aos imigrantes europeus e aos migrantes internos brasileiros ao chegarem em São Paulo. Enquanto os europeus foram absorvidos pelo mercado de trabalho e formaram a crescente classe média paulistana, a maior parte dos migrantes brasileiros não brancos foram relegados a posições de trabalho menos valorizadas e se instalaram nas periferias da cidade, afetando suas possibilidades de ascensão social e acesso à educação e saúde (PEIXOTO-MEHR-TENS, 2010; LIMA; PRATES, 2019).

Brasileiros graduados por escolas superiores de São Paulo, como a Faculdade de Direito, fundada em 1827, a POLI<sup>11</sup>, fundada em 1893, e a própria Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, se uniram a especialistas estrangeiros de países industrializados na ocupação de cargos públicos para o planejamento da cidade, formando uma nova elite ligada a grandes escritórios de engenharia, responsáveis pela expansão imobiliária da região. Dessa forma, a lógica da especulação imobiliária esteve presente desde o começo da remodelação da cidade, estimulada pelos governos municipal e estadual, que promoveram a expansão da área urbana e a adequação de áreas da cidade aos padrões dos empresários internacionais que chegavam a São Paulo a negócios. Para tal, os governantes estabeleceram como prioridade a construção de monumentos e a melhoria da infraestrutura cultural da capital, assim como a criação dos bairros jardins, estipulados como residência da classe alta. Prédios destinados à moradia das classes mais baixas, apesar de necessários para abrigar a crescente população de trabalhadores, foram construídos de forma insuficiente pelo governo e não previam a democratização do acesso à propriedade imobiliária ao cobrarem um aluguel fixo (PEIXOTO-MEHRTENS, 2010).

A preocupação com o acesso a transporte público, gás, água encanada, rede de esgoto e eletricidade estava presente nos regulamentos da prefeitura, mas se concretizava apenas nos bairros planejados, especialmente naqueles direcionados à elite. Em contrapartida, nas periferias, autoconstruções se proliferaram, sem acesso a serviços públicos básicos. O crescimento acelerado de São Paulo, portanto, ocorre sem modificar as estruturas sociais, aprofundando desigualdades de renda e de acesso à moradia e a serviços básicos. A população numerosa, contudo, garante a formação de uma classe média suficientemente ampla para estimular o crescimento do consumo e dinamizar a economia, apesar da profunda desigualdade de renda (SANTOS, 2019).

A instalação da maior parte dos trabalhadores nas periferias da cidade e o crescimento de fluxos pendulares de migração tornou necessária a construção de uma extensa rede viária, erigida a partir da escolha pelo transporte rodoviário durante os anos 1940 e aprofundada pelo Plano de Metas<sup>12</sup> do governo Kubitschek (PEIXOTO-MEHRTENS, 2010). Em muitos casos, a expansão de ruas e construção de avenidas largas, necessárias

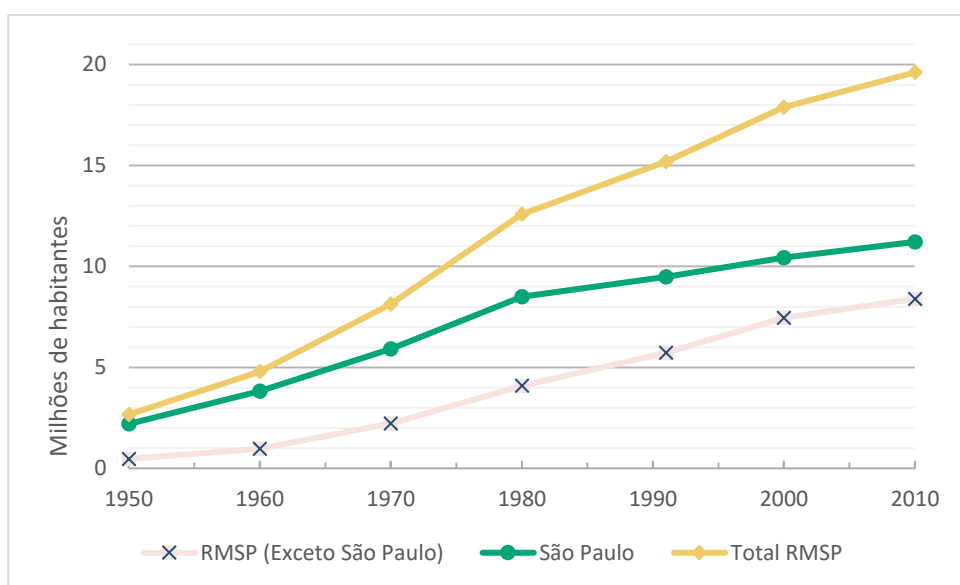
---

<sup>11</sup> A Escola Politécnica, atualmente parte da Universidade de São Paulo (USP), foi fundamental na formação da elite de engenheiros que passou a comandar o crescimento econômico e espacial da RMSP durante o século XX (PEIXOTO-MEHRTENS, 2010).

<sup>12</sup> O Plano de Metas foi um projeto de planejamento executado durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) que estabeleceu um plano quinquenal para a aplicação de investimentos públicos e privados a setores estratégicos. Foram beneficiados especialmente os setores de transportes, energia, alimentação e indústria pesada (MENDONÇA, 2016).

para comportar a crescente frota de automóveis e ônibus, causou a desapropriação de moradias da população de baixa renda. Outras formas de transporte não foram inicialmente valorizadas pelo planejamento governamental; o metrô, por exemplo, foi inaugurado apenas em 1974, com extensão incapaz de atender a população fora dos bairros centrais (SANTOS, 2019). A construção de rodovias, ademais, facilitou a integração produtiva das cidades da RMSP, trazendo empresas e população para os demais municípios e mantendo a influência do município núcleo (TAVARES, 2020). Seguindo a tendência nacional de periferização e desconcentração populacional dos municípios centrais (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017), a dinâmica populacional da região metropolitana de São Paulo a partir dos anos 1950 pode ser acompanhada pelo gráfico 3:

**Gráfico 3 - População da Região Metropolitana de São Paulo – 1950 a 2010 (em milhões de habitantes)**



Fonte: elaboração própria, a partir de dados<sup>13</sup> de IBGE (1952; 1961; 1972; 1984; 1992; 2001; 2010).

Como demonstrado acima pelo gráfico 3, a manutenção de São Paulo como centro de atração populacional continuou pós-1950, mesmo que a capital correspondesse a uma porcentagem cada vez menor da população total da RMSP. Podem ser apontadas como principais causas desse fenômeno o alto custo das propriedades imobiliárias nas regiões centrais, assim como a tendência à desconcentração industrial do município núcleo. Da década de 1970 em diante, muitas indústrias passaram a se instalar em outros municípios da região metropolitana ou mesmo em outras aglomerações urbanas paulistas,

<sup>13</sup> Nota sobre os dados compilados no gráfico 3: ao contrário dos demais censos considerados na análise, realizados a cada dez anos, na década de 1990, o censo foi realizado em 1991.

contribuindo para o crescimento de outras cidades da RMSP e a integração com outras regiões metropolitanas do estado de São Paulo. O processo de urbanização ocorreu com tal intensidade que a mancha urbana compreendendo estas regiões metropolitanas formou, de acordo com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), uma macrometrópole paulista<sup>14</sup> de produção integrada, atualmente principal centro econômico e populacional brasileiro (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017).

O gráfico 3 evidencia também o crescimento populacional acelerado dos anos 1970, que pode ser creditado majoritariamente à mecanização agrícola. A introdução de novas tecnologias de plantio e colheita tornou dispensável parte do contingente de trabalhadores rurais, que formaram grandes fluxos migratórios do interior para as capitais, dentre as quais São Paulo se destacou. Ao longo dos anos 1980, contudo, deslocamentos rural-urbanos decresceram, assim como a taxa de fecundidade a nível nacional, estabelecendo uma tendência a índices menores de crescimento populacional. Mesmo com a crise econômica da “década perdida”<sup>15</sup>, que reduziu as vagas de emprego disponíveis<sup>16</sup>, a RMSP continuou a receber fluxos migratórios substanciais de outras regiões urbanas e outros estados da federação, mantendo-se como maior receptora de migrantes do país em números absolutos (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017). Como resultado desses processos, no início da década de 1990, a região metropolitana já ultrapassava os 15 milhões de habitantes, pouco mais de 10% da população total brasileira à época (IBGE, 1992).

A continuidade do crescimento populacional exigiu a tomada de medidas mais efetivas para gerenciar os desafios da expansão da RMSP. Primeiramente, a metrópole se empenhou em manter sua posição como receptora da maior parte dos investimentos privados e governamentais do país, enfatizando a imagem de centro produtivo e, cada vez mais, financeiro do país (TAVARES, 2020). O estabelecimento da indústria automobilística na RMSP desde os anos 1950 ajudou a manter a metrópole na vanguarda do desenvolvimento industrial brasileiro (ABDAL et al., 2019). O auge da concentração industrial

---

<sup>14</sup> Segundo a Emplasa (2019), a macrometrópole paulista engloba as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e das microrregiões de São Roque e Bragantina, correspondendo a 173 municípios e cerca de 28% da produção brasileira (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017).

<sup>15</sup> A década de 1980, marcada pelas consequências da crise do petróleo no final dos anos 1970, pela crise da dívida latino-americana e acompanhada por altas taxas de inflação no Brasil, ficou conhecida como “década perdida”.

<sup>16</sup> Uma vez que a crise dos anos 1980 atingiu todas as regiões brasileiras, partir para São Paulo poderia ainda representar oportunidades melhores de emprego, especialmente se comparada à região Nordeste do país, que foi atingida por seca intensa no início da década de 1980.



na RMSP ocorreria em 1960, quando a região chegou a corresponder a 41% do valor de transformação industrial brasileiro (ARAÚJO, 1992).

A partir dos anos 1970, houve significativa redução da concentração de investimentos governamentais em São Paulo, de forma a incentivar a industrialização de outras regiões brasileiras<sup>17</sup>. Isso não significou, entretanto, que a economia local tenha deixado de crescer a taxas elevadas. A progressão da especialização econômica multiplicou indústrias relacionadas à produção de bens de capital e de consumo durável, instaladas principalmente na região do ABC, que abrange as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano (ARAÚJO, 1992). As décadas finais do século XX também diversificaram a indústria de São Paulo, que passa a ser mais intensiva em tecnologia, englobando áreas como a química, a aeronáutica, a informática e a pesquisa tecnológica. Ademais, nesse período a RMSP se tornou menos destoante das demais regiões do estado pela interiorização da produção, com o desenvolvimento de polos tecnológicos como os de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto (CANO; SEMEGHINI, 1992). Para além do setor industrial, houve um crescimento substantivo do setor de serviços, especialmente financeiros, na economia da região, que se consolida como centro financeiro durante a expansão de oferta de crédito no período de altas taxas de crescimento econômico dos anos 1970. Segundo Milton Santos (2019), entretanto, a modernização de São Paulo ocorreu de forma incompleta, pois combinou crescimento e diversificação econômica com graves falhas em estruturas sociais e políticas.

Além do enfoque econômico, algumas medidas administrativas foram tomadas para planejar melhor o destino dos recursos da região. Em 1974 é criada a Emplasa, responsável por reunir dados técnicos para o planejamento da RMSP e formular políticas sobre ocupação do solo, abastecimento de água, habitação, transporte público, entre outros obstáculos ao desenvolvimento urbano<sup>18</sup> (EMPLASA, 2019). No entanto, o impulso de planejamento esmorece durante os anos 1980, quando a crise econômica e financeira dos países latino-americanos se torna insustentável e instituições governamentais são esvaziadas de recursos humanos e financeiros (MÁTTAR; RIFFO PÉREZ, 2015). A pressão sobre os municípios cresce com a instituição da Constituição de 1988, quando

---

<sup>17</sup> Como principal símbolo do processo de incentivo à desconcentração industrial, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado pelo Governo Geisel, buscava reforçar as indústrias de base e insumos básicos para diminuir a dependência externa brasileira, ainda que por meio de intenso endividamento (CAMPOS, 1999).

<sup>18</sup> Após um aumento de suas capacidades administrativas nas primeiras décadas do século XXI, a Emplasa encerrou suas atividades em outubro de 2019, quando foi extinta pelo governo do estado de São Paulo (EMPLASA, 2019b).

políticas metropolitanas passam a depender quase exclusivamente de ações no nível municipal, apesar de seus recursos limitados e da dificuldade de articulação entre governos de uma mesma região metropolitana (CANO; SEMEGHINI, 1992).

O estabelecimento de novas instâncias de planejamento não foi suficiente para impedir o agravamento de algumas dificuldades surgidas da urbanização intensa. O crescimento dos anos 1970, em termos espaciais e econômicos, não necessariamente se refletiu em melhoria nas condições de vida da maioria dos trabalhadores, por exemplo (ARAÚJO, 1992). Mesmo que à época já se considerasse o acesso a água, coleta de esgoto e eletricidade como essenciais ao crescimento econômico, foi priorizada a possibilidade de lucro no fornecimento desses serviços públicos em vez de sua universalização. Parte do problema foi solucionado durante os anos 1980, marcados por grandes obras para ampliar o acesso à água, que se aproximou da universalização, enquanto redes de saneamento<sup>19</sup> também cresciam, estabelecendo a região em posição vantajosa se comparada a cidades do restante do Brasil, especialmente do Norte e Nordeste<sup>20</sup> (CANO; SEMEGHINI, 1992). Contudo, no nível municipal, o acesso a serviços públicos tinha correlação direta com os níveis de renda de cada bairro, sendo menos disponíveis nas periferias (ARRETCHE, 2019).

Foi também nos anos 1980 que se tornaram evidentes os problemas da RMSP com a administração de suas fontes de água. Desde a década de 1920, obras trabalhavam para a inversão de sentido e canalização de rios como o Pinheiros, o Tamanduateí e o Tietê. A construção de hidrelétricas na região, assim como de barragens para evitar as então frequentes inundações, inicia-se na mesma época (SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SIGRH, 2009). A expansão da cidade resultou em rios poluídos, afastados da população pela canalização e construção de vias marginais e amplamente modificados pela ação humana. Enquanto a cidade se prolonga pelos rios durante os anos 1950 e 1960, projetos de recuperação fluviais são considerados apenas nos anos 1980, sendo finalmente executados na década de 1990. Mesmo assim, os estudos realizados foram insuficientes para conter

---

<sup>19</sup> Serviços de saneamento, como a instalação de redes de esgoto, ocorrem de maneira mais lenta por seu alto custo contínuo. Enquanto outras formas de investimento em serviços públicos, como o fornecimento de eletricidade, possuem custo inicial significativamente mais alto, a implementação de estrutura de saneamento mantém custos altos para todas suas fases (ARRETCHE, 2019).

<sup>20</sup> Nessas regiões, mesmo grande parte da população de classe média e classe alta não possuía acesso a bens públicos como água, coleta de esgoto e eletricidade nos anos 1970, demonstrando a profunda desigualdade regional de qualidade de vida no Brasil. Enquanto a pobreza ainda é concentrada em algumas áreas, indicadores melhoraram em todas as regiões desde então (ARRETCHE, 2019).

efeitos negativos do descontrolado aumento da urbanização. Crises de abastecimento pela má qualidade da água e temporadas de seca se tornam cada vez mais comuns (SIGRH, 2009).

A crise econômica dos anos 1980 também agravou diversos problemas urbanos já existentes na cidade. A escassez de empregos aumentou o número de habitantes desempregados da RMSP, enquanto a alta inflação contribuiu para a deterioração do poder de compra. Acompanhar a expansão da cidade com a ampliação suficiente de serviços públicos se tornou uma tarefa cada vez mais complexa para as esferas governamentais. Enquanto entre 1930 e 1954 a área da cidade de São Paulo aumentou em cerca de 300 km<sup>2</sup>, apenas durante a década de 1980, mais 480 km<sup>2</sup> são acrescentados à cidade (PEIXOTO-MEHRTENS, 2010; SANTOS, 2019). A especulação imobiliária acompanha a expansão da cidade, que deixa áreas livres em seu interior para o aumento do preço dos terrenos. Ao mesmo tempo, limitados projetos de habitação social do governo estabelecem cada vez mais trabalhadores de baixa renda nas periferias (SANTOS, 2019). O fornecimento de crédito tampouco é suficiente para aumentar de forma significativa a propriedade imobiliária de todos: dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) entre 1964 e 1986, apenas 4% foram destinados à população de baixa renda. Ao descrever a situação de moradia na região metropolitana de São Paulo durante a década de 1980, Milton Santos afirma que

[m]ais de 70% das casas construídas na metrópole paulista são produtos de autoconstrução, (...) mais frequente[s] no anel externo da Região Metropolitana (...). Em São Paulo, entre 1972 e 1980, o número de barracos cresceu 403%, enquanto a população aumentou um pouco mais de 40% (SANTOS, 2019, p. 49-50).

Para o governo, os custos da periferização eram altos, uma vez que gastos com serviços públicos – como infraestrutura para distribuição de água, energia e descarte de resíduos sólidos – se tornam cada vez maiores conforme se afastam do centro da cidade. Além disso, à medida que esses serviços se expandiam pelos bairros periféricos, crescia a valorização imobiliária das propriedades, por fim expulsando os mais pobres para regiões cada vez mais afastadas (SANTOS, 2019). A periferização, associada à falta de opções de transporte público, torna a cidade fragmentada e os próprios bairros e cidades periféricos desconexos entre si, por serem ligados apenas ao centro pelas redes de transporte (ARRETCHE, 2019).

Os anos 1990 na RMSP foram marcados pela contínua valorização de terrenos centrais, que reforçou o processo de descentralização produtiva e periferização da

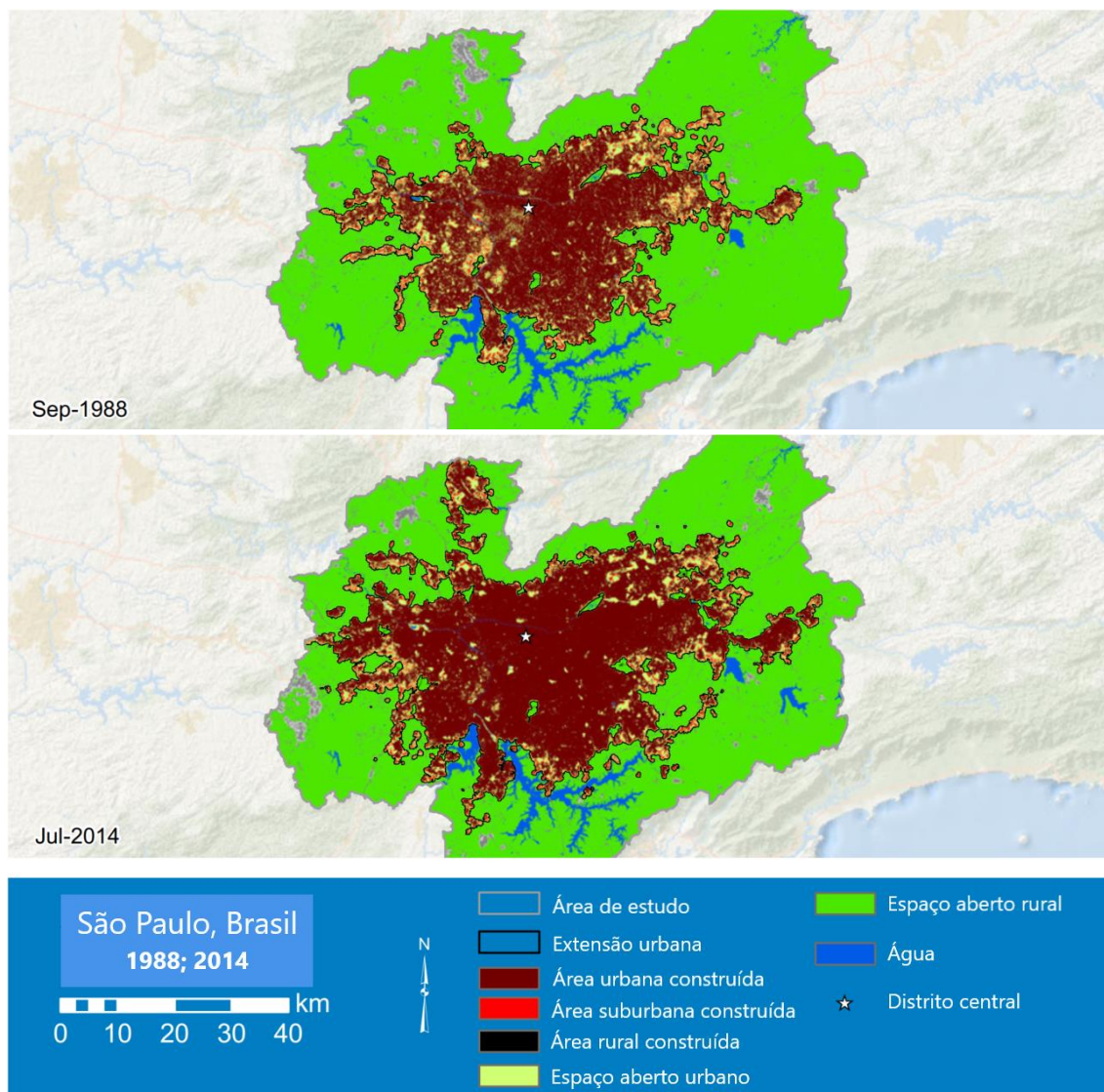
moradia. Fluxos de migração pendular se tornaram, portanto, cada vez mais comuns pela necessidade de seus habitantes percorrerem distâncias maiores para trabalhar ou estudar. O município núcleo, contudo, se manteve como centro de tomada de decisão e lugar de especialização econômica em setores dinâmicos, consolidando seu processo de clusterização<sup>21</sup>. Do ponto de vista produtivo, reduz-se a importância relativa da indústria pela expansão do setor de serviços, ainda que sem queda absoluta da produção. No setor de serviços, continuam a se destacar os setores financeiro e de serviços intensivos em conhecimento e tecnologia (DINIZ; DINIZ, 2004). A cidade de São Paulo também se torna local referência para o fornecimento de serviços e lazer em seu espaço urbano extenso e heterogêneo (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017).

Nos anos 2000, a RMSP dá continuidade a um aumento populacional mais lento que o outras regiões metropolitanas do estado de São Paulo, demonstrando a continuidade da tendência à descentralização (SILVA, CUNHA, ORTEGA, 2017). Contudo, o século XXI traz pela primeira vez o registro de saldos migratórios negativos, prova de que aglomeração em torno da RMSP é cada vez mais dispersa. Isso se deve também a uma maior desconcentração industrial a nível nacional, especialmente a partir dos anos 1990, com o estabelecimento de aglomerações produtivas em outras regiões do território brasileiro (AMITRANO, 2004). Entretanto, a metrópole mantém sua posição como centro produtivo, financeiro e populacional do país, com uma população de aproximadamente 20,8 milhões de habitantes, aproximadamente 10% da brasileira (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE, 2019a). A RMSP atual é formada por municípios de extensão variada, que se complementam em atividades econômicas. O processo de crescimento espacial da região, apesar de mais controlado que nas décadas de 1970 e 1980, continuou intenso e pode ser acompanhado pela figura a seguir:

---

<sup>21</sup> A clusterização se refere à tendência de aglomeração de empresas de um mesmo setor em uma mesma região. Em geral, regiões metropolitanas com maiores taxas de crescimento e melhores condições de vida para seus habitantes foram capazes de concentrar clusters de atividades com altos salários (STORPER, 2015). A especialização econômica de São Paulo será tratada com maior profundidade na seção 4.1.

**Figura 1 - Expansão da área urbana da RMSP (1988; 2014)**



Fonte: traduzido e adaptado de ANGEL et al, 2016, p. 344.

Como é possível perceber, a área urbana construída cresceu em grande escala entre o final da década de 1980 e 2014, apesar da manutenção de um perímetro rural nas cidades mais afastadas do município central. Apesar dessa extensa expansão da área construída da RMSP, São Paulo continua como líder da região em termos produtivos e de postos de trabalho, assim como principal destino das migrações pendulares (TAVARES, 2020). Mesmo sendo a maior metrópole brasileira desde meados do século XX, a RMSP corresponde a parcela muito menor da produção industrial do país que costumava durante o aprofundamento do processo de industrialização. Entre 1970 e 2003, por exemplo, a

participação da RMSP no valor de transformação industrial (VTI)<sup>22</sup> do país passou de 43,5% a 16,8%, grande parte da qual se transferiu ao interior paulista, mantendo o estado de São Paulo como líder industrial no Brasil (CANO et al., 2007). Apesar da desconcentração produtiva e populacional, os municípios da RMSP seguem desiguais entre si, tanto em termos econômicos como sociais (ARRETCHE, 2019), conforme será visto em maior profundidade ao longo dos capítulos 4 e 5.

Em relação às consequências sociais da urbanização paulistana no século XXI, a população de baixa renda se mantém excluída da maior parte dos benefícios do crescimento. Ainda que entre nas últimas décadas melhorias concretas tenham se verificado em termos de PIB per capita, da diminuição da concentração da pobreza, da melhoria em serviços de infraestrutura, saúde e educação, a RMSP enfrenta desafios tão complexos quanta aqueles do auge de seu aumento populacional. Enquanto nas periferias municipais permanecem dificuldades relativas à moradia e à construção de sistemas de saneamento eficientes, no centro de São Paulo emerge a necessidade de enfrentar as consequências de seu abandono parcial pela mudança de empresas de setores mais dinâmicos para locais com infraestrutura mais moderna e adequada às demandas contemporâneas. Dessa forma, apesar de se manter como área densamente povoada, o centro sofre com alto congestionamento, edifícios obsoletos e o aumento dos índices de violência (COMIM, 2004). Os obstáculos contemporâneos da Região Metropolitana de São Paulo serão acompanhados de forma mais próxima nos próximos capítulos, após a apresentação histórica da Cidade do México, desenvolvida na seção seguinte.

## 2.2 A CIDADE DO MÉXICO: DA FUNDAÇÃO AO SÉCULO XXI

A Cidade do México foi fundada em 1521 após a conquista espanhola de Tenochtitlán, capital do Império Asteca. A região já era habitada desde pelo menos 1325, quando os mexicas<sup>23</sup> começaram a povoar as ilhas no lago Texcoco. No início do século XVI, com uma população de aproximadamente 150 mil habitantes<sup>24</sup>, já contava com um serviço público de limpeza, iluminação pública e aquedutos para a distribuição de água

---

<sup>22</sup> O Valor de Transformação Industrial (VTI) é calculado a partir da diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial e o Custo das Operações Industriais – incluindo consumo de matérias-primas, combustíveis, energia elétrica etc. (NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE – NECAT UFSC, 2020).

<sup>23</sup> Mexica é como se autodenominava o povo fundador do Império Asteca (MUNDY, 2015).

<sup>24</sup> Apesar de Tenochtitlán ter cerca de 150 mil habitantes em 1518, se somada às cidades em seu entorno, a população regional se aproximava de 500 mil habitantes (MUNDY, 2015). Após a conquista espanhola, a cidade só passaria a ter um número similar de residentes novamente no início do século XIX (GLASCO, 2010).

potável pelos *calpulli*<sup>25</sup> (INSTITUTO NACIONAL PARA EL FEDERALISMO Y EL DESAROLLO MUNICIPAL – INAFED, 2010). A cidade em seu molde atual, entretanto, foi construída sobre as ruínas de Tenochtitlán, com ruas que partem do centro da cidade na *Plaza Mayor*<sup>26</sup>, onde foram erigidos a catedral da cidade e o palácio do vice-rei da Nova Espanha. Próximo aos edifícios centrais estavam outras repartições de governo e as residências das famílias mais abastadas (GLASCO, 2010).

A população indígena, por outro lado, foi inicialmente proibida de viver no centro e relegada a áreas nos entornos. Apesar da exclusão das áreas centrais e da dizimação de grande parte de seu povo, os descendentes mexicas foram parte fundamental da construção da Cidade do México como capital da Nova Espanha, que dependeu de sua mão de obra e contribuição cultural. O regime de segregação se desmantelou apenas no século XVIII, quando a expansão da área urbana levou europeus e seus descendentes a ocuparem também áreas inicialmente periféricas (MUNDY, 2015).

No século XVIII, a Cidade do México já era vista como local de oportunidades para famílias provindas de áreas rurais, por abrigar oficinas para aprender profissões, assim como diversas escolas e a sede da Universidade do México. O aumento populacional veloz da região causou, entretanto, a piora das condições de vida, precarizadas pela insuficiência de postos de trabalho. As redes de saneamento tampouco acompanharam o crescimento de habitantes, gerando acúmulo de resíduos pelas ruas e a poluição dos canais da cidade. Nesse cenário, doenças se espalharam com facilidade, com a ocorrência de epidemias de varíola e sarampo (GLASCO, 2010).

As elites dirigentes viram as dificuldades sanitárias como incentivo para uma ‘moralização e limpeza da sociedade’, que na prática promoveu reformas urbanas para novamente expulsar as classes baixas do centro (MUNDY, 2015). Focado em apresentar a capital colonial como referência ao mundo, o remodelamento da Cidade do México estabeleceu ruas largas e espaços públicos abundantes, cuja utilização era regulada para beneficiar o seu uso pela alta sociedade. As mudanças contrastavam com a falta de moradia urbana, as frequentes inundações por drenagens mal executadas e a pobreza da maioria dos habitantes. Ao final do século XVIII, a Cidade do México voltava a ser a cidade de maior população nas Américas, enfrentando problemas de seu conflituoso e rápido crescimento desigual (GLASCO, 2010).

---

<sup>25</sup> Os *calpulli* eram subdivisões de Tenochtitlán, equivalentes aos bairros modernos (INAFED, 2010).

<sup>26</sup> A própria *Plaza Mayor* (hoje *Plaza de la Constitución*) foi construída sobre a praça central de Tenochtitlán, onde estavam o templo central e o palácio de Moctezuma II (MUNDY, 2015).

Como sede de governo, a Cidade do México obteve posição privilegiada na política mexicana, mas a primazia não ocorreu de forma similar na economia durante os primeiros séculos. Ao longo do período colonial, a cidade se ocupava de atividades agrícolas e mineradoras, além de se destacar no âmbito educacional, como sede da primeira universidade do país. Como capital, a cidade também se tornou prioritária para o recebimento de recursos federais, o que beneficiou a construção de infraestrutura e o oferecimento de serviços públicos. A matriz econômica da Cidade do México se modificaria de forma intensa apenas na primeira metade do século XX, quando iniciativas industrializantes iniciadas no período pós-independência se ampliaram. O crescimento industrial mexicano passou a se concentrar na cidade e em seu entorno desde as primeiras indústrias, incentivado pela proliferação de estradas de ferro na região (GARZA VILLAREAL, 1985).

Uma vez instituído seu centro industrial, o crescimento populacional da Cidade do México é acelerado no século XX. Todavia, ao contrário do que ocorreu em São Paulo, que demorou em ultrapassar o Rio de Janeiro como principal centro urbano do país, a capital mexicana sempre havia sido a principal aglomeração urbana de seu Estado. Já em 1910, a Revolução Mexicana levou a um processo de modernização que gerou o primeiro grande impulso de fluxos populacionais da zona rural para áreas urbanas. Muitos camponeses se instalaram em partes periféricas da Cidade do México em busca de oportunidades de trabalho, especialmente no comércio e na oferta de serviços (ROMERO, 2011). Em 1930, a cidade atinge a marca de um milhão de habitantes, continuando um rápido aumento populacional e espacial que absorveu povoados em seu entorno (GUTIÉRREZ DE MACGREGOR, 2003). A Cidade do México, entretanto, ainda constituía um dos poucos enclaves urbanos no país na primeira metade do século XX, já que apenas um quinto dos mexicanos residia em cidades em 1940 (GARZA VILLAREAL, 2005).

A partir dos anos 1940, a adoção de um projeto de industrialização baseado na substituição de importações aprofundou a urbanização da região, que durante os anos 1950 e 1960 se torna a principal responsável pela produção de bens de consumo no México. O aumento da produção industrial na Cidade do México se deu de forma rápida, a taxas de crescimento de 6,1% ao ano. Em 1960, a ZMVM chegou a ser responsável por 47,1% da produção industrial mexicana. É nessa época que também são executadas grande parte das obras de infraestrutura que permitiriam à metrópole sua manutenção como centro dinâmico da economia nacional. Estimuladas pelo governo federal, são construídas rodovias, além de infraestrutura elétrica, de gasodutos e de telecomunicações (GARZA VILLAREAL, 2005). A melhoria da infraestrutura na capital federal, contudo,



acentuou as desigualdades regionais no México, cujos recursos humanos e produtivos estavam concentrados na Cidade do México. De fato, mesmo na ZMVM, a distribuição espacial da população e produção se manteve predominantemente dentro dos limites do Distrito Federal até os anos 1970, quando se espalha até o estado do México<sup>27</sup>. Conforme a cidade se expandia, cada vez mais trabalhadores se instalavam nas periferias, incluindo as inóspitas terras salgadas onde antes existia o Lago Texcoco, que após drenado deu origem às atuais delegações de Xochimilco, Tláhuac e Milpa Alta, no Distrito Federal (ROMERO, 2011).

A concentração de recursos e investimentos tornou a capital principal centro econômico e financeiro do país (PROCURADURÍA AMBIENTAL Y DEL ORDENAMIENTO TERRITORIAL DE LA CIUDAD DE MÉXICO – PAOT, 2002). Desde o início dos anos 1970, decretos de descentralização industrial foram aplicados de forma a incentivar o surgimento de novas zonas produtivas. Enquanto a Cidade do México não estava incluída nos benefícios, diversas cidades de sua região metropolitana se enquadravam nos critérios, resultando na desconcentração da indústria para outras localidades da ZMVM – apesar de o efeito pretendido pelo governo ter sido a industrialização de outras regiões, longe das concentrações populacionais da época (GARZA VILLAREAL, 2005). A desconcentração a nível nacional ocorreria apenas após a instauração do regime de *maquiladoras*<sup>28</sup> para as áreas de menor concentração industrial, em 1972. Com a implantação da *maquila*, foi especialmente beneficiada a atividade industrial nos estados do Norte do país, em vantagem pela proximidade aos Estados Unidos e menores custos de infraestrutura (PAOT, 2002).

Programas como o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, de 1978, tentaram estimular o equilíbrio regional e melhoria das condições de vida nas metrópoles mexicanas. Contudo, poucos recursos eram destinados a esses planos e a responsabilidade sobre o desenvolvimento urbano recaía sobre as prefeituras e governos estaduais, que dificilmente coordenavam suas ações. Na região metropolitana da Cidade do México, a articulação governamental é especialmente pertinente, uma vez que a constituem 76 governos municipais de 3 estados diferentes. Portanto, interferem na governança, além das

---

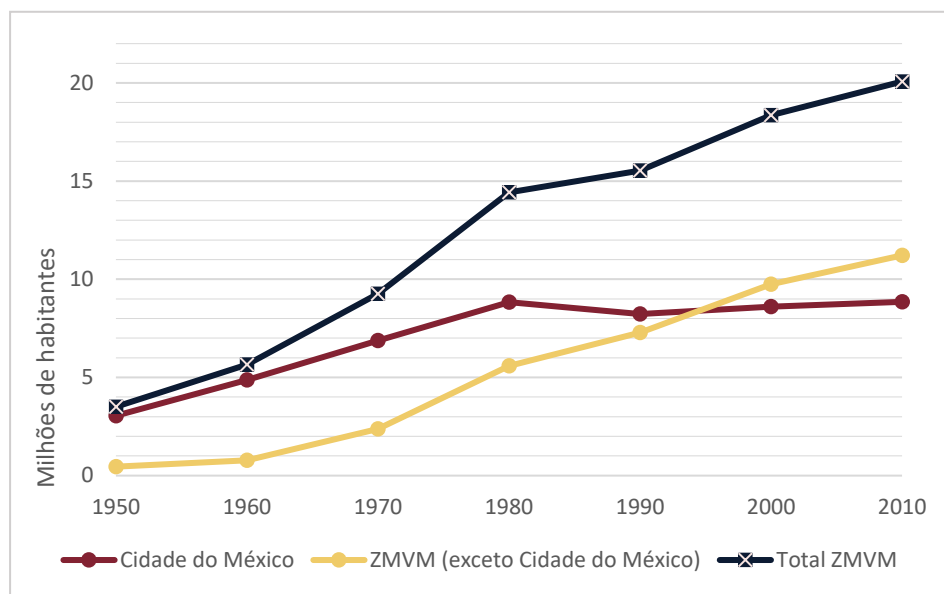
<sup>27</sup> O estado do México é a unidade federativa mais populosa do México, localizada ao norte da Cidade do México. 58 dos 76 municípios e delegações da Região Metropolitana da Cidade do México estão localizadas neste estado.

<sup>28</sup> O regime de maquiladoras estabelece fábricas de empresas transnacionais em países da periferia global para realizar parte do processo produtivo como mecanismo de redução de custos, já que os salários nesses Estados são substancialmente mais baixos. No México, esse processo acarretou uma grande integração produtiva com fábricas nos Estados Unidos, pela proximidade geográfica (GONZÁLEZ MARÍN, 2002).

prefeituras, três governos estaduais e o governo federal, com maior relevância por se tratar da capital nacional. Nesse cenário, a inexistência de uma instância de tomada de decisão a nível metropolitano tornou difícil a coordenação de serviços de redes de água e esgoto, transportes, saúde e educação, especialmente pelos interesses divergentes de cada municipalidade. Em geral, a ZMVM depende de políticas tomadas a nível nacional que também possuam implicações regionais para executar planos de desenvolvimento de infraestrutura. Ainda que tentativas de instaurar políticas regionais tenham sido feitas nas últimas décadas do século XX, estas se mostraram ineficientes, como o Plano de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, de 1980, que descreveu as vantagens locacionais da Cidade do México, mas falhou em identificar entraves econômicos e sociais à melhoria da cidade ao dar enfoque exclusivo a questões urbanísticas (GARZA VILLAREAL, 2005).

Seguindo o intenso, mas instável crescimento econômico mexicano, a região metropolitana do Vale do México apresentou altos índices de crescimento entre 1950 e 1981, posteriormente enfrentando uma crise econômica generalizada nas duas décadas finais do século XX. Durante os anos 1980, com a deterioração econômica do México – e de toda a América Latina, em crise de dívida externa – a ZMVM, como centro da economia mexicana, foi especialmente afetada, reduzindo sua participação no PIB mexicano. Nessa década foram iniciados processos de abertura comercial que desnacionalizaram a economia, seguidos da privatização de muitas empresas estatais nos anos 1990. O modelo de substituição de importações havia se esgotado diante da impossibilidade de contrair crédito para financiar a instalação de indústrias ainda mais refinadas em termos de conhecimento e tecnologia. Como solução, o México aumenta sua internacionalização, investindo na exportação de manufaturados como forma de garantir a entrada de dólares e estimular a economia apesar do desaquecimento do mercado interno. Nesse contexto, aumenta a relevância das *maquiladoras* a nível nacional, o que beneficiou a região Norte do país. A desaceleração econômica atinge também o crescimento populacional da Cidade do México, que estanca ao longo da década e aumenta a taxas menores que as demais regiões urbanas do México (MUÑIZ, SÁNCHEZ, GARCÍA-LÓPEZ, 2015). Por conta desse processo, a partir dos anos 1980 o crescimento populacional ocorre quase exclusivamente nos demais municípios da ZMVM, como pode ser verificado pelo gráfico 4, apresentado a seguir:

**Gráfico 4 - População da Região Metropolitana do Vale do México – 1950 a 2010  
(em milhões de habitantes)**



Fonte: elaboração própria, com base em dados de INEGI (1953; 1964; 1970; 1980; 1990; 2000; 2010).

O gráfico 4 demonstra que a população da Cidade do México em seus limites atuais, que compreendem todo o Distrito Federal mexicano, se estabilizou desde os anos 1980. Isso se dá principalmente pelo esgotamento de terras a preços acessíveis no centro e às taxas menores de crescimento econômico, se comparadas a outras cidades. Dessa forma, em meados dos anos 1990 se verificou a ultrapassagem, em população, dos demais municípios da ZMVM em relação à capital. A região, todavia, ainda detém grande potencial de atração populacional e possui capacidade de reter migrantes que chegam à ZMVM, pela oferta de vagas de emprego em diversos setores e de todos os níveis de especialização. Além disso, mesmo que a Cidade do México tenha estagnado seu crescimento em termos populacionais desde os anos 1980 (apresentando taxas de aumento populacional de 1,7% ao ano), cidades em seu entorno continuaram a crescer a taxas elevadas, reforçando a construção de uma macrometrópole no centro do México, liderada pela capital nacional (GARZA VILLAREAL, 2005).

Também durante os anos 1980 cresce a economia informal, pelo aumento do desemprego. Ainda que outros planos econômicos e de desenvolvimento tenham sido aplicados, a recuperação econômica da metrópole se mostrou mais lenta que a de outras cidades mexicanas. Apesar dos planos de descentralização anteriores terem obtido poucos efeitos, a crise econômica dos anos 1980 e 1990, ao atingir de forma desproporcional a Cidade do México, obteve algum êxito em desconcentrar a atividade econômica. Nos anos 1990, a onda de privatizações e a assinatura do NAFTA (Tratado de Livre Comércio

da América do Norte) sinalizaram a aderência a princípios neoliberais e uma possibilidade maior de trocas com os Estados Unidos. Esse cenário, adicionado à crise dos bancos privados mexicanos de 1995, beneficiou novamente a região Norte do país em detrimento da Cidade do México. A década de 1990 também introduz à metrópole a necessidade de mão de obra qualificada para acompanhar avanços de tecnologia e produção e permitir sua especialização em setores de alto valor agregado para o novo século (GARZA VILLAREAL, 2005).

A crise econômica aprofundou desafios que haviam surgido desde o início da urbanização da região. Diversos setores essenciais à qualidade de vida da população sofreram as consequências do crescimento rápido da capital mexicana, especialmente na segunda metade do século XX. O processo levou à sobrecarga de serviços públicos como a provisão de água, serviços de saúde e educação, limpeza urbana e destino de resíduos sólidos (GARROCHO RANGEL, 2013). Nesse contexto, problemas ambientais são agravados; os lagos e rios, especialmente, sofrem grande intervenção humana pelo constante risco de inundação da região metropolitana. A construção de diques se iniciou ainda no período colonial, no entanto, a questão não foi resolvida e ao final do século XIX se iniciaram os processos de drenagem do sistema de lagos em torno da Cidade do México<sup>29</sup>, acompanhados de intenso desmatamento nos entornos como modo de permitir o crescimento das fronteiras urbanas (GALLARDO NEGRETE, 2017). As intervenções dificultaram o acesso à água, que apesar de não ser escassa como nas regiões desérticas do Norte do país, pode se tornar insuficiente para atender a toda a população da metrópole se gerida de forma irresponsável. As águas até este momento não são administradas da maneira ideal: em muitas localidades da ZMVM, a água é retirada diretamente de fontes para o consumo, o que promove sua contaminação. Além disso, cerca de 80% das águas residuais (esgoto) não eram tratadas no início da década passada (GARROCHO RANGEL, 2013).

Além de problemas ambientais, as estruturas econômica e social precárias da metrópole criam ambientes urbanos violentos, reafirmados pela ação de forças estatais também violentas e militarizadas. Assim como São Paulo e a maioria das metrópoles em países da periferia do sistema global, a Cidade do México cresceu de maneira desordenada e intensa, agravando problemas de moradia, distribuição de renda e outras condições

---

<sup>29</sup> O sistema de lagos do Vale do México inclui os lagos Zumpango, Xaltocan, Texcoco, Xochimilco e Chalco. Atualmente, seu volume de água corresponde a uma porção ínfima da original, contida por barragens e canais que separam as águas das cidades (GALLARDO NEGRETE, 2017).

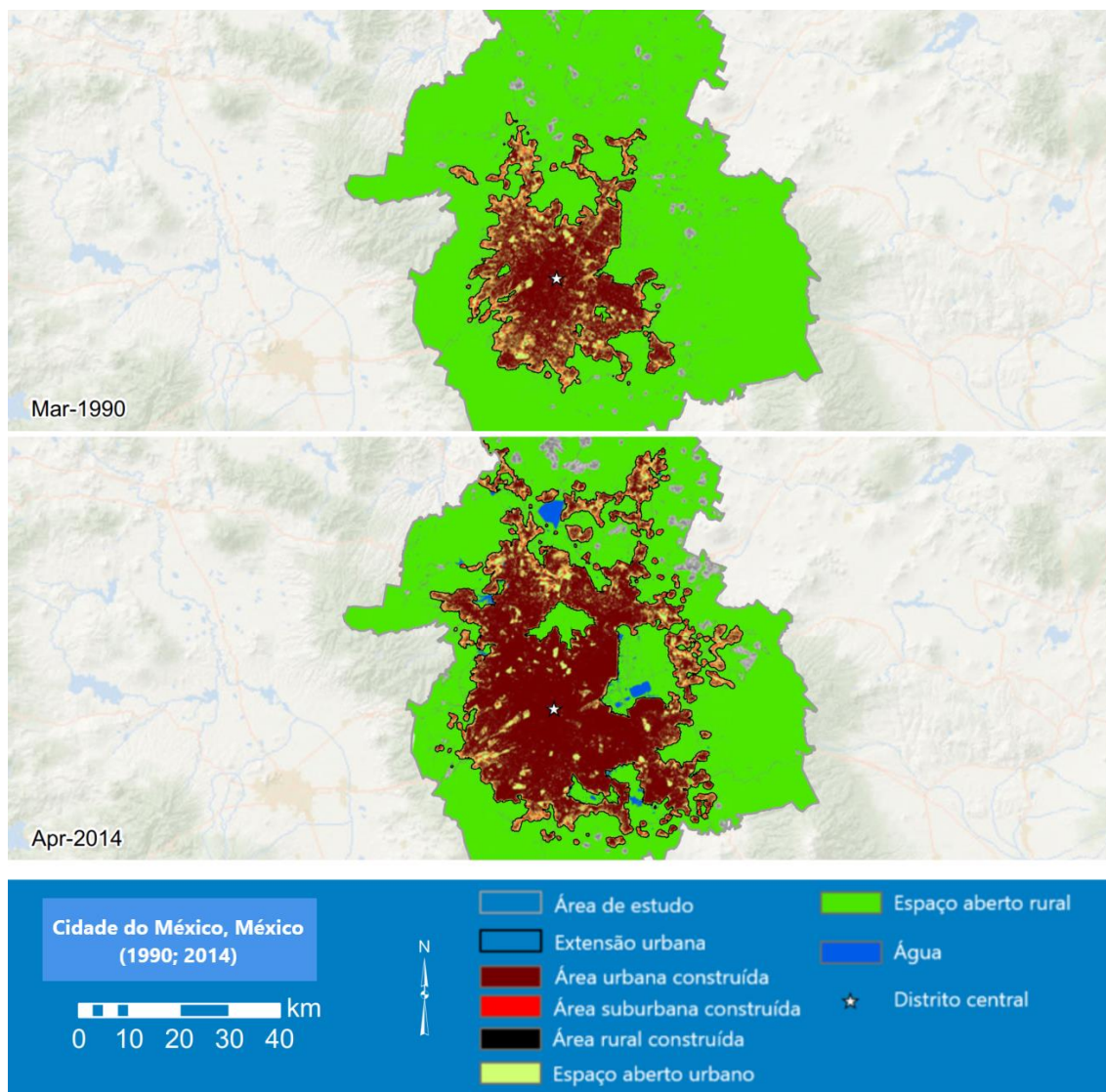
de qualidade de vida. Os governos locais, nesse sentido, falham em fornecer respostas adequadas aos desafios socioeconômicos por meio de planos de desenvolvimento e de redução da pobreza, agravando a desigualdade entre regiões mais enriquecidas e empobrecidas da cidade. O domínio do território, por exemplo, é majoritariamente corporativo e, portanto, não tem como prioridade estabelecer moradia apropriada a todos os habitantes da ZMVM (VALENZUELA-AGUILERA, 2016). Outros entraves ao desenvolvimento pleno da região incluem o acesso precário à saúde, especialmente em periferias, a persistência da pobreza urbana e infraestrutura inadequada para a distribuição de água e o tratamento de esgoto (OECD, 2015).

Apesar de estar longe de seu patamar potencial de desenvolvimento, a ZMVM se tornou a região de maior desenvolvimento humano do México, medido a partir do Índice de Desenvolvimento Humano. Seu índice de pobreza está abaixo da média mexicana, ainda que seja superior à de pelo menos 15 outras regiões metropolitanas de seu país. Quando comparada a outras regiões mexicanas, a ZMVM também apresenta alta renda per capita e ótimos índices de educação, impulsionados pela localização de algumas das principais escolas e universidades do país, como a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Muitas vantagens socioeconômicas provêm do status da região metropolitana do Vale do México como *cluster* de serviços, centro financeiro e de seguros nacional, referência em índices universitários e na realização de pesquisa e criação de novas tecnologias (LUISELLI FERNÁNDEZ, 2019). A ZMVM é motor econômico regional e nacional, constituindo a área com mais empregos nos setores de alta tecnologia e comunicação, que correspondeu a cerca de 30% do setor nacional em 2009. A região ainda é o centro nacional dos empregos industriais, apesar de grande parte da atividade industrial ter sido transferida às cidades emergentes próximas à fronteira com os Estados Unidos. Quando considerada em conjunto com as regiões metropolitanas de Guadalajara e Monterrey, a Região Metropolitana do Vale do México concentra 45% das atividades econômicas com uso intensivo de conhecimento no México (GARROCHO RANGEL, 2013).

Assim como São Paulo em relação à formação da macrometrópole paulista, a Cidade do México sofreu uma expansão urbana intensa, que gerou conurbações com as regiões metropolitanas de Cuernavaca-Cuautla, Puebla-Tlaxcala, Pachuca, Querétaro-San Juan del Río e Toluca-Lerma (PRADILLA COBOS, 2016). Mesmo que a moradia tenha se espalhado para outras municipalidades da região metropolitana, o mesmo não ocorreu de forma tão intensa com as vagas de emprego, que se mantiveram relativamente concentradas em localidades da Cidade do México, levando a capital a permanecer principal

destino e principal ponto de partida dos movimentos pendulares (MUÑIZ; SÁNCHEZ; GARCÍA-LÓPEZ, 2015). A expansão veloz da ZMVM nas últimas décadas resultou na formação de uma região metropolitana de 76 municípios, ainda que nem todos possuam área urbana extensa, como pode ser verificado na figura 2, apresentada abaixo:

**Figura 2 - Expansão da área urbana da ZMVM (1990; 2014)**



Fonte: Traduzido e adaptado de ANGEL et al, 2016, p. 254

A figura 2 também demonstra os efeitos da periferização e expansão das fronteiras urbanas da Cidade do México, que ocorre rapidamente a despeito de taxas de crescimento populacional mais modestas nas últimas décadas. Ainda que crescendo a taxas menores e diminuindo sua participação na população mexicana, a ZMVM representa uma porção extraordinária dos habitantes do país, passando de 28,6% da população nacional em 1990 para 25% em 2010 (GARROCHO RANGEL, 2013). Segundo a OCDE (2015), em 2015 a metrópole correspondia a 17% da população mexicana. A queda na participação do total

da população mexicana se dá especialmente pelo crescimento de cidades médias, que passam a corresponder a uma fatia maior da população mexicana nas últimas décadas. Portanto, o fenômeno no México não é exclusivo da capital: todas as 10 maiores metrópoles mexicanas diminuíram sua participação na população do país nas últimas décadas, apesar de terem mantido crescimento constante de suas populações. Apenas poucos municípios da ZMVM registraram queda absoluta em sua população desde 1990 (OECD, 2015).

Apesar de tanto São Paulo como a Cidade do México terem se tornado metrópoles de relevância similar na América Latina, as cidades tiveram caminhos históricos bastante diferentes. Isso não quer dizer que não haja semelhanças importantes entre as duas: ambas foram construídas em conjunto e em conflito com suas populações originárias; ambas mantiveram crescimento populacional constante nos últimos dois séculos; ambas enfrentaram problemas sérios com as consequências da urbanização para seus rios e lagos, levando a inundações e crises de abastecimento; ambas se beneficiaram do processo de industrialização de seu respectivo país para consolidar sua relevância econômica. Sua relevância política, entretanto, foi construída de maneira bastante distinta. Como capital histórica do México, a Cidade do México estava em posição privilegiada desde sua fundação para o recebimento de recursos públicos. São Paulo, por outro lado, construiu sua relevância política e econômica gradualmente, até se tornar uma grande metrópole no século XX. As cidades também foram planejadas de maneira dissemelhante – enquanto a Cidade do México mostrou preocupações maiores com o planejamento de ruas e bairros, por ser uma sede administrativa desde o século XVI, São Paulo teve pouco planejamento a princípio, sendo capaz de fazer grandes obras apenas a partir do momento em que se torna centro da economia brasileira. Seus caminhos diferentes, contudo, não impediram que se tornassem centros econômicos e políticos de importância nacional e global, enfrentando desafios semelhantes em seu crescimento e desenvolvimento humano. Atualmente constituem duas das maiores conurbações do mundo. Como demonstrado por sua importância nos cenários nacionais, é inviável pensar no desenvolvimento latino-americano sem considerar o desenvolvimento de suas cidades. A seguir, o texto apresentará de forma mais clara a importância do processo de industrialização das cidades latino-americanas para o desenvolvimento do subcontinente, assim como introduzirá a discussão sobre as formas de se medir as condições de desenvolvimento da região.

### 3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

A concepção de desenvolvimento na América Latina se transformou de maneira significativa, acompanhando as mudanças políticas, econômicas e sociais do sistema internacional. Considerando-se o âmbito produtivo, enquanto no início do século passado parecia difícil vislumbrar um continente latino-americano industrializado, atualmente suas regiões metropolitanas têm produção diversificada e participação significativa no mercado de bens e serviços global. Ainda assim, é inegável a relevância, mesmo no século XXI, do setor primário nas economias da região. O *boom* dos preços das *commodities* agrícolas durante o início dos anos 2000, por exemplo, foi responsável primário da manutenção de boas taxas de crescimento do PIB desses países no início do século. Entretanto, a natureza de baixo valor agregado de produtos primários sem transformação industrial dificulta a obtenção de dinamismo econômico na mesma proporção que no setor secundário. No século XXI, sobretudo, as áreas de maior dinamismo são aquelas que agregam alta tecnologia e conhecimento, cuja produção é concentrada nas metrópoles, pela convergência de mão de obra qualificada e boa conectividade, de transportes, tecnologia e relações com outras regiões (STORPER et al, 2015).

Das reflexões sobre a ‘vocalização agrícola’ da região aos teóricos desenvolvimentistas ligados à CEPAL, que influenciaram decisões políticas ao longo de todo o século XX, o debate sobre o papel latino-americano no mercado internacional também foi palco de mudanças. Nos anos 1980 e 1990, com o triunfo do neoliberalismo, a discussão se direcionou para a financeirização da economia e a importância da incorporação de alta tecnologia e serviços especializados, como forma de manter a competitividade no mercado global, cada vez mais globalizado e interdependente (PHILLIPS, 2015). Mais adiante, nos anos 2000, com a diversificação da produção, as atividades primário-exportadoras – agora também intensivas em tecnologia pela aplicação de novas técnicas agrícolas, maquinário e aprimoramento genético de sementes – passaram a dividir o total da produção dos países de renda mais alta na América Latina com a industrialização e a provisão de serviços altamente especializados, como forma de buscar maior autonomia e inserção no mercado global. Ainda assim, a região encontrou dificuldades para competir com países mais desenvolvidos e com o crescente dinamismo das economias asiáticas, que se integraram de maneira mais rápida aos fluxos de comércio internacionais (ELSON, 2013).

A assimetria em relação aos países desenvolvidos também é central ao debate sobre desenvolvimento na região, uma vez que define suas relações políticas e comerciais



com Estados do centro do SI. Destas, são especialmente relevantes as relações com os Estados Unidos, que como grande potência próxima à região, têm influência nos assuntos latino-americanos, sejam econômicos ou políticos (BUZAN; WAEVER, 2003). Como países influentes a nível regional, entretanto, Brasil e México<sup>30</sup> têm maior margem de negociação com esses Estados que os demais do subcontinente, ainda que não estejam em posição de igualdade. Adicionalmente, as relações com a China também se tornaram fundamentais nas últimas décadas, por sua relevância econômica e comercial: o país é grande mercado consumidor de produtos primários e exportador de bens industrializados. Atualmente, a produção chinesa ocupa muitos dos espaços anteriormente ocupados no mercado latino-americano por produtos industriais da própria região, em indústrias tanto de alto como de baixo nível tecnológico (PHILIPPS, 2015). As relações internacionais da América Latina, portanto, são moldadas pelo fato de a região se manter à margem de muitas facetas do desenvolvimento global, apesar dos avanços das últimas décadas.

O desenvolvimento, entretanto, não pode ser caracterizado apenas pelas dimensões econômica e política. Assim como no restante do mundo, na América Latina, análises sobre o desenvolvimento se tornaram menos focadas puramente no crescimento econômico ao longo do século XX, passando a incluir discussões sobre saúde, educação, moradia, direitos humanos e sustentabilidade. Questões como a distribuição de renda, apesar de fazerem parte da discussão há décadas, passaram a ser mais relevantes no contexto da formulação de políticas públicas na região apenas no século XXI, quando o poder de compra e a qualidade de vida dos latino-americanos já se encontravam deteriorados como consequência das sucessivas crises nos anos 1980 e 1990. A execução de programas sociais em diversos níveis de governo, aliada a um crescimento econômico constante no início dos anos 2000, permitiu que indicadores de pobreza fossem reduzidos de forma significativa, acompanhados por uma lenta melhora da desigualdade de renda, pela expansão das classes médias e progresso em índices de acesso à saúde e educação. O período a partir de 2014, por outro lado, demonstrou progresso mais lento em termos sociais, ou mesmo retrocessos, como na concentração de renda (ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN - ECLAC, 2019).

Com o objetivo de explicar de maneira mais detalhada a discussão sobre desenvolvimento na América Latina, a seção 3.1 apresentará um rápido panorama da evolução

---

<sup>30</sup> O Brasil, com influência limitada à América do Sul; o México, com influência sobre a América Central e o Caribe, apesar da assimetria de poder em relação aos EUA, país com o qual tem sua mais extensa fronteira.

de ideias sobre o desenvolvimento latino-americano ao longo dos séculos XX e XXI. Posteriormente, a seção 3.2 descreverá o conceito de desenvolvimento multidimensional, como posto por Amartya Sen, assim como apresentará os indicadores que serão utilizados ao longo dos próximos capítulos para analisar as regiões metropolitanas de São Paulo e Cidade do México.

### 3.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Durante séculos, a posição dos países latino-americanos no mercado global era exclusivamente a de fornecedora de matéria-prima e produtos primários. A colonização ibérica estabeleceu regimes mercantis baseados na extração de riquezas naturais da região – especialmente ouro, prata e madeira – e, posteriormente, adicionou à pauta de exportação produtos agrícolas de grandes plantações, como o açúcar. Nesse período, o uso da mão de obra escrava ou servil foi amplo em todo o continente, criando estruturas sociais extremamente desiguais. Além disso, o acesso da população a serviços básicos, especialmente à educação, era escasso: no México, restrito a escolas e universidades nos maiores centros urbanos; no Brasil, limitado à educação básica, já que decretos governamentais proibiam a fundação de instituições de ensino superior. Mesmo após a independência, a América Latina continuou a centrar sua economia na produção do setor primário, pela riqueza de matérias-primas e pela impossibilidade técnica de desenvolver complexos industriais concomitantemente aos países centrais (ELSON, 2013).

A industrialização efetiva latino-americana foi iniciada apenas na década de 1930, capitaneada pela ação estatal. Os investimentos foram direcionados ao crescimento de setores essenciais, como forma de constituir um parque industrial capaz de iniciar o processo de substituição de importações (PSI) (CORRALES, 2012). Esse modelo industrial estatista e intervencionista buscava a maior independência em relação às importações – que causavam pressão sobre as balanças comerciais do subcontinente – enquanto mantinha a pauta de exportações ligada ao setor agroexportador. A decisão de centrar investimentos em bens destinados ao mercado interno determinou o perfil limitado das indústrias da região a longo prazo. Segundo Elson (2013), apenas Brasil e México, de toda a América Latina, figuraram entre os 15 países em desenvolvimento que mais exportaram manufaturados desde os anos 1990.

Além do planejamento estatal inicial, discussões mais aprofundadas sobre a industrialização da região surgiram durante a década de 1940, realizadas por pesquisadores

da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) destinada à realização de estudos econômicos, que endossaram a industrialização como essencial ao desenvolvimento latino-americano. Destaca-se, nesse contexto, a contribuição de Raúl Prebisch, economista argentino que descreveu o sistema vigente de trocas desiguais entre países do centro do capitalismo global – produtores e exportadores de bens de alto valor agregado – e países da periferia – exportadores de produtos primários de baixo valor agregado. Para superar essa assimetria, seria necessário planejar a industrialização da América Latina e, ao mesmo tempo, aprimorar seu setor primário a partir da mecanização como forma de obter recursos para a mudança estrutural da economia. O aumento de produtividade do trabalho e do valor agregado dos produtos exportados solucionaria, a princípio, o problema da escassez de dólares, sustentando as ainda necessárias importações de produtos de alta tecnologia e alto valor agregado (PREBISCH, 1949). Com isso, Prebisch negava a ideia clássica de que o desenvolvimento ocorreria de maneira automática no longo prazo, com a difusão dos benefícios econômicos do centro para a periferia capitalista. Apenas o planejamento econômico industrializante poderia equiparar a América Latina aos países centrais.

A tese dos economistas cepalinos ficou conhecida nos anos 1960 como teoria da dependência. Os dependentistas refletiam sobre o desenvolvimento capitalista na periferia, que estabeleceu a região como subordinada aos países centrais em termos políticos e econômicos desde o período colonial (PALMA, 2008). Além disso, enfatizavam as limitações das economias regionais, a partir das quais surgiram diversas estratégias nacionais de desenvolvimento industrial nas décadas seguintes, transcorrendo da expropriação de empresas estrangeiras à criação de empresas estatais em setores estratégicos, como o energético (DOMÍNGUEZ, 2012). Segundo Philipps (2015), a discussão sobre desenvolvimento na América Latina é mais pautada atualmente em termos de encontrar “autonomia como forma de mitigar a dependência” (PHILIPPS, 2015, p. 92) que do modo apresentado pela CEPAL nos anos 1960. Afinal, o cenário regional ainda é marcado por assimetrias de poder político e econômico em relação a países centrais e à China, cujo comércio com a região é pautado na exportação latino-americana de produtos primários.

A partir da aplicação do PSI, países de maior população, como Brasil e México, formaram metrópoles industrializadas de projeção global. Seus mercados internos numerosos favoreceram o modelo de industrialização escolhido, que conseguiu manter altas taxas de crescimento econômico entre 1945 e 1981. Como resultado, esses países constituíram parques industriais mais diversificados, estimulados por medidas de proteção das

indústrias recém-instaladas (LUSTIG; SZÉKELY, 1997). Todavia, a preocupação com outros aspectos do desenvolvimento – não econômicos – não foi priorizada pelos governos nacionais à época. Ainda que desde a década de 1930 tenham sido estabelecidas algumas medidas de segurança social – como aposentadoria e seguro saúde –, estas se restringiam a trabalhadores formais, especialmente das fábricas que se proliferavam nas cidades. Esses benefícios eram limitados, uma vez que não abrangiam a maior parte da população, nem na zona rural nem nas periferias das áreas urbanas. As primeiras medidas de previdência para trabalhadores rurais na América Latina, por exemplo, ocorreram no Brasil, com o estabelecimento do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural, estabelecido em 1963) e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural, de 1971). Nas cidades, melhoras lentas foram feitas em acesso à água, à eletricidade e aos sistemas de saneamento, ainda que insuficientes para atender ao crescimento das áreas urbanas (MCGUIRE, 2012).

Ademais, os planos econômicos aplicados a partir dos anos 1940 foram em grande parte inspirados em modelos políticos e econômicos de países desenvolvidos, como receita para gerar “maior desenvolvimento”. Este foi um movimento incentivado pelos próprios EUA no período pós-1945, como modo de garantir sua influência hegemônica durante a Guerra Fria, em contraposição à proposta da União Soviética. O surgimento do próprio conceito de desenvolvimento e de países “mais desenvolvidos” e “menos desenvolvidos”, segundo Wallerstein (2004), insinuava que os países seguiriam um mesmo modelo de modernização e ao atingir um patamar elevado de desenvolvimento, seriam similares (WALLERSTEIN, 2004). Contudo, os desafios latino-americanos eram muito diferentes dos europeus e anglo-americanos, cujas bases produtivas e condições sociais passaram por processos históricos dessemelhantes aos dos países periféricos.

Apesar do aprofundamento dos desafios causados pela urbanização e industrialização, as condições de vida melhoraram de forma constante na América Latina dos anos 1950. O seguimento desse progresso inicial, todavia, recuou à medida que o processo de industrialização se tornava cada vez mais custoso conforme investimentos mais intensivos em tecnologia se faziam necessários. Ainda, questões como a disparidade de renda, de produtividade e a concentração do desenvolvimento em algumas áreas urbanas, como as metrópoles São Paulo e Cidade do México, se tornavam mais evidentes. Ao mesmo tempo em que o PSI entrava em crise, parte da produção global era realocada para países em desenvolvimento, principalmente na Ásia, como forma de reduzir custos ao utilizar mão de obra pouco valorizada (FERNÁNDEZ; BRONDINO, 2019). A América Latina

não seria contemplada por essa segunda onda de industrialização periférica no século XX, agravando sua crise, que se reflete, dentro dos marcos deste trabalho, em crise econômica e social em suas regiões metropolitanas mais dinâmicas.

Os choques do petróleo nos anos 1970 atingiram de forma intensa a região, que dependia das importações de óleo bruto e derivados para suprir sua matriz energética. No México, a situação se reverteu com a descoberta de reservas de petróleo ao final da década (LUSTIG; SZÉKELY, 1997). No Brasil, por outro lado, foi necessária uma diversificação dos fornecedores de petróleo e uma produção expandida de combustíveis, como ocorrido a partir do programa Proálcool, lançado em 1975. Para abordar o desequilíbrio energético e contornar a crise produtiva, que ocorria simultaneamente, os países da região contraíram empréstimos internacionais em abundância, disponíveis a partir do aumento dos preços do petróleo e capital excedente nos países produtores. O endividamento permitiu que o crescimento nos anos 1970 ocorresse a taxas altas: durante a década, a produção mexicana cresceu a taxas médias de 6,7% ao ano, enquanto o PIB brasileiro aumentou a taxas médias de 8,8% (FERNÁNDEZ; BRONDINO, 2019; INEGI, 1999; IBGE, 2020b). O crescimento, entretanto, não foi acompanhado de distribuição da renda, que se tornou mais concentrada durante o período.

A euforia econômica pelas altas taxas de crescimento dos anos 1970 foram seguidas por um período de recessão econômica durante os anos 1980. Endividamento insustentável, hiperinflação e quedas constantes no PIB per capita marcaram a década e dificultaram a continuidade de investimentos e a instauração de um processo de crescimento econômico bem distribuído, que pudesse gerar desenvolvimento substancial em outras áreas (CORRALES, 2012). A desigualdade de renda se tornou ainda mais acentuada no período, uma vez que a população de baixa renda foi desproporcionalmente afetada pela desvalorização das moedas da região. Com toda a América Latina em crise, esforços políticos se concentraram na área de estabilização econômica, sem a qual quaisquer esforços de desenvolvimento econômico ou social seriam insustentáveis a longo prazo (LUSTIG; SZÉKELY, 1997).

Em meados dos anos 1980, o paradigma neoliberal ganhou força nas cúpulas de decisão latino-americanas. O modelo foi apresentado como solução para o endividamento grave dos países da região, apoiado pela pressão de credores, representados pelas condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Dessa forma, as décadas finais do século XX foram marcadas pela redução de gastos do governo – obtida por processos de privatização e redução dos quadros governamentais –, pela

desregulamentação financeira e liberalização do comércio<sup>31</sup>, medidas que esperavam acabar com a hiperinflação e o endividamento do Estado. O sistema neoliberal foi implementado com intensidades variáveis entre os países, resultando em efeitos também diversos. Apesar de a estabilidade monetária ter sido bem sucedida tanto no Brasil (a partir do Plano Real, em 1994) quanto no México (a partir do corte de três zeros do peso mexicano e a contração de empréstimos para a estabilização, entre 1994 e 1995), os cortes governamentais impediram a solução dos problemas sociais agravados pelos anos de crise, levando governantes e população a questionarem as consequências de sua aplicação (CORRALES, 2012).

A conjuntura latino-americana nos anos 1990, portanto, tornou necessária a tomada de ações sociais mais incisivas por parte dos governos da região, já que a recém-adquirida estabilidade macroeconômica não era suficiente para aumentar indicadores de desenvolvimento (ELSON, 2013). Em grande parte do subcontinente, governos alinhados à esquerda foram eleitos ao início dos anos 2000 com plataformas de redução das desigualdades (BIRDSALL; LUSTIG; MCLEOD, 2012). No México, por outro lado, após 71 anos de governos priistas<sup>32</sup>, ocorre a eleição de Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN), ligado a posições pró-mercado. Em toda a região, contudo, foram constatados aumentos de gastos governamentais em setores-chave, como educação e saúde, assim como a instauração de políticas de redistribuição. Os governos de Brasil e México também implementaram programas de transferência de renda condicionados, como o Bolsa Família e o Oportunidades<sup>33</sup>, ambos com resultados benéficos no poder de compra da população de baixa renda, assim como em índices de frequência escolar e utilização de serviços públicos de saúde. Seu sucesso incentivou outros governos da região a adotarem programas similares em menor escala (MCGUIRE, 2012). A ampliação estrondosa das exportações de produtos primários para a China e o aumento do preço internacional das *commodities* durante o período tornaram possível o financiamento público de tais programas, assim como a diminuição das dívidas contraídas durante a estabilização econômica

---

<sup>31</sup> O México, por exemplo, aderiu ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, que criou uma zona de livre-comércio com os Estados Unidos e o Canadá.

<sup>32</sup> De 1929 a 2000 o México foi governado por presidentes do Partido Revolucionário Institucional (PRI), criado a partir da Revolução Mexicana. Ainda que de início o PRI reunisse em suas bases de trabalhadores urbanos a elites regionais em um programa ligado ao nacionalismo e à socialdemocracia, nos anos 1980 adotou progressivamente o neoliberalismo como ideologia principal (GREENE; SÁNCHEZ-TALANQUER, 2018).

<sup>33</sup> Atualmente denominado Prospera, o programa foi resultado da evolução de programas de transferência de renda condicionados desde o final da década de 1990, quando foi implementado o Progresas, posteriormente chamado de Oportunidades (BIRDSALL; LUSTIG; MCLEOD, 2012).

dos anos 1990. Dessa forma, é possível afirmar que a melhora dos índices de desenvolvimento na América Latina durante a década de 2000 ocorreu pela conjunção de fatores políticos e econômicos (CORRALES, 2012).

Em geral, decisões de políticas públicas sociais a partir dos anos 1990 se tornaram menos relacionadas à previdência social, como no início do processo de industrialização, e mais focadas na assistência social, preocupadas com o fornecimento de serviços básicos de saúde, educação e saneamento (MCGUIRE, 2012). A partir de taxas de crescimento econômico moderadas, mas constantes e de programas de governo mais alinhados a solucionar entraves à melhora da qualidade de vida, índices como os de renda, acesso à saúde, educação e condições de moradia melhoraram em toda a região, especialmente nas zonas metropolitanas. As últimas décadas representaram avanços sociais importantes para a América Latina, ainda que se mantenham muitas questões a serem resolvidas. Na área da educação, por exemplo, ainda que o acesso à educação tenha sido ampliado, há dificuldade em melhorar a qualidade de ensino, que ainda apresenta baixas notas em testes internacionais padronizados e níveis altos de desistência e evasão. Da mesma forma, investimentos em serviços de saúde trouxeram bons resultados comparativos em saúde básica, mas ainda enfrentam muitos obstáculos para a universalização (MCGUIRE, 2012).

Após um período de taxas de crescimento econômico constantes na América Latina durante a primeira década do século XXI, resultado do aumento dos preços internacionais das *commodities*, a crise financeira de 2008 e seus impactos posteriores contribuíram para reduzir as possibilidades de desenvolvimento econômico. Além da redução súbita nas transações comerciais globais e do fim do *boom* das *commodities*, a diminuição da oferta de crédito nos países centrais resultou em menos oportunidades de financiamento para os governos latino-americanos. Ainda que a economia brasileira tenha resistido ao choque a princípio (a economia retraiu-se em apenas 0,2% no ano de 2009), o país manteve taxas de crescimento ínfimas ou negativas desde então. O México, por sua maior integração produtiva com os Estados Unidos, centro da crise, teve retração mais dramática em 2009, de -6,5%. Apesar de a economia mexicana ter se recuperado nos anos 2010, suas taxas de crescimento do PIB têm sido decrescentes desde 2015 (WB DATA, 2020b). Os percalços econômicos decorrentes da crise resultaram na redução da melhora em índices como o PIB per capita, no aumento do desemprego e do emprego informal, no aumento da pobreza e na redução de políticas governamentais para promover o desenvolvimento humano (ECLAC, 2019).

Uma preocupação recorrente no contexto atual latino-americano é a da possibilidade de desindustrialização da região, com índices menores de produtividade e maiores custos de infraestrutura que os países asiáticos (ELSON, 2013). A industrialização, assim como a especialização econômica, são fatores fundamentais ao desenvolvimento, pois permitem o aumento da produtividade regional (GARROCHO RANGEL, 2013). Ao contrário do que se pode pensar ao analisar a composição setorial atual do PIB de países centrais, predominantemente ligados ao setor de serviços, a indústria ainda é o setor com maior capacidade de dinamizar a economia e promover inovação<sup>34</sup>, essenciais ao desenvolvimento econômico sustentado. Países centrais se especializaram em produtos industriais de maior valor agregado, enquanto importam manufaturados mais simples de países em desenvolvimento industrializados, das regiões que Wallerstein (2004) classificaria como semiperiféricas, como México e Brasil. Dessa forma, o desafio de manter e progredir a industrialização das grandes metrópoles latino-americanas é essencial para manter a competitividade das economias nacionais e incentivar a produção de conhecimento para desenvolver novas tecnologias que possam ser comercializadas nos mercados internacionais (CHANG, 2013).

Ainda que as metrópoles latino-americanas tenham se especializado em atividades industriais e serviços financeiros e comerciais, a divergência econômica com metrópoles dos países centrais continua a existir. Enquanto o fluxo de informações é maior e mais veloz no século XXI, o desenvolvimento de novas tecnologias também o é – as metrópoles latino-americanas não estão em condições ainda de competir com países de maior tradição de investimento em pesquisa, cujo processo de melhoria industrial é constante (ELSON, 2013). Apresentado o panorama de desenvolvimento da América Latina, a subseção seguinte discorrerá sobre os métodos de se medir o desenvolvimento, partindo da necessidade de se fazer uma análise multidimensional pela complexidade da questão.

### 3.2 O DESENVOLVIMENTO MULTIDIMENSIONAL E MÉTODOS DE MEDIÇÃO

A conjuntura de desenvolvimento socioeconômico de uma região pode ser analisada a partir de diferentes parâmetros. Tradicionalmente, questões econômicas são levadas em conta, como a análise de crescimento do PIB do país, e do PIB per capita, um índice mais confiável do aumento da riqueza, pois ponderado com as variações

---

<sup>34</sup> A interpretação de tabelas de participação setorial no PIB pode ser confusa, especialmente em países desenvolvidos, onde grande parte do valor atribuído a serviços é decorrente de seus preços relativamente caros pela valorização da mão de obra (CHANG, 2013).



populacionais. Entretanto, a métrica da renda é insuficiente para avaliar todos os aspectos do desenvolvimento: pois levando em consideração apenas a renda, são desconsideradas informações sobre quais setores impulsionam o crescimento ou são responsáveis por um declínio da atividade; seria impossível determinar o perfil da força de trabalho e identificar potencialidades da região; informações sobre desigualdade e concentração de renda nem seriam examinadas. Um indicador, por sua definição, compõe apenas uma parte de um todo mais complexo a ser investigado e, portanto, deve ser combinado a outras análises para fornecer um diagnóstico mais completo. Ademais, é insuficiente observar indicadores sobre apenas um âmbito da sociedade – a economia – para diagnosticar entraves ao desenvolvimento humano. Áreas como educação, saúde e infraestrutura (de saneamento, de moradia, de transportes) também são determinantes para o desenvolvimento e, portanto, devem ser consideradas (ALKIRE, 2015).

É a partir da complexidade do desenvolvimento que Amartya Sen, economista indiano, identificou a necessidade de uma análise multidimensional. Para Sen (2000), o desenvolvimento não depende exclusivamente do crescimento do produto de um Estado ou região, da industrialização e nem mesmo do crescimento da renda ou do avanço tecnológico. Além de ser relacionado a todos esses fatores, está ligado à redução da pobreza, a oportunidades econômicas, ao acesso a serviços básicos – como educação, saúde e saneamento – e à capacidade das pessoas de viverem com algum conforto e terem liberdades de escolha, sejam econômicas, sejam políticas. Portanto, é importante medir a qualidade de vida da região analisada a partir daquilo que as próprias pessoas do local valorizam – e têm razão em valorizar – como objetivos e necessidades (ALKIRE, 2015).

Sen (2000) trata da abordagem das capacitações em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, que afirma que o bem-estar não provém da quantidade de recursos ou de sua utilidade, mas da capacidade de atingir funcionalidades de alto valor, que podem variar de recursos elementares como o acesso à alimentação, à educação e à segurança até a liberdade de se fazer uma campanha política. As funcionalidades incluem qualquer elemento que os indivíduos reconheceriam espontaneamente como importantes e, por isso, seriam diferentes em cada contexto regional em consequência dos valores da população examinada (ALKIRE, 2015). O termo capacitação (*capability*, em inglês) se refere à oportunidade de alcançar essas funcionalidades. A ideia de liberdade apresentada na obra coloca em foco a concessão de oportunidades de crescimento às pessoas, que devem ser mais igualitárias conforme aumentarem os níveis de desenvolvimento da região.

Enquanto outras abordagens são baseadas na disponibilidade de recursos (que podem variar de renda a serviços básicos, como eletricidade), Sen considera que, apesar de tais recursos serem relevantes, não são suficientes sem o acesso a oportunidades. Abordagens utilitaristas, por outro lado, focam na unidade de benefícios que cada pessoa obterá ao usar algum recurso, o que pode ser difícil de ser representado por indicadores. Análises de desenvolvimento utilitárias tendem a utilizar índices de satisfação ou felicidade para medir bem-estar, índices subjetivos e suscetíveis a fatores individuais que dificilmente podem ser auxiliados por políticas públicas (ALKIRE, 2015).

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano elaborados anualmente pelo PNUD também definem o desenvolvimento como a ampliação de oportunidades de escolha dos habitantes de uma região. A medição dessas oportunidades, ou capacitações, tampouco é feita a partir de um único indicador, pela impossibilidade de se medir oportunidades em si. Como solução, a análise multidimensional é empregada para diferenciar situações de crescimento – ou seja, simples melhora em índices econômicos como o PIB – e de desenvolvimento – que incluem a evolução das condições de vida da população, a partir da inspeção de indicadores de saúde, educação, renda e desigualdade, fatores que influenciam no aumento de suas capacitações<sup>35</sup> (STREETEN, 2008). Para comparar avanços em países em patamares de desenvolvimento similares, os relatórios do PNUD agrupam os Estados em níveis, representando países de baixo, médio, alto e muito alto desenvolvimento humano, a partir de suas classificações de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Brasil e México, cujos índices nacionais são bastante similares (0,761 e 0,767, respectivamente, em 2019), ambos se encontram na faixa de alto desenvolvimento humano (UNDP, 2019).

O IDH é um índice multidimensional composto por três enfoques: saúde, educação e renda. Foi elaborado a pedido do PNUD por uma equipe de economistas e cientistas sociais, que incluíram Mahbub ul Haq e Amartya Sen, para apresentar relatórios de desenvolvimento humano sobre todos os países-membro da ONU e gerar dados comparáveis entre os países, regiões e categorias de indivíduos em diversos marcadores (como raça, gênero, idade etc). Índices nacionais são calculados anualmente pelo PNUD e apresentados em relatórios comparativos desde 1990, enquanto índices municipais, como a maior parte dos utilizados neste trabalho, ficam a cargo de institutos de estatística

---

<sup>35</sup> Além das características citadas, compõem dados fundamentais para a análise das capacitações as condições de trabalho, de moradia, segurança, mobilidade, garantia de prisões não arbitrárias, liberdade de movimento e expressão, entre outras (STREETEN, 2008).

nacionais e de escritórios regionais do PNUD. Atualmente, existem outros índices multidimensionais que podem complementar a análise oferecida pelo IDH, como o Índice de Pobreza Multidimensional, elaborado pela Universidade de Oxford, mas estes raramente são calculados a nível municipal e, portanto, não poderão ser utilizados por ao longo desta análise (OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE – OPHI, 2018).

A desagregação de índices como o IDH em seus componentes (saúde, educação e renda), entretanto, pode ser representada por indicadores individuais, coletados pelos institutos nacionais de estatística. Esta análise é de extrema importância para se compreender de maneira mais próxima cada dimensão de desenvolvimento e possibilitar o planejamento de políticas públicas direcionado a seus problemas mais urgentes. Críticos da análise centrada no IDH afirmam que o indicador é insuficiente, por não considerar dimensões como a situação de degradação do meio ambiente, ou mesmo a depreciação de capital em uma região (STREETEN, 2008). Esse impasse pode ser resolvido ao não se utilizar o IDH como único indicador em uma análise. Afinal, o IDH pretende fornecer um panorama dos patamares de desenvolvimento globais, não realizar uma análise completa da realidade daquelas localidades. Portanto, apesar de a análise deste trabalho ser focada no Índice de Desenvolvimento Humano e em suas dimensões desagregadas, também incluirá outros dados relevantes como forma de complementar as informações fornecidas por esta metodologia.

O desenvolvimento não é um conceito estático e, portanto, sua medição deve acompanhar as necessidades da época e da população que se analisa. As prioridades de cada região em relação às suas necessidades podem ser acompanhadas, atualmente, por pesquisas do tipo *survey*, que aplicam questionários estruturados a amostras da população, de forma a gerar resultados sobre seus valores. Na América Latina, pesquisas *survey* anuais são feitas pela organização não governamental Latinobarómetro. A fim de identificar as dimensões que as populações das regiões metropolitanas analisadas ao longo deste trabalho consideram mais importantes para seu desenvolvimento, os entrevistados de cidades que compõem a RMSP e a ZMVM<sup>36</sup> elencaram prioridades diferentes entre seus municípios e países. Os resultados da pesquisa de 2018 podem ser verificados pelas tabelas 2 e 3, apresentadas a seguir:

---

<sup>36</sup> Na pesquisa de 2018 executada pelo Latinobarómetro foram entrevistados 126 habitantes de 25 municípios da RMSP, além de 230 habitantes de 49 municípios e delegações da ZMVM.

**Tabela 2 - Respostas de habitantes da RMSP e da ZMVM à questão “Em sua opinião, qual é o problema mais importante em seu município?”<sup>37</sup>**

<b>Problema mais importante (município)</b>	<b>RMSP</b>	<b>ZMVM</b>
Problemas no acesso à saúde	29,8%	-
Segurança Pública	14,9%	49,3%
Desemprego	11,4%	3,5%
Problemas no acesso à educação	8,8%	2,3%
Situação política	6,1%	7,2%
Corrupção	5,0%	5,0%
Violência	4,4%	7,2%
Serviços básicos insuficientes (água, luz etc.)	0,9%	14,0%
Problemas econômicos	0,9%	4,1%
Outros	17,8%	7,4%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: elaboração própria, baseado em dados de Latinobarómetro, 2020.

**Tabela 3 - Respostas de habitantes da RMSP e da ZMVM à questão “Em sua opinião, qual é o problema mais importante em seu país?”<sup>38</sup>**

<b>Problema mais importante (país)</b>	<b>RMSP</b>	<b>ZMVM</b>
Problemas no acesso à saúde	28,1%	-
Corrupção	15,7%	16,5%
Situação política	13,2%	11,3%
Desemprego	13,2%	8,5%
Problemas no acesso à educação	8,3%	5,4%
Segurança Pública	3,3%	33,5%
Violência	3,3%	4,0%
Problemas econômicos	2,5%	11,6%
Serviços básicos insuficientes (água, luz etc.)	0,8%	0,9%
Outros	11,3%	8,3%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: elaboração própria, baseado em dados de Latinobarómetro, 2020.

Observando as tabelas 2 e 3, percebe-se que a prioridade da maior parte da população da ZMVM é referente a problemas de segurança pública ou violência. No âmbito municipal, a soma das duas categorias constitui a principal preocupação de 56,5% dos

<sup>37</sup> Estão destacadas na tabela as cinco respostas mais mencionadas em cada região metropolitana.

<sup>38</sup> Estão destacadas na tabela as cinco respostas mais mencionadas em cada região metropolitana. A categoria “serviços básicos insuficientes”, apesar de não configurar dentre as respostas mais mencionadas, foi mantida para fins de comparação com a tabela anterior, relativa aos municípios.

habitantes e na escala nacional, de 37,5% dos moradores da ZMVM. A estatística é resultado dos altos índices de violência na capital mexicana, relacionados a índices de homicídio, tentativas de combate ao crime organizado, taxas de feminicídio, entre outros (JIMÉNEZ ORNELAS; REYES GARCÍA, 2017). Apesar de diversos indicadores socioeconômicos, como distribuição de renda e acesso à saúde e educação terem melhorado substancialmente na região, os anos 2000 também têm sido marcados por altos índices de violência na ZMVM, refletindo um cenário já existente em outras regiões do país há décadas (TEICHMAN, 2012). Demais preocupações dos habitantes da ZMVM incluem a situação política do município e do país, a corrupção, questões econômicas (a nível nacional) e serviços básicos insuficientes (a nível municipal).

Os habitantes da RMSP, por outro lado, acreditam ter como maior empecilho problemas no acesso à saúde, tanto em esfera nacional como municipal. Ainda que o município de São Paulo seja centro de referência nacional em serviços de saúde, constituindo um *cluster* da área que atrai profissionais e empresas de toda a América Latina, programas de atenção básica são distribuídos de forma irregular pela região metropolitana. Como responsabilidade dos governos municipais no Sistema Único de Saúde (SUS), a disponibilidade de centros de atendimento depende dos recursos de cada cidade e da capacidade de atrair recursos dos governos estadual e federal para a área da saúde, levando à disparidade entre regiões. A quantidade de leitos no SUS a cada mil habitantes na RMSP em 2019, por exemplo, variava de 0,04 leitos, em Vargem Grande Paulista, a 4,07 leitos no município de Franco da Rocha (SEADE, 2020a). Outras preocupações prioritárias dos paulistanos são a segurança pública, o desemprego, os problemas no acesso à educação, a situação política do país e de seus municípios e a corrupção (a nível nacional).

Em geral, os dados apresentados, tanto na RMSP como na ZMVM, revelam uma convergência entre os problemas que suas populações consideram atingir seus municípios e seu país, ainda que algumas questões, como a corrupção, pareçam preocupar mais a nível nacional. Considerando a compreensão de desenvolvimento de Sen (2000), serão incorporados indicadores a este trabalho para representar grande parte das categorias consideradas relevantes pelos habitantes de cada região, acompanhando o exame de indicadores gerais de bem-estar e crescimento e especialização econômica. Afinal, a proposta de análise de Sen não se limita àquilo que os próprios habitantes consideram importante para si, ainda que seja uma dimensão a ser valorizada. A garantia de necessidades básicas, como sistemas de saneamento, acesso à saúde e educação, salários suficientes e acesso à moradia digna, mais tradicionalmente consideradas como modo de analisar o

desenvolvimento de uma região também possuem impacto nas oportunidades a que a população da região terá acesso (ALKIRE, 2015).

Como apresentado até aqui, o desenvolvimento, por sua complexidade, não pode ser resumido em um único indicador. A partir disso, a combinação do estudo da conjuntura de uma região à análise de múltiplos indicadores podem auxiliar na construção de um cenário para estudo, constituindo a forma mais adequada de se ter uma ideia da situação real e, assim, poder formular políticas públicas mais efetivas que possam contribuir para o desenvolvimento. Para melhor dividir a análise, os capítulos 4 e 5 serão separados em dois temas: indicadores econômicos das duas regiões metropolitanas serão comparados ao longo do capítulo 4, enquanto indicadores sociais farão parte do estudo do capítulo 5. Dentre as categorias consideradas mais importantes e sistematizadas pelas tabelas 2 e 3, a corrupção e a situação política não serão tratadas em profundidade, pela dificuldade em escolher indicadores para as representar. As demais categorias serão incorporadas às subseções dos dois próximos capítulos: indicadores econômicos e a questão do desemprego serão tratados em profundidade ao longo do capítulo 4; a oferta de serviços públicos básicos cabe ao capítulo 5, relativo a indicadores sociais; o acesso à saúde e à educação será assunto da seção 5.2; e, por fim, questões de violência e segurança pública serão tratadas ao longo da seção 5.3, relativa à desigualdade de renda e suas consequências.

Além dessas questões, o IDH, já descrito em parágrafos anteriores, será utilizado em profundidade durante o capítulo 5, especialmente a seção 5.1. Suas dimensões também estarão representadas pela seção 5.2, relativa a indicadores de saúde, educação e renda. A análise de renda será representada pelo PIB per capita - que retrata a repartição igual do Produto Interno Bruto de uma região entre seus habitantes - e será complementada pelo coeficiente de Gini, que analisa a desigualdade de distribuição de renda<sup>39</sup>. Todas essas dimensões do desenvolvimento estariam, segundo Sen, interconectadas, uma vez que influenciam a melhora ou piora de outros indicadores. A dimensão de renda, por exemplo, influi de maneira intensa nas oportunidades a que cada habitante poderá ter acesso no decorrer de sua vida. Dessa forma, o presente trabalho utiliza tanto uma análise qualitativa (a partir de dados sobre a história e a conjuntura das duas regiões metropolitanas), como uma análise quantitativa, utilizando indicadores variados para auxiliar na construção do panorama de desenvolvimento da RMSP e da ZMVM.

---

<sup>39</sup> O Coeficiente de Gini mede o quanto a distribuição de renda de uma economia se distancia da igualdade absoluta de rendimentos entre todos seus indivíduos. Quanto mais seu valor se aproxima de zero, mais igualitária é a distribuição de renda (WB DATA, 2020c).

#### 4 O CRESCIMENTO DAS METRÓPOLES: INDICADORES COMPARATIVOS ECONÔMICOS

Como visto até aqui, metrópoles são regiões de concentração populacional e econômica. Seu crescimento decorre, principalmente das vantagens adquiridas em economias de aglomeração, ou *clusters*. As regiões metropolitanas de São Paulo e Cidade do México, por exemplo, concentraram investimentos e se tornaram centros industriais de seus países, adaptando-se às mudanças na economia global e mantendo altas taxas de crescimento econômico. As duas metrópoles são similares em termos de população, com cerca de 20 milhões de habitantes em suas regiões metropolitanas – equivalendo a cerca de 16% da população mexicana e 10% da população brasileira –, assim como em área – 7.815 m<sup>2</sup> da ZMVM, em relação a 7.947 m<sup>2</sup> da RMSP – e produção – o PIB da ZMVM correspondeu a 23% do mexicano em 2015, enquanto o PIB da RMSP representou cerca de 17,6% do brasileiro em 2019 (IBGE, 2020c; SEADE, 2020b; OECD, 2015). Esses indicadores gerais representam um panorama da potência econômica das duas metrópoles, como áreas mais dinâmicas de seus países e responsáveis por grande parte da produção e do consumo.

A industrialização latino-americana, ao concentrar-se em poucas regiões, também reforçou padrões de concentração de renda na região. O vínculo que essas metrópoles adquiriram com o restante de seus países se assemelha, em menor escala, a uma relação centro-periferia, uma vez que centralizam recursos, população, influência política e integração ao mercado mundial em seus municípios. Em um mundo globalizado e dependente de redes de comunicação e transporte eficazes, as metrópoles são parte determinante dos processos de tomada de decisão feitos a nível mundial. Ainda assim, por estarem em países periféricos do sistema internacional, regiões metropolitanas como a Cidade do México e São Paulo ainda têm relação subalterna aos países centrais, sendo atingidas por problemas do subdesenvolvimento. As metrópoles, assim como as economias nacionais, sofrem grandes processos de divergência econômica entre si, causados pelas características de sua matriz produtiva a longo prazo (STORPER, 2015).

As similaridades em termos de relevância no cenário latino-americano e de sua posição no SI não significam que as duas metrópoles não tenham divergido em pontos relevantes de seu cenário socioeconômico. Como se verificará no capítulo 5, relativo a indicadores de desenvolvimento social em São Paulo e na Cidade do México, questões como a distribuição de renda são substancialmente diferentes entre as cidades. Parte dessas divergências surgem de suas estruturas econômicas, consolidadas no último século.

Segundo Storper (2010), alguns fatores que diferenciam o potencial de crescimento econômico entre cidades incluem a especialização econômica, os custos de mão de obra, o tipo de regulação econômica e os custos da terra. Dentre as categorias citadas, a maioria não estabelece uma relação causal com o desenvolvimento econômico. A especialização econômica, contudo, mostra de forma clara a diferença de indicadores socioeconômicos entre regiões especializadas em atividades econômicas de alto valor agregado, intensivas em capital e conhecimento, e outras regiões, especializadas em atividades de baixo valor agregado e intensivas em mão de obra (STORPER, 2010).

Ao partir do princípio que variáveis econômicas influenciam na qualidade de vida das populações das metrópoles, este capítulo se dedica a examinar os fatores que tornam essas regiões tão economicamente relevantes para seus cenários nacionais. Uma vez que a análise do PIB não é suficiente para se medir o desenvolvimento de uma economia (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2008), o capítulo será dividido em três seções. A seção 4.1 tratará da especialização econômica da RMSP e da ZMVM, com enfoque em características de seu setor industrial e de serviços. Em regiões metropolitanas, especialmente, fatores como a matriz produtiva, a presença de indústrias de alta tecnologia e a existência de fluxos de inovação estabelecidos na região são fundamentais para seu crescimento. Dessa forma, os indicadores apresentados trarão um panorama das atividades que mantêm o potencial de crescimento dessas regiões metropolitanas.

A seção 4.2 se dedicará a trazer informações sobre a inserção internacional das regiões metropolitanas de São Paulo e da Cidade do México, comparando seus fluxos comerciais e importância no Sistema Internacional. Uma vez que cidades de alta especialização econômica tendem a concentrar capital humano qualificado, a seção 4.3, por fim, abordará o papel de atração de mão de obra exercido pelas duas metrópoles, considerando migrações para as regiões e o perfil de sua força de trabalho.

#### 4.1 A ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES METROPOLITANAS

Assim como suas economias nacionais, as regiões metropolitanas se adaptaram às mudanças produtivas mundiais. De modo geral, o crescimento econômico de uma região urbana acompanha seu processo de industrialização, como ocorreu com a América Latina a partir dos anos 1930. Posteriormente, ao atingir maiores níveis de renda, a economia local passa a demandar mais serviços, gerando um aumento do setor na participação da produção das cidades. Após consolidadas como centros industriais de seus países, São Paulo e Cidade do México também constituíram um mercado crescente de serviços, que



se tornam maior parte do valor agregado das regiões. A partir dos anos 1990, principalmente, as duas metrópoles se tornaram centros de prestação de serviços financeiros e corporativos (ABDAL et al, 2019). Esse crescimento, entretanto, se dá a partir da redução relativa da participação industrial na produção e no mercado de trabalho, o que deve ser analisado nas economias metropolitanas, de forma a estabelecer quais setores industriais e de serviços diminuem sua participação e quais são responsáveis pelo crescimento econômico (ATOLIA et al, 2018). A participação de cada setor econômico no valor adicionado das duas metrópoles pode ser demonstrada pela tabela 4, localizada abaixo.

**Tabela 4 - Participação setorial no Valor Adicionado da Região Metropolitana de São Paulo e da Cidade do México (2019; 2010)**

Setores	RMSP (2019)	Cidade do México (2010)
Agropecuária	0,20%	0,06%
Indústria	13,70%	13,81%
Serviços	86,10%	86,13%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: elaboração própria, com base em dados de SEADE (2020c) e INEGI (2012).

Nas duas regiões metropolitanas, o setor primário, correspondente à agropecuária, tem participação ínfima na produção econômica dos municípios. Por conta dessa distribuição, serão analisados nesta seção apenas os setores industrial e de serviços na RMSP e ZMVM. Como demonstrado pela tabela 4, a distribuição dos setores nas metrópoles é bastante parecida: o setor de serviços domina a participação no PIB e é responsável pela maior parte dos empregos<sup>40</sup>. A participação da indústria também é significativa, correspondendo a pouco menos de 14% do total do valor adicionado das regiões.

A indústria é considerada como fator fundamental ao crescimento, por apresentar características como a maior produtividade por trabalhador<sup>41</sup>, a maior propensão a incentivar mudanças tecnológicas rápidas e a capacidade de fomentar a especialização regional. Além disso, o setor industrial possui mais conexões com outros setores – nas metrópoles, sua intersecção com o setor de serviços é especialmente relevante – e é responsável por grande parte das exportações de uma cidade (WEISS; JALILIAN, 2015).

<sup>40</sup> É interessante notar a mudança de categorização de “empregos industriais” para “empregos do setor de serviços” nas últimas décadas. Com o movimento de especialização das fábricas, cada vez mais serviços se tornaram terceirizados. Dessa forma, atividades que antes aconteciam dentro das fábricas agora são fornecidas por prestadores de serviços externos, sendo contabilizados como serviços.

<sup>41</sup> Mesmo que a produtividade de setores como a agricultura e o comércio tenha aumentado nas últimas décadas, graças a mudanças tecnológicas, a indústria se mantém com taxas maiores de produtividade por trabalhador (WEISS; JALILIAN, 2015).

O setor de serviços, por outro lado, se expande a partir da formação de grandes mercados consumidores nas metrópoles. Ademais, seu crescimento é resultado da tendência à desconcentração de alguns setores industriais dos municípios centrais, em especial aqueles que necessitam de maiores terrenos – muito valorizados nas metrópoles pela especulação – ou de mão de obra menos especializada – que também é abundante em outras regiões (BÓGUS; PASTERNAK, 2015). O setor terciário também se caracteriza pela integração intensa com os demais setores, permitida pela diversificação dos serviços oferecidos (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

Segundo Abdal et al (2019), o agrupamento de indústrias e serviços já existente nas metrópoles leva a um ciclo de concentração espacial deste tipo de atividade, uma vez que os custos são reduzidos ao se aproveitar a existência de infraestrutura adequada e a disponibilidade de recursos humanos qualificados. As economias de escala, geradas pelo processo de concentração, promovem aumentos de rendimento e levam a novos investimentos no setor industrial, incentivando a diversificação produtiva das metrópoles. Tanto o setor de serviços como o industrial se beneficiam dessa conjuntura, que gera dinamismo econômico à região. O fluxo de investimentos também pode favorecer a especialização regional em setores com maior possibilidade de lucro, o que leva a uma estrutura de divisão de trabalho entre as cidades e metrópoles, uma vez que se tornam produtivamente mais eficientes em alguns ramos. Segundo Storper et al (2015), é importante que esses bens e serviços provindos da especialização possam ser comercializados em outras localidades, sejam internacionais ou de outras regiões do país, potencializando seu efeito multiplicador na economia. A seguir, apresenta-se um panorama da produção das regiões metropolitanas de São Paulo e da Cidade do México, como modo de determinar seus padrões de especialização e diversificação.

A atividade econômica da RMSP se concentra em alguns municípios centrais, como São Paulo, Osasco, Guarulhos e a região do ABC. Seguindo a tendência mundial, nas últimas décadas, a participação do emprego industrial na RMSP vem sendo substituída pelo crescimento da parcela correspondente ao setor de serviços (ABDAL et al, 2019). Os setores de serviços e indústria, entretanto, são conectados pelo fornecimento de serviços a empresas.

A construção de um cenário detalhado sobre a indústria da RMSP é complexa, uma vez que medições municipais que descrevam o setor industrial não são realizadas pelo IBGE desde 1990. Entretanto, relatórios estaduais auxiliam a explicar a conjuntura

da região, ainda que com dados menos exatos<sup>42</sup>. Entre 2003 e 2016, a RMSP passou sua participação no Valor de Transformação Industrial (VTI) do estado de São Paulo de 40,6% para 30,9%, reflexo da desconcentração produtiva ocorrida no estado, principalmente a partir do crescimento da RM de Campinas. Apenas o município de São Paulo reduziu sua participação de 14,8% para 9,0% no mesmo período, apesar de se manter como principal centro industrial do estado. Os principais setores industriais a se deslocarem para o interior do estado foram o metalmeccânico e o automobilístico, antes aglomerados na região do ABC (SEADE, 2019b).

Contudo, muitos municípios da RMSP se mantêm como líderes da produção industrial estadual em diversos setores. São Bernardo do Campo é ainda o principal produtor de veículos automotores; Itapevi, São Paulo e Guarulhos são responsáveis pela maior parte da indústria farmoquímica e farmacêutica; São Paulo e Guarulhos se destacam nas indústrias alimentícia, têxtil e de vestuário e acessórios; as indústrias de celulose, de borracha, e de produtos químicos estão presentes em toda a RMSP. Dos 20 municípios de maior produção industrial no estado de São Paulo, nove pertencem à RMSP<sup>43</sup> (SEADE, 2019b).

Os setores anteriormente descritos incluem desde indústrias mais tradicionais, instaladas no início do processo de industrialização da cidade, até setores com maior tecnologia agregada. Alguns setores de alta tecnologia, como equipamentos de informática e eletrônicos, entretanto, são mais concentrados na RM de Campinas. Ainda assim, o município de São Paulo lidera, por exemplo, os setores de máquinas e equipamentos e aparelhos e materiais elétricos (SEADE, 2019b). A região do ABC, ao contrário do restante da RMSP, mais ligada ao setor de serviços, mantém a maior parte de seu valor adicionado relacionado ao setor industrial. Segundo Gaspar, Aparício e Bessa (2015), 40% do valor adicionado da região correspondia ao setor secundário em 2010, dos quais 34,8% diziam respeito à indústria de transformação. O polo industrial da região se concentra nos setores automobilístico, metalúrgico, de máquinas e equipamentos, borracheiro, petroquímico e de embalagens (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

---

<sup>42</sup> Segundo a SEADE (2019b), a apuração de dados sobre a indústria paulista é feita a partir de dados como rendimentos, empregos formais e número de estabelecimentos, coletados pela Relação Anual de Informações Sociais, do IBGE. Além dessa base de dados, são utilizadas as informações da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Contas Regionais do IBGE, para estabelecer um panorama mais completo apesar da falta de uma pesquisa estadual ou municipal específica para o setor industrial.

<sup>43</sup> Estes são, em ordem decrescente de produção industrial, os municípios de São Paulo, São José dos Campos, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Mauá, Santo André, Diadema, Suzano e Barueri (SEADE, 2019b).

Em comparação com o setor industrial dos anos 1980, a RMSP perdeu espaço como centro preferencial da industrialização brasileira. Todavia, indústrias de áreas com salários mais baixos e menor uso tecnológico foram as principais a se deslocarem da região, que manteve, junto com outras aglomerações que compõem a Macrometrópole Paulista (MMP), indústrias mais intensivas em tecnologia e mão de obra especializada. Os segmentos antigos – de média-baixa intensidade tecnológica – que mais se deslocaram para o interior do estado incluem a metalurgia básica, a indústria têxtil e a de alimentos (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

Por outro lado, o setor de serviços acompanhou um crescimento intenso na RMSP a partir da década de 1980, com diversificação e especialização crescentes. O município de São Paulo, principalmente, é centro das atividades financeiras e bancárias do país, assim como local de sede de diversas empresas multinacionais (BÓGUS; PASTERNAK, 2015). Dentre os segmentos de serviço, o de serviços às empresas é mais proeminente, correspondendo a 47,3% do valor adicionado no setor terciário em 2010. São incluídos nessa categoria “serviços de intermediação financeira, serviços prestados às empresas, serviços de informação (exceto telecomunicações) e atividades imobiliárias e alugueis” (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015, p. 39). Em seguida estão os serviços distributivos (29,9% do setor terciário em 2010), que incluem comércio, manutenção e reparação, transportes, armazenagem e correio e telecomunicações. Ainda são relevantes na RMSP os serviços distributivos, em especial na região do Aeroporto Internacional de Guarulhos (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

Ainda mais que no setor industrial, a RMSP – em especial o município de São Paulo – desproporcionalmente concentra serviços intensivos em conhecimento (SICs), em um processo com tendência a se aprofundar. Esses serviços incluem as áreas “tecnológica, profissional, financeira, social e de mídia e cultura” (ABDAL et al, 2019, online). A RMSP é referência a nível nacional em setores de serviço especializados, especialmente nas áreas de gestão de empresas, marketing e serviços jurídicos e de tecnologia da informação. A região se destaca também a partir da existência de um *cluster* de serviços de saúde, com a presença de instituições de pesquisa na área e hospitais referência a nível internacional (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

De modo geral, a especialização da Região Metropolitana de São Paulo tem como principais áreas de crescimento potencial os *clusters* relacionados a serviços intensivos em conhecimento – aqui inclusos os serviços financeiros, tecnológicos, de mídia, saúde e cultura. O único *cluster* industrial da metrópole é localizado no ABC paulista,

tradicional sede do setor automobilístico. Apesar da tendência à desconcentração da indústria automotiva da região, o ABC se manteve centro das inovações no setor no Brasil, especialmente a partir da adaptação de veículos para o mercado brasileiro e da projeção de plantas em toda a América Latina. O *cluster* automotivo possui ligações próximas com universidades renomadas da região e foi capaz de construir relacionamentos com centros de pesquisa (SANTOS; PAGANOTTI, 2019). Estes setores de serviços e indústria são responsáveis por captar a maior parte dos investimentos privados feitos na metrópole, além de fornecerem salários mais altos e originarem mais processos de inovação, oferecendo o maior potencial de crescimento dentre as atividades econômicas da região metropolitana. Pela prevalência de setores mais intensivos em conhecimento, a RMSP tem o maior salário médio entre as metrópoles paulistas, em 2013 correspondente a R\$ 1.423,53 (contra R\$ 1.315,85 da RM de Campinas). Na indústria, a diferença ocorre em níveis similares: a RMSP registrou um salário médio de R\$ 1.679,23, enquanto a RM de Campinas apresentou salário médio de R\$ 1.569,62. No setor de serviços, a divergência é mais pronunciada, com salário médio de R\$ 1.416,54, em comparação a R\$ 1.247,68 de Campinas (OBSERVATÓRIO METROPOLITANO RMC, 2013).

O cenário na Cidade do México tem semelhanças importantes com o caso de São Paulo. Assim como o Brasil, o México apresenta grandes disparidades regionais, que foram aprofundadas após a entrada do país no NAFTA, em 1994. Segundo Weiss e Rosenblatt (2010), as sub-regiões mexicanas mostravam tendência de convergência em crescimento econômico por décadas até 1985. Contudo, a partir da assinatura do NAFTA foram aprofundadas as disparidades de taxa de crescimento, uma vez que apenas os estados mais desenvolvidos puderam aproveitar a estrutura já existente para aprofundar sua industrialização e aproveitar o crescimento das exportações de manufaturados para os EUA, especialmente por meio das *maquiladoras*. Nesse contexto, a região Norte do México sai beneficiada, pela localização próxima à fronteira estadunidense e a presença de melhores índices de educação, capazes de fornecer mão de obra qualificada (WEISS; ROSENBLATT, 2010).

Desde então, bem como a RMSP, a ZMVM sofre uma perda relativa de sua centralidade econômica para a economia mexicana, ainda que continue a área mais desenvolvida do país, em diversos indicadores (GARZA; SCHTEINGART, 2010). O aprofundamento de clusters regionais e economias de escala ocorre tanto na ZMVM como em outras regiões metropolitanas do México a partir dos anos 1990. Nesse cenário, a Cidade do México, localizada na região central do país, ao redor da qual já existia atividade

industrial diversificada, começa a se focar em atividades ligadas ao setor de serviços, enquanto iniciativas industriais trazidas pela abertura comercial passam a se concentrar na região Norte do país, como modo de reduzir custos de transporte para os demais países da América do Norte (WEISS; ROSENBLATT, 2010).

Permanecem atualmente na ZMVM indústrias ligadas aos setores químico, metal-mecânico, alimentar, têxtil e de bebidas. A distribuição da produção e dos empregos nos principais setores da Cidade do México pode ser conferida na tabela 5, apresentada abaixo:

**Tabela 5 - Atividade dos principais setores industriais (por valor de produção) da Cidade do México (2010)**

<b>Tipo de Indústria</b>	<b>Valor da Produção (2010), em milhares de pesos mexicanos</b>	<b>Número de pessoas empregadas no setor</b>
Indústria Química	92 605 287	37 644
Alimentos	55 628 932	29 978
Bebidas Alcoólicas e Tabaco	31 252 671	3 804
Têxtil	15 592 106	24 772
Equipamentos Elétricos	12 964 843	8 581
Outros Setores	68 190 964	69 790
<b>Total</b>	<b>276 234 803</b>	<b>174 517</b>

Fonte: elaboração própria, a partir de dados de INEGI (2011).

A *Encuesta Industrial Mensual Aplicada*, utilizada para formular a tabela, não contabiliza alguns tipos de atividades que poderiam ser consideradas industriais, como maquiladoras, indústrias com até 15 trabalhadores, refino de petróleo e petroquímica básica. Estas atividades, entretanto, não representam mais de 20% do valor agregado industrial (INEGI 2011). Das indústrias apresentadas na tabela 5, aquelas com maior produtividade relativa ao número de trabalhadores no setor são as indústrias química e de bebidas alcólicas e tabaco. Entretanto, apenas a indústria química emprega um número significativo de pessoas, com salários mais altos. A indústria alimentar, também desenvolvida na região, é considerada de baixa intensidade tecnológica. A especialização com maior potencial dinâmico na indústria da ZMVM, portanto, é a do setor químico, cuja maior parcela corresponde a produtos farmacêuticos, de alta intensidade tecnológica (ROJAS; GODÍNEZ ENCISO, 2016). Apesar de a indústria química concentrar a maior parte dos

empregos dentre esses setores, a tendência é de aumento da participação do setor de serviços, principalmente financeiros, de seguros e imobiliários, cujo número de vagas vêm crescendo ao longo do século XXI (GARROCHO RANGEL, 2013).

Uma vez que a Cidade do México já não constitui zona principal de investimentos em indústria automobilística e indústria eletrônica e de eletricidade, antes presentes na região, os principais focos de especialização na ZMVM estão no setor de serviços, nos quais o crescimento de empregos é mais que proporcional ao crescimento populacional. Dentre estes, se destacam aqueles ligados a atividades de alta especialização como serviços de informação em meios de massa, serviços financeiros, de seguros e imóveis, e serviços profissionais, científicos e de apoio administrativo a negócios (GARROCHO RANGEL, 2013). A nível nacional, a ZMVM acumula cerca de 70% dos serviços financeiros, 67,5% dos serviços corporativos, 36% dos serviços de apoio administrativo a negócios, 32,8% dos serviços profissionais, científicos e técnicos e 32% dos serviços de informação em meios de massa (CELIS; CARRANCO, 2011). Por conta da grande concentração de empregos em serviços de alto valor agregado, a Região Metropolitana da Cidade do México, juntamente com as RMs de Monterrey e Guadalajara<sup>44</sup>, é considerada o motor econômico mexicano.

Isso posto, a região metropolitana da Cidade do México se mantém como a mais competitiva do país, mais qualificada que as demais e com taxas de crescimento econômico superiores à média nacional. Segundo a OCDE (2015), cerca de 25% da população empregada trabalha em setores de alto valor agregado. Celis (2011) dá enfoque ao *cluster* de publicidade e produção cultural na Cidade do México, ligado a serviços de informação de massa. Sua pesquisa identifica uma variedade de empresas no setor com conhecimento compartilhado, da esfera televisiva à produção de conteúdo de difusão na internet. Neste último, a ZMVM concentra 78,6% dos empregos nacionais na área. A produção do *cluster* de informação em meios de massa da Cidade do México também é influente em outras regiões da América Latina, estabelecendo relações facilitadas pelo compartilhamento do idioma. A Cidade do México, ademais é centro universitário nacional, recebendo continuamente milhares de estudantes e acadêmicos. Esta dinâmica reforça a importância do setor de serviços profissionais, científicos e técnicos, conectados à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

---

<sup>44</sup> As três cidades são classificadas pelo governo federal mexicano como as únicas ‘megacidades’ do país (GARROCHO RANGEL, 2013).

Não poderia deixar de ser citado o setor público na Cidade do México, responsável por 6,7% do PIB da região, ou 8,5% do PIB do setor terciário em 2010. Apesar de ser uma capital federal, é interessante verificar que em comparação a São Paulo, a proporção do setor no PIB é baixa. Em 2014, a participação do setor público no PIB da RMSF era de 8,4% (ANTUNES, 2018). São Paulo, como capital estadual, também concentra atividades relacionadas ao governo. Entretanto, existe um grande contraste da Cidade do México com a participação do setor público no PIB da capital federal brasileira, que registrou 45,5% de sua atividade econômica ligada ao setor público em 2017 (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN, 2019).

A especialização das regiões metropolitanas, descrita ao longo dessa seção, ocorre por meio de vantagens próprias das grandes metrópoles<sup>45</sup>, como economias de escala, a localização próxima a outras firmas de setores similares – constituindo redes de fornecedores e clientes – e a presença de um mercado de trabalho qualificado (SEVERIAN, 2018). A especialização também traz benefícios pelo efeito multiplicador que tem sobre o restante da economia local, com a geração de emprego e demanda por outros bens e serviços. Setores de alta tecnologia têm maior efeito multiplicador, pela demanda gerada pelos altos salários de seus empregados. O surgimento de *clusters*, contudo, dificilmente ocorre de maneira estritamente planejada por uma metrópole, uma vez que depende de suas condições organizacionais, qualificações e capacidade de inovação da região (STORPER et al, 2015). Ambas as cidades parecem, pelo menos em parte, ter superado as dificuldades de se estabelecer centros de alta especialização em países em desenvolvimento, ainda que não tenham especializado grande parte de seus setores industriais. A seguir, o quadro 1 sintetiza os principais clusters das duas regiões metropolitanas:

---

<sup>45</sup> Mesmo assim, algumas características das metrópoles podem levar a deseconomias de aglomeração, ou desvantagens da localização de empresas na região. As deseconomias ocorrem a partir de condições como restrições legais das metrópoles, alto custo dos terrenos, saturação da infraestrutura de transportes e valor mais alto dos salários (SEVERIAN, 2018).



**Quadro 1 - Clusters das regiões metropolitanas de São Paulo e Cidade do México**

<b>Clusters das Regiões Metropolitanas</b>	
<b>RMSP</b>	<b>ZMVM</b>
Serviços financeiros	Serviços financeiros
Serviços administrativos	Serviços administrativos e corporativos
Serviços de marketing e publicidade	Serviços de informação em meios de massa
Pesquisa, inovação e serviços educacionais	Serviços profissionais, científicos e técnicos
Serviços de tecnologia da informação e	Indústria química
Indústria de veículos automotores	

Fonte: elaboração própria, a partir de dados de Severian (2018) e Celis e Carranco (2011).

Os *clusters* das regiões metropolitanas de São Paulo e da Cidade do México apresentam especializações similares quanto ao setor de serviços, com enfoque em áreas relacionadas à informação, às finanças e à administração de empresas. Seus setores industriais, por outro lado, divergem: enquanto grande parte da indústria mexicana se deslocou para regiões do Norte do país, a região metropolitana de São Paulo continua como centro da indústria brasileira, com produção mais diversificada<sup>46</sup> que a ZMVM, que se foca em menos setores. Segundo Storper et al (2015), o movimento de especialização leva a salários mais altos, o que se verifica nas estatísticas de renda média dos setores de alto conhecimento agregado das duas cidades. Entretanto, enquanto a média de salário em São Paulo é quase o dobro do salário médio brasileiro, o salário médio da Cidade do México se manteve um pouco abaixo da média mexicana desde 2018 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020; DATAMÉXICO, 2020a). Isso ocorre pois ainda que a ZMVM concentre trabalhos em setores de alto valor agregado, estes ainda representam apenas cerca de 15% do total de trabalhadores na cidade (OECD, 2015). Tal dado leva a crer que a estrutura de salários e emprego é mais consolidada na RMSP que na ZMVM, visto que os salários na segunda região sofrem frequentes flutuações em relação à média nacional. A distribuição de renda na ZMVM, entretanto, é bastante mais igualitária que a da RMSP, como será visto na seção 5.2, a partir da análise do coeficiente de Gini.

<sup>46</sup> A diversidade de tipos de indústria na RMSP, contudo, dificulta interrelações produtivas, diminuindo possibilidades de compartilhamento de conhecimento e trabalhadores especializados que ocorrem em regiões de perfil produtivo mais restrito (STORPER et al, 2015).

## 4.2 A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DAS METRÓPOLES

Metrópoles, como centros decisórios e produtivos do sistema capitalista global, são responsáveis pela maior parte do valor de trocas comerciais entre os países. Em um cenário de profunda interdependência econômica, essas regiões se tornaram ainda mais relevantes em suas economias nacionais, disputando recursos públicos e privados e mão de obra qualificada de todo o mundo com regiões de relevância internacional similar (ABDAL et al, 2019). Ao concentrarem indústrias e serviços altamente especializados, como os discutidos na seção anterior, formam o centro da estrutura globalizada do atual sistema internacional, conectando mercados especializados de todo o mundo e liderando o desenvolvimento tecnológico (CURTIS, 2017).

Como localidades conectadas, as regiões metropolitanas centralizam infraestrutura e movimentos de migração – pendulares e de grande distância –, fluxos de informação, força de trabalho e mercadorias, que as permitem se conectar ao restante do mundo (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017). Em relação à infraestrutura de transportes, a RMSP está em vantagem em comparação a outras regiões metropolitanas brasileiras, por sua proximidade ao porto de Santos, a presença dos aeroportos de Guarulhos – o maior aeroporto brasileiro – e Congonhas, a disponibilidade de estradas conectadas a todas as regiões do estado e duas rodovias federais, além de modais ferroviários. Essa vantagem é maior quando comparada ao estado precário das conexões de transporte das demais cidades brasileiras. Em conectividade de passageiros, entretanto, a RMSP sofre da insuficiência de transporte público, saturado pela densidade populacional e uso corriqueiro de automóveis particulares, que causam engarrafamentos frequentes (ANTUNES, 2018).

Na ZMVM, as vantagens e problemas de infraestrutura de transporte se repetem: a metrópole abriga o maior aeroporto mexicano em volume de cargas e passageiros – o Aeroporto Internacional Benito Juárez –, além de outros dois aeroportos, um nacional e um local, e é ligada por estradas nacionais às demais metrópoles nacionais e à costa, apesar de não estar próxima dos maiores portos marítimos mexicanos. No transporte de passageiros, a ZMVM também enfrenta problemas, como a superlotação do metrô e das linhas de ônibus, o que reduz a qualidade de vida de seus habitantes. A conectividade estabelecida, entretanto, é suficiente para manter seu papel proeminente nas exportações mexicanas (INEGI, 2014; DATAMÉXICO, 2020b).

Cidade do México e São Paulo, por serem metrópoles latino-americanas, ocupam locais semelhantes na divisão internacional do trabalho. Como as maiores cidades de

países semiperiféricos, são caracterizadas pela especialização em atividades de diversos níveis de valor agregado. Com acesso mais limitado a recursos e capacidade de inovação tecnológica restringida, dificilmente metrópoles da periferia global se tornam especialistas em setores industriais capazes de competir com regiões metropolitanas de países centrais, como a eletrônica e a informática<sup>47</sup>. Ainda assim, há espaço para a participação das duas metrópoles no comércio internacional em seus respectivos setores preferenciais, como centros de produção nacional.

São Paulo representa grande parte das exportações de seu estado, a partir de sua produção variada e projeção internacional como sede de grande parte das corporações transnacionais que atuam no Brasil. A tabela 6, apresentada a seguir, expõe dados do comércio internacional da cidade nos últimos 5 anos.

**Tabela 6 - Estatísticas de comércio internacional do município de São Paulo**

Períodos	Valor das Exportações (em bilhões US\$ FOB)	Participação nas Exportações do Estado (em %)	Valor das Importações (em bilhões US\$ FOB)
2015	7,374	14,26%	10,584
2016	8,095	15,38%	9,032
2017	8,051	13,74%	10,062
2018	12,529	19,31%	10,494
2019	4,424	8,55%	10,093

Fonte: elaboração própria, com base em dados de IBGE (2020)

Como demonstra a tabela 6, apesar de manter um saldo comercial geralmente negativo, São Paulo representa geralmente mais de 10% das exportações do estado. O município núcleo, entretanto, passa por oscilações significativas ao longo dos anos, causadas por variações cambiais e de produção. Se consideradas as exportações de toda a RMSP, mais de um terço são compostas de produtos de média-alta a alta tecnologia agregada, provindas dos setores farmacêutico e automobilístico. Além disso, a metrópole é responsável por 31,3% das exportações do estado de São Paulo, ainda que sua proporção de exportações de indústria de alta tecnologia (6%) seja inferior à média estadual do mesmo setor (12,5%) (DESENVOLVE SP, 2020).

<sup>47</sup> Apesar da dificuldade expressada, metrópoles asiáticas, especialmente na China, foram capazes de transferir e dominar processos produtivos tecnológicos a partir de políticas de desenvolvimento industrial com maior controle estatal, investimento estrangeiro direto elevado, importação de tecnologia e acordos de licenciamento. Atualmente, essas cidades são responsáveis por grande parte da produção de bens relacionados à eletrônica e informática em escala global (ELSON, 2013).

Diante da indisponibilidade de dados para tratar das importações da Cidade do México, a tabela 7 apresenta apenas seus valores de exportação durante o mesmo período, para fins de comparação:

**Tabela 7 - Exportações da Cidade do México (em bilhões de dólares)**

<b>Período</b>	<b>Exportações Cidade do México</b>
2015	2,452
2016	2,303
2017	2,631
2018	2,618
2019	2,659

Fonte: elaboração própria, a partir de dados de INEGI (2020a).

Ainda que os valores de exportação da Cidade do México sejam consistentemente mais baixos que os de São Paulo, a região conseguiu manter menores oscilações comerciais nos últimos anos e exportar maior proporção de produtos industriais. Das exportações da Cidade do México em 2019, 39% correspondiam a produtos da indústria química, maior *cluster* industrial da região. Do restante das exportações, cerca de 22% provinha da indústria de equipamentos de transporte e 8,6% da fabricação de equipamentos elétricos (INEGI, 2020a). De modo geral, as exportações estão em setores de alta tecnologia e conhecimento agregados, o que gera resultados econômicos positivos para a região. Em 2018, a Região Metropolitana da Cidade do México correspondeu a cerca de 20% do crescimento total do PIB mexicano, demonstrando sua relevância a nível nacional (OECD, 2019). Em um cenário crescentemente competitivo, tanto a Cidade do México como São Paulo devem enfrentar as consequências da desconcentração de estruturas industriais para outras regiões de seus países, em adição à competição com metrópoles internacionais. Nesse sentido, a Cidade do México, especialmente, pode perder seu lugar como centro de inovação para Monterrey, localizada no Norte do país e com índices altos de inovação e crescimento industrial.

Para além da inserção econômica, deve ser mencionado o papel político de São Paulo e da Cidade do México. As regiões metropolitanas do século XXI, afinal, também são centros de contradições sociais, pela exacerbação das desigualdades, especialmente após os anos 1980. No Sistema Internacional, assim como existe uma hierarquia de Estados, também há diferença de poder exercido pelas metrópoles. Assim como no nível interestatal, pouca atenção é concedida às metrópoles de países em desenvolvimento, que apesar de representarem a maior parte das megacidades, tendem a ser deslocadas das

discussões sobre o papel urbano no Sistema Internacional (ROBINSON, 2002). Essa questão é relevante pois, segundo Curtis (2017), as cidades são fenômenos políticos, capazes de desafiar a lógica estadocêntrica das Relações Internacionais. Nas Relações Internacionais, linhas de estudo se dedicam a desvendar o fenômeno da paradiplomacia, definida pelas relações estabelecidas entre cidades e estados, fugindo do padrão de relações diplomáticas interestatais. Em encontros de cidades, são discutidos problemas comuns às metrópoles globais: sustentabilidade, aspectos urbanísticos, compartilhamento de conhecimento técnico e especialização.

Desse modo, a RMSP e a ZMVM, apesar de inseridas no mercado mundial, por sua produção expressiva e capacidade de exportação, enfrentam dificuldades próprias ao serem centros de liderança em países em desenvolvimento (ROBINSON, 2002). A afirmação de uma agenda própria das metrópoles em desenvolvimento, entretanto, não parece próxima de ocorrer a nível internacional, pela própria diversidade de desafios entre cidades de diferentes continentes e estágios de industrialização.

#### 4.3 MIGRAÇÕES E FORÇA DE TRABALHO

O capital humano é parte fundamental da atividade econômica das metrópoles, uma vez que a capacidade de atrair mão de obra especializada pode ser a diferença de índices de crescimento econômico entre cidades. Tanto São Paulo como a Cidade do México se estabeleceram como centros de atração populacional em seus países, mesmo que guiadas por motivos iniciais diferentes, como citado ao longo do capítulo 2. Enquanto a Cidade do México se estabeleceu desde o período colonial como capital colonial e universitária da região, São Paulo construiu sua relevância política e econômica de maneira mais lenta, culminando em sua industrialização durante o século XX. Apesar de sempre compor um centro governamental, a Cidade do México também viveu seu momento de maior crescimento populacional a partir de sua industrialização no século XX, que manteve a região como centro mão de obra altamente qualificada.

O movimento migratório das duas cidades se aprofundou com sua industrialização e urbanização, em uma trajetória que continuou durante o êxodo rural dos anos 1970 e 1980. Após esse período, manteve-se a taxas menores, mesmo com a tendência de desconcentração industrial relativa em seus países. No caso de São Paulo, a RMSP se destacou como receptora de fluxos de grande distância, especialmente provenientes do Nordeste do país. Enquanto isso, a ZMVM continuou a receber migrantes, ainda que estes se

dirigissem predominantemente aos municípios metropolitanos e não à Cidade do México, cuja população se mantém estacionária desde os anos 1980 (INEGI, 1999).

Seguindo a tendência da distribuição setorial da economia da RMSP, em 2012, 59,4% dos trabalhadores se alocavam no setor de serviços (exceto comércio), enquanto 22% atuavam na indústria e 18,4% no comércio (SERRAO; DIAS, 2015). Como metrópole especializada em alguns setores de alto conhecimento agregado, tanto na indústria como no setor de serviços, a RMSP se mantém como destino para trabalhadores com ensino técnico e superior no Brasil. Mesmo que os vínculos empregatícios se tornem mais frágeis conforme o setor de serviços passa a dominar o mercado de trabalho, em virtude do aumento da terceirização de serviços, fluxos continuam a se dirigir à metrópole em busca de oportunidades de emprego. Um movimento similar atinge a indústria, que substitui funções fixas pela contratação de trabalhadores autônomos. Entretanto, como o processo de afrouxamento da legislação trabalhista ocorre em todo o país, a diminuição de direitos trabalhistas não desincentiva os fluxos para São Paulo (SERRAO; DIAS, 2015).

Ainda que a RMSP se mantenha como centro de atração populacional, especialmente para trabalhadores de alta especialização, por conta do dinamismo econômico da região, a metrópole demonstra taxas migratórias negativas de maneira intermitente desde os anos 1980, representadas na tabela abaixo:

**Tabela 8 - Taxas geométricas de crescimento populacional da RMSP (1980-2010)**

Período	Taxas geométricas de crescimento populacional		
	Crescimento total	Varição vegetativa	Varição migratória
1980-1991	1,88	2,06	-0,18
1991-2000	1,64	1,49	0,15
2000-2010	1,13	1,13	-0,16

Fonte: adaptada de Pasternak e Bógus (2015, p. 95).

Segundo Baeninger (2012), a redução da atração populacional se verifica principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, visto que o interior do estado manteve saldos positivos de migração. Mesmo que os resultados recentes demonstrem saldos negativos de migração, os números de imigração e emigração ainda são bastante próximos, caracterizando uma situação de rotatividade migratória. Este modelo se estabelece como uma forma de migração dependente das necessidades imediatas do mercado de trabalho, em que “um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel [...] e o emprego na indústria oscila conforme o mercado

internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar” (BAENINGER, 2012, p. 93).

No município núcleo, ainda que o número absoluto de habitantes não naturais da capital paulistana fosse grande em 2010, estes representavam apenas 30% do total da população da cidade. Nas últimas décadas, outros municípios da RMSP também passaram a atrair migrantes, diminuindo a participação do município de São Paulo como receptor de fluxos migratórios – e seguindo a tendência à desconcentração industrial e da atividade econômica (PASTERNAK; BÓGUS, 2015). Assim como o número de migrantes nacionais, o número de imigrantes chegados à RMSP diminuiu em relação a décadas anteriores, ainda que um fluxo constante de outros países da América Latina se mantenha.

Segundo Pasternak e Bógus (2015), apesar de São Paulo concentrar indústrias e serviços intensivos em conhecimento, há um movimento de evasão de habitantes naturais da região com nível superior desde 2005, especialmente para outros municípios paulistas. Esse movimento é resultado do desenvolvimento de polos tecnológicos em outras RMs do estado de São Paulo, como Campinas.

Na Cidade do México, movimentos migratórios também se reduziram nas últimas décadas. A migração intrametropolitana, entretanto, ainda é registrada em níveis altos no país; na ZMVM, estima-se que 47,7% dos habitantes tenham chegado à metrópole provindos de outra região metropolitana mexicana, ainda que esta proporção tenha decrescido desde o início do século XXI (ROMO, 2019). O padrão de migrações é, portanto, negativo na ZMVM, como pode ser verificado pela tabela 9, apresentada a seguir.

**Tabela 9 - Movimentos migratórios da ZMVM, 1995-2015 (em números absolutos)**

<b>Período</b>	<b>Migração para a ZMVM (número de habitantes)</b>	<b>Emigração da ZMVM (número de habitantes)</b>	<b>Saldo Migratório</b>
1995-2000	1.881.333	1.933.613	-52.280
2005-2010	1.893.219	2.005.955	-112.736
2010-2015	1.528.464	1.530.163	-1.699

Fonte: elaboração própria, a partir de dados de Romo (2019).

Uma vez que a população mexicana já é predominantemente urbana, predominam os movimentos migratórios urbano-urbanos. Nesse cenário, ao mesmo tempo que a ZMVM continua, em números absolutos, como principal atratora de migrantes de outras regiões do México, também é a região da qual mais habitantes emigram, gerando saldos migratórios negativos. A ZMVM atrai, principalmente migrantes altamente qualificados

de outras cidades do país, graças a seu mercado de serviços especializados. Os emigrantes da região, especialmente aqueles que partem para outras RMs do México, não possuem recorte claro de qualificação. A dinâmica apresentada contrasta com a região Norte do país, que como novo centro industrial – relacionado principalmente a indústrias *maquiladoras* –, atrai, em sua maioria, migrantes de baixa qualificação (PÉREZ CAMPUZANO; SANTOS CERQUERA, 2013).

Os processos migratórios das duas metrópoles fazem parte de rearranjos territoriais da América Latina, que a partir da alta densidade populacional adquirida pelas principais cidades, passa a ter grande porção de seu crescimento em cidades médias. Como resultado desse percurso, a RMSP e a ZMVM apresentaram saldos migratórios negativos nas últimas décadas, apesar de se manterem como áreas atrativas a migrantes nacionais, especialmente aqueles de alta qualificação. Outro fenômeno recorrente nas duas metrópoles é o da “fuga de cérebros”, caracterizado pela emigração de indivíduos altamente qualificados para outras localidades com melhores oportunidades de emprego, no caso mexicano, geralmente os Estados Unidos; no caso brasileiro, os destinos preferenciais são os EUA e a Europa. Entretanto, a ZMVM também é receptora de migrantes de uma “fuga de cérebros” da região Norte do país, que expulsa habitantes em decorrência de seus altos níveis de violência (TIGAU, 2013). Da mesma forma, São Paulo atrai migrantes qualificados de todas as demais regiões brasileiras, especialmente àquelas ligadas a seus *clusters*. A melhora da qualidade de vida das metrópoles pode, entretanto, impedir a saída de seus habitantes mais instruídos. Indicadores sociais serão apresentados no capítulo 5, a seguir.





## 5.1 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O desenvolvimento de uma região é demasiado complexo para ser resumido em indicadores únicos ou em análises puramente históricas. Fatores que impedem o progresso social e econômico de uma localidade em relação a outra são numerosos e de difícil mensuração. Como forma de contornar as dificuldades de identificar os desafios urbanos da RMSP e da ZMVM, este trabalho utilizou, até aqui, dados pontuais sobre a economia e a população das duas metrópoles. Esta seção, contudo, introduz o IDH, que como descrito na seção 3.2, é um indicador multidimensional elaborado pelo PNUD para realizar análises comparadas sobre a conjuntura de desenvolvimento dos países-membro das Nações Unidas. Anualmente, são publicados relatórios de desenvolvimento humano, nos quais é possível acompanhar movimentos de progresso ou retrocesso em relação a cada dimensão do índice.

Escritórios regionais do PNUD e institutos nacionais de estatística elaboraram métodos para calcular o índice a nível municipal e estadual e, portanto, auxiliar na identificação de municípios com maiores carências nos setores de renda, educação e saúde, considerados também pelo IDHM. O índice toma como princípio a análise conglomerada de todos os habitantes da região analisada, não apenas populações vulneráveis e, portanto, fornece uma visão panorâmica da situação. Apesar de não utilizar o mesmo método de elaboração que os índices nacionais – já que nem todas as pesquisas nacionais são realizadas a nível municipal –, os dados municipais são comparáveis pela adequação do indicador, feita em cooperação do PNUD com os órgãos locais (no Brasil, o IPEA; no México, o Coneval). Ao comparar os IDHs nacionais e municipais das localidades analisadas neste trabalho, de 1990 a 2017, obtém-se o gráfico a seguir:







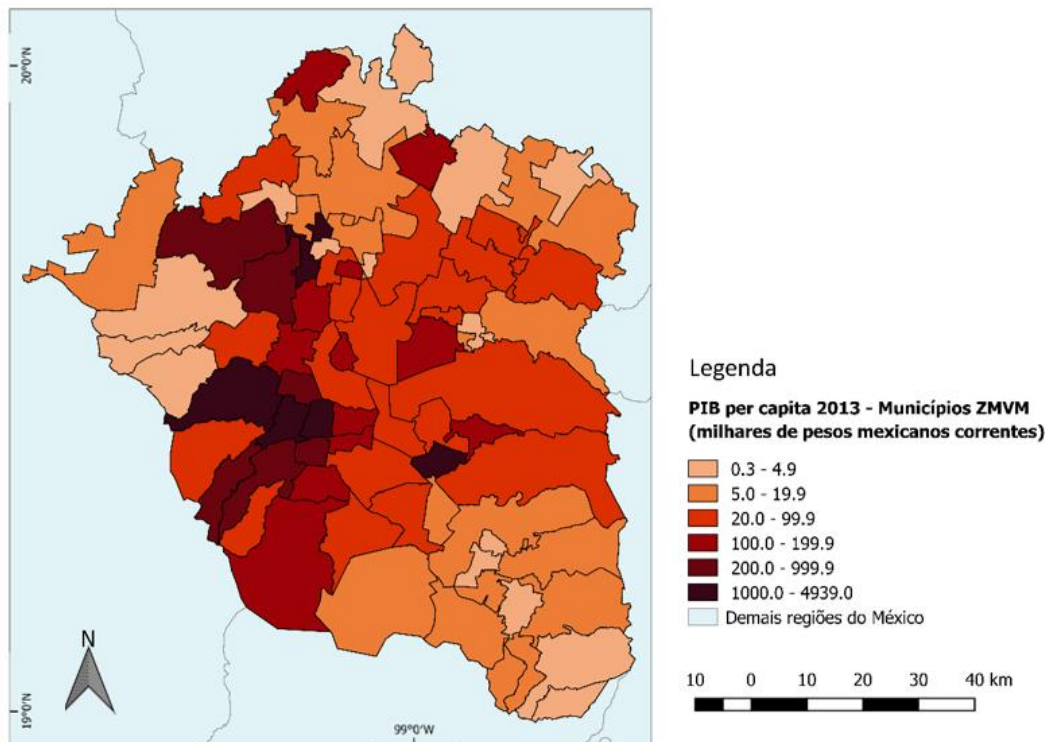








**Figura 6 - Distribuição do PIB per capita na ZMVM (2013)**



Fonte: elaboração própria, com base em dados de INEGI (2010; 2016a; 2016b; 2016c).

Ainda mais concentrada que na RMSP, a produção da região metropolitana da Cidade do México apresenta altos valores nos setores centrais, das delegações do Distrito Federal às cidades em seu entorno, além de Melchor Ocampo e Cuautitlán, localizados ao norte da ZMVM. Destoante das demais delegações da Cidade do México, Milpa Alta, no sudeste do município, apresenta PIB per capita baixo, principalmente por seu perfil rural. Municípios nas periferias da ZMVM apresentam PIB per capita ínfimos se comparados com seus vizinhos mais prósperos – enquanto o município de La Paz, a nordeste da Cidade do México, apresentou PIB per capita de Mex\$ 4 milhões, pela relevância de sua indústria de embalagens plásticas, ao município de Nopaltepec, na região periférica no nordeste da ZMVM, correspondia um PIB per capita de apenas Mex\$ 314, dado seu caráter rural de pequena produção (DATAMÉXICO, 2020d; 2020e). Estas disparidades se repetem de forma menos acentuada na análise da desigualdade de renda entre os habitantes de cada município, como será visto na figura 7, na página 91, uma vez que nem todos os recursos das cidades com maior produção são retidos na região. A análise da dimensão renda, portanto, seria incompleta se não considerasse a dimensão da desigualdade, medida a partir do Coeficiente de Gini, apresentado no gráfico 6, a seguir:

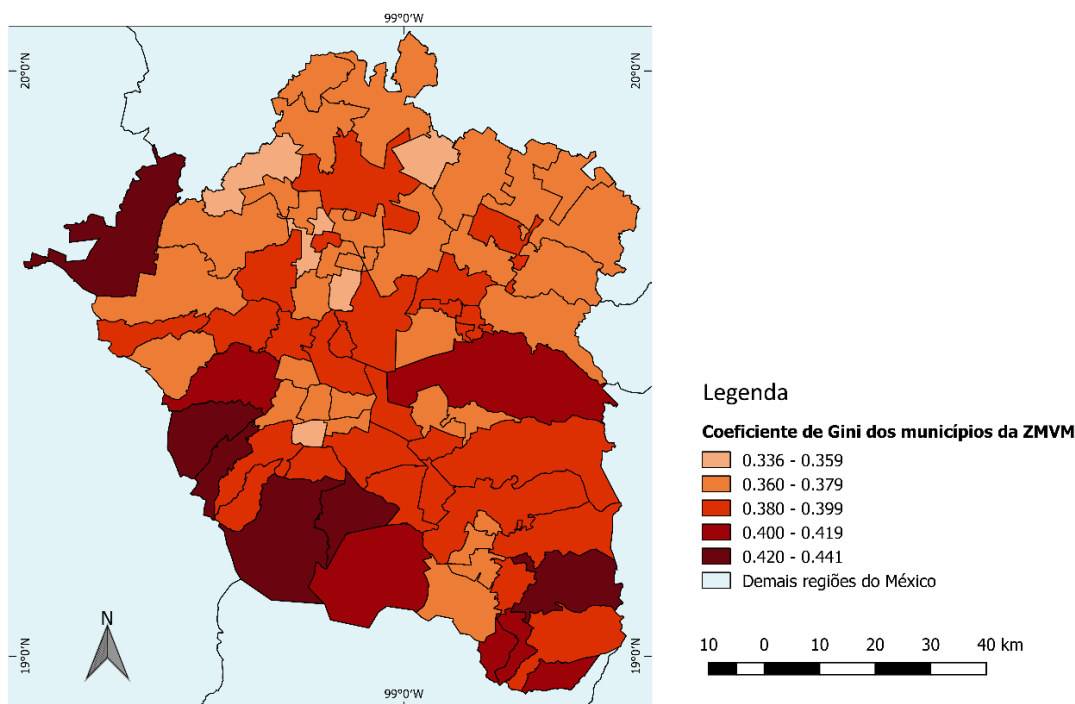


alimentar. Ainda assim, contava com muitos municípios dentre aqueles com maior número de pessoas em situação de pobreza patrimonial – dos quinze municípios com mais pessoas nesta categoria, seis pertenciam à ZMVM. O índice de pobreza de patrimônio na Cidade do México em 2005 atingia 31,8% da população, o que ainda o colocava abaixo da média nacional à época, de 47%. É claro que o fato de municípios da ZMVM serem mais populosos que a maior parte das outras cidades mexicanas contribuiu para a formação de tal índice, mas também mostra que há muito a ser feito na região (CONEVAL, 2010b).

A trajetória brasileira se deu de forma similar, ainda que a desigualdade de renda tenha aumentado em São Paulo ao longo dos anos 2000, em contradição às expectativas criadas pela implementação de programas de governo destinados a reduzir as desigualdades sociais. O processo de concentração de renda na região continuou, em grande parte, pela diferença de valor entre os salários de trabalhadores não qualificados e aqueles pertencentes a setores mais intensivos em tecnologia e conhecimento, centralizados a nível nacional na RMSP. Mesmo com o aprofundamento da desigualdade, São Paulo manteve-se como uma das regiões metropolitanas de maior salário médio entre as capitais brasileiras, atrás apenas de Brasília (NERI, 2006).

A análise mais aprofundada de índices de desigualdade de renda nos municípios de cada região metropolitana ocorre a seguir, a partir da elaboração de mapas que permitem conhecer os coeficientes de Gini de cada município. No México, o Distrito Federal mostra relativa coesão interna nessas subdivisões, quando em comparação com a extensão total da cidade. Para o ano de 2010, por exemplo, verifica-se que o coeficiente de Gini é maior para o DF (0,517) do que para qualquer dos municípios que o constituem (CONEVAL, 2010b), como demonstrado na figura 7, apresentada na próxima página.

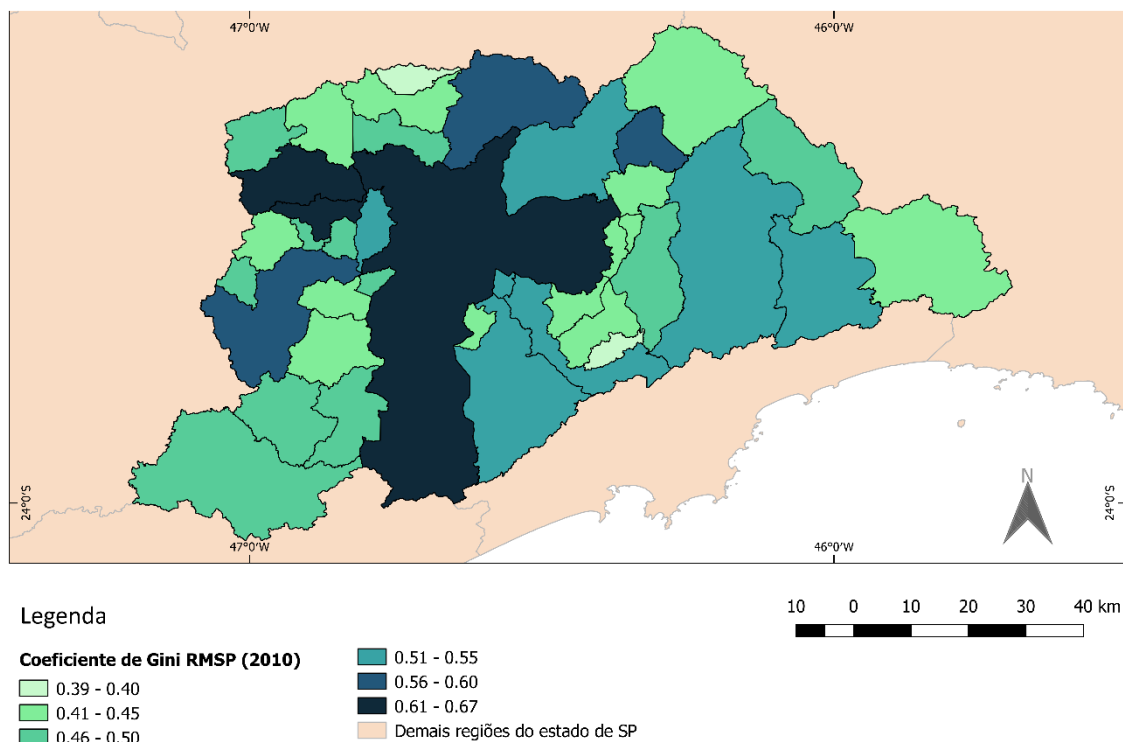
**Figura 7 - Coeficiente de Gini (2015) - Municípios ZMVM**



Fonte: elaboração própria, com base em dados de Coneval (2015).

Os indicadores de renda da Cidade do México têm apresentado crescimento abaixo das médias nacionais mexicanas. Entretanto, a ZMVM demonstra de maneira consistente, há décadas, a maior renda per capita do país, o que justifica taxas de crescimento menores (GARZA; SCHTEINGART, 2010). Como pode ser verificado pela figura 7, os municípios mais desiguais são também aqueles com maior valor de produção demonstrados na figura 6 (na página 89), resultado da disparidade de rendimentos entre os setores de alto e baixo valor agregado. Apesar disso, é importante ressaltar que as delegações da Cidade do México, mesmo que altamente desiguais, apresentam os menores índices de população em situação de pobreza da região metropolitana, variando de 8% a 50% da população de cada unidade – quando nos municípios conurbados a taxa pode atingir 75% da população municipal (CONEVAL, 2014). Além disso, a ZMVM apresenta índices de desigualdade de renda muito menores que os de São Paulo, que podem ser conferidos na figura 8:

**Figura 8 - Coeficiente de Gini (2010) – Municípios RMSP**



Fonte: elaboração própria, com base em dados de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020).

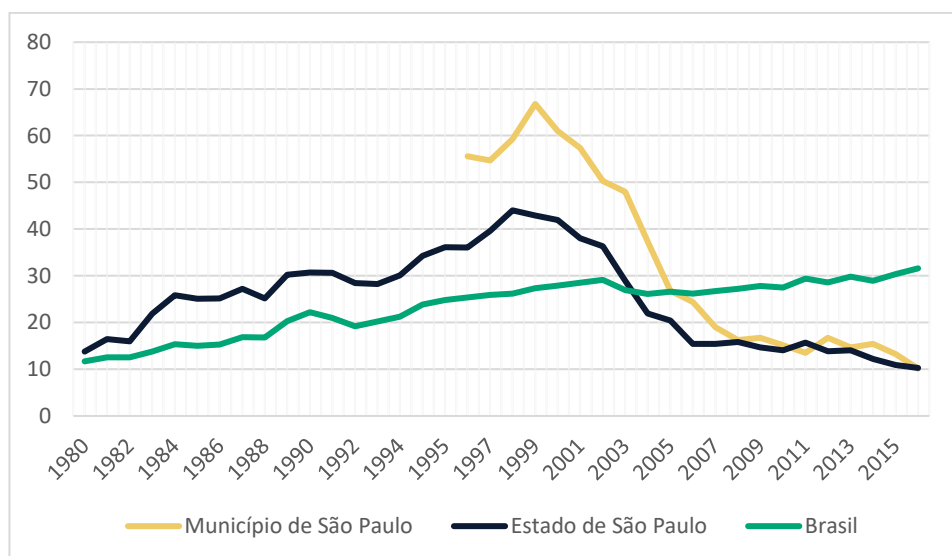
Na RMSP, o município de São Paulo está entre aqueles com maior índice de desigualdade de renda, corroborando a tese de que regiões mais especializadas na ZMVM e RMSP possuem maiores diferenças salariais entre a população economicamente ativa. Isso ocorre porque enquanto uma parcela crescente da população trabalha em setores de maior valor agregado, recebendo salários maiores, a maior parte dos habitantes continua a receber salários menores relativos a atividades menos valorizadas. Além disso, em momentos de crise econômica, a tendência à maior desvalorização dos salários da população de renda mais baixa é reforçada.

A desigualdade, tanto de renda como de acesso a serviços, tem mostrado estar relacionada a índices de violência na América Latina. O continente mantém alguns dos maiores índices de violência do planeta (TEICHMAN, 2012). A esfera da violência não pode deixar de ser mencionada, dado seu grande impacto nos cenários urbanos da Cidade do México e de São Paulo. Na pesquisa *survey* apresentada na seção 3.2 os habitantes da ZMVM classificaram a violência e a falta de segurança pública como os principais problemas que identificavam em seus municípios e país. Ainda que os níveis de violência no México sejam historicamente altos, dada a existência de grupos armados de oposição ao governo durante todo o século XX, os efeitos da crise da dívida dos anos 1980 e o

aprofundamento da pobreza e da desigualdade levaram a aumentos também na influência dos carteis de tráfico de drogas e da violência a eles relacionada (TEICHMAN, 2012). Com a facilitação de rotas de comércio a partir da assinatura do NAFTA nos anos 1990, também aumentaram os fluxos ilegais para os Estados Unidos, aumentando o poder de organizações criminosas. A dificuldade de conseguir empregos formais incentivou a população pobre urbana a envolver com tráfico de drogas. Ainda que essas questões atinjam mais a região Norte do país, próxima à fronteira com os Estados Unidos, refletem também na Cidade do México, cuja população encara a falta de segurança pública como principal problema a ser resolvido (vide tabelas 2 e 3, na página 60).

No Brasil, o aumento da violência também ocorreu a partir da crise dos anos 1980. As taxas de homicídio no país dobraram entre 1980 e 1990, e continuaram em movimento ascendente desde então, atingindo 31,59 homicídios por 100 mil habitantes em 2017 (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020). No estado de São Paulo, por outro lado, enquanto as taxas de homicídio eram crescentes entre 1980 e 2001, desde então apresentam movimento decrescente, totalizando 4.631 homicídios em 2017, ou uma taxa de 10,27 homicídios a cada 100 mil habitantes, um terço da estatística nacional. No município de São Paulo – aqui utilizado para representar sua região metropolitana – a taxa de homicídios inicia os anos 2000 em alta, atingindo 66,78 homicídios a cada 100 mil habitantes em 1999. Entretanto, sofre queda vertiginosa nos próximos anos, se aproximando do movimento verificado no estado de São Paulo. As estatísticas explicadas até aqui podem ser mais bem compreendidas a partir do gráfico 7, apresentado a seguir:

**Gráfico 7 - Taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes: Município de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil (1980-2016)**

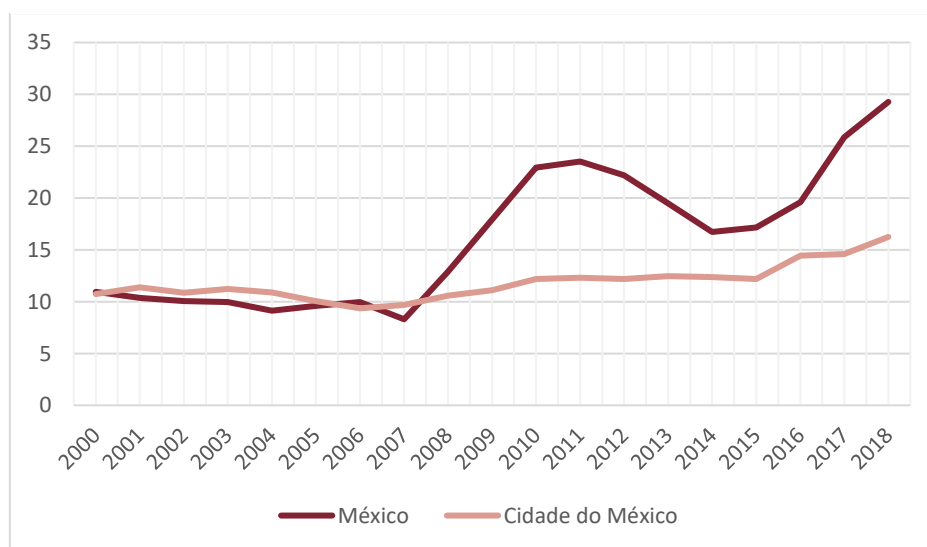


Fonte: elaboração própria, a partir de dados de Atlas da Violência (2020).

O impacto do crime organizado, em especial a partir da ação do Primeiro Comando da Capital (PCC) é o principal responsável pelas variações nas taxas de homicídio do município de São Paulo. Durante os conturbados anos 1990, marcados por conflitos entre facções, os homicídios atingiram níveis recorde em São Paulo, reduzindo-se drasticamente assim que a guerra entre facções cessou (ALVARADO MENDOZA, 2016). A população masculina e negra é a mais afetada por esse índice, compondo a maior parte das vítimas de homicídio a nível local e nacional. Ainda que pobreza e desemprego não causem alta criminalidade, há correlação entre alta desigualdade e aumento da violência. O caso específico de São Paulo, entretanto, dependeu mais da conjuntura interna às facções de crime organizado que de políticas para a redução da violência (FELTRAN, 2018).

As taxas de homicídio registradas na Cidade do México desde 2000 apresentam maior estabilidade que as de São Paulo. A violência tem grande impacto no cenário urbano da Cidade do México, especialmente pela ação do crime organizado. Disputas de liderança internas às organizações criminosas, assim como disputas de território de venda de drogas, são grandes responsáveis pelo número de homicídios na região. Assim como no restante da América Latina, mesmo instituições públicas são frequentemente infiltradas pelo crime organizado, que utiliza as estruturas estatais para realizar e proteger operações próprias (VALENZUELA-AGUILERA, 2016). O valor mais alto desde o início da série foi registrado em 2018, seguindo um lento aumento da estatística desde meados dos anos 2000. A trajetória mexicana está sistematizada no gráfico 8:

**Gráfico 8 - Taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes: México e Cidade do México (2000-2018)**



Fonte: elaboração própria, com base em dados de INEGI (2020b).

A Cidade do México, apesar do cenário ligado à violência descrito anteriormente, apresenta taxas de homicídio menores que a média nacional mexicana, em declínio quando comparadas ao total de homicídios no país – enquanto em 2007, representavam cerca de 9,5% do total de homicídios no México, em 2015 somaram 5,2%. Para fins de comparação, no mesmo ano, a cidade representava cerca de 7% da população total do país. Ainda assim, a taxa de homicídios municipal cresceu nos últimos anos, atingindo 16,25 homicídios a cada 100 mil habitantes. As altas taxas de violência são em parte incentivadas pelos mercados dinâmicos e pelo alto poder de compra concentrado na região, que incentivam a atividade criminal acompanhante da formação de grandes centros (ALVARADO MENDOZA, 2016)

As estruturas econômica e social precárias criam ambientes urbanos violentos, reafirmados pela ação de forças estatais também violentas e militarizadas. Os governos locais, nesse sentido, falham em fornecer respostas adequadas aos desafios socioeconômicos por meio de planos de desenvolvimento e redução da pobreza, agravando a desigualdade entre regiões mais enriquecidas e empobrecidas da cidade (VALENZUELA-AGUILERA, 2016).



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

O estudo realizado ao longo deste trabalho permitiu construir uma visão panorâmica das conjunturas sociais e econômicas das duas maiores metrópoles latino-americanas, São Paulo e Cidade do México. Como metrópoles periféricas, as cidades compartilham muitos desafios ao seu desenvolvimento, da dificuldade em dinamizar setores industriais tradicionais à concentração de renda e à necessidade de combater a violência. Ao mesmo tempo, representam a principal possibilidade de crescimento de seus países, ao contribuírem com parcelas significativas da população, da produção e da renda nacional (CADENA, 2011).

Contudo, diferente de Storper et al (2015), em cuja obra foi possível estabelecer um padrão claro de divergência entre as regiões metropolitanas de São Francisco e Los Angeles – por suas especializações respectivas em setores de alta especialização e salários (tecnologia e software, no Vale do Silício) e setores de especialização ou salários mais baixos (atividades portuárias e setor de entretenimento) – a RMSP e a ZMVM não divergem em todos os aspectos analisados neste trabalho. Enquanto São Paulo parece ser capaz de criar um ambiente de investimentos e inovação tecnológica mais propício, que se reflete na média de salários da região, a RM da Cidade do México oferece melhores condições de vida a seus habitantes, com menor desigualdade de renda e maior índice de desenvolvimento humano. A partir da análise aprofundada de seus indicadores, entretanto, é possível descobrir os principais entraves ao desenvolvimento de cada região metropolitana.

Um dos primeiros pontos a serem tratados é a falta de governança metropolitana nas duas regiões, apesar da diversidade de governos municipais que as formam. As metrópoles latino-americanas podem representar um papel importante na recuperação econômica desses países durante a próxima década, como forma de aumentar suas taxas de crescimento. Como região mais urbanizada do planeta, a América Latina enfrentará cada vez mais desafios à qualidade de vida em suas metrópoles, como déficits de moradia, problemas ambientais e congestionamentos (CADENA, 2011). O planejamento metropolitano, por esse motivo, é necessário como forma de manter o desenvolvimento das regiões urbanas sustentável a longo prazo. Todavia, mesmo que existam iniciativas de planejamento metropolitano nos dois países, estas não foram implementadas de maneira a apresentar resultados em larga escala para as cidades.

Em São Paulo, leis estaduais permitem a criação de agências metropolitanas para realizar estudos sobre a RMSP, assim como de uma autarquia para integrar o planejamento de políticas públicas metropolitanas. A iniciativa não é tomada, atualmente, pelo governo do estado, que liquidou no final de 2019 a única instituição que exercia o papel de planejamento metropolitano, a Emplasa (IPEA, 2013; EMPLASA, 2019a).

A Emplasa havia sido criada nos anos 1970 como empresa pública para a elaboração de dados estatísticos sobre a RMSP, no auge de seu processo de crescimento populacional à época. Com a atribuição concedida aos estados pela Constituição de 1988 de estabelecer suas próprias regiões metropolitanas, a Emplasa passa a elaborar pesquisas sobre as demais RMs do estado de São Paulo. Além disso, a empresa inicia, nos anos 1990, a elaboração de planos metropolitanos de desenvolvimento, cuja versão relativa à RMSP foi inaugurada em 1994. O processo de planejamento metropolitano foi aprofundado como política de Estado no Brasil a partir de marcos legais como o Estatuto da Cidade, de 2001, e o Estatuto da Metrópole, de 2015, que trouxeram atenção ao desenvolvimento metropolitano como preocupação no âmbito das políticas públicas. Durante os anos 2000, foram criados o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo (CDRMSP) e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – exigência do Estatuto das Metrópoles –, com ações que estabeleciam diretrizes e projetos para orientar políticas para a RMSP. Entretanto, apesar da conclusão do PDUI em meados de 2019, sua aplicação não se tornou lei estadual antes do início do processo de liquidação da Emplasa, realizado em outubro do mesmo ano sob a alegação de necessidade de redução de gastos estaduais (IPEA, 2013; PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO – PDUI, 2019; EMPLASA, 2019a). O governo do estado de São Paulo reconhece como atribuições de interesse metropolitano o desenvolvimento econômico, o saneamento ambiental, o planejamento e o uso do solo, o transporte e as rodovias, o meio ambiente, a habitação, o atendimento social e esportes e lazer (IPEA, 2013). Com a extinção da empresa, não é claro se outros órgãos do estado de São Paulo assumirão a responsabilidade de retomar o planejamento metropolitano.

A governança metropolitana se torna ainda mais complexa no cenário da Cidade do México, pela sobreposição de diferentes governos: influem no processo de planejamento e tomada de decisão da ZMVM governos das 16 delegações e do município da Cidade do México, os governos municipais das demais 59 cidades da ZMVM, pertencentes a outros dois estados da federação. Ainda, por se tratar da capital mexicana, o governo federal possui participação maior em decisões que alocam recursos. Instâncias de

planejamento metropolitanas são inexistentes, assim como no caso de São Paulo. Contudo, enquanto no Brasil o planejamento metropolitano é relegado aos governos estaduais, no México programas de desenvolvimento das metrópoles dependem de ação federal.

Segundo Dobbs e Remes (2011), a falta de jurisdição metropolitana é um dos principais entraves ao progresso das aglomerações urbanas latino-americanas, uma vez que a coordenação de políticas públicas se torna escassa. Dessa maneira, recursos são mal distribuídos, resultando em problemas de infraestrutura e acesso a serviços em áreas periféricas. Setores como transporte público e infraestrutura de saneamento são especialmente atingidos pela escassez de gerenciamento nas metrópoles (CADENA, 2011). Sem a execução de projetos metropolitanos, o município núcleo, que já concentra população e recursos, domina também os processos de tomada de decisão. Apesar das dificuldades em criar fóruns regionais que englobem as requisições de todas as cidades da região metropolitana, a centralização excessiva é prejudicial e pode deixar de considerar de maneira apropriada o impacto de ações nas cidades vizinhas (STORPER et al., 2015).

Ainda no plano político, as recentes democracias latino-americanas, apesar de apresentarem em seus documentos constitucionais o compromisso com a justiça social e a redução das desigualdades, não conseguiram implementar mecanismos suficientemente efetivos para remediar disparidades históricas. No caso brasileiro, desde o fim do regime militar em 1985, o aumento de participação popular pouco fez para tornar as relações de poder menos assimétricas (O'DONNELL, 1993). Analogamente, no México, o fim dos 71 anos de governo priista em 2000 tampouco trouxe mudanças profundas que impactassem na representatividade de populações marginalizadas. Tanto Brasil como México continuam Estados bastante heterogêneos, ainda que a desconcentração produtiva das últimas décadas tenha auxiliado regiões previamente à margem da industrialização.

O'Donnell (1993) identifica esse processo de precariedade do espaço urbano latino-americano – ainda que não seja exclusivo da região – como resultado de dificuldades na democratização da região, que falha em incluir grupos tradicionalmente excluídos da sociedade. A escassez de espaços públicos e sua transformação em esferas de interesse predominantemente privado, com o direcionamento de recursos em um organizado sistema de trocas entre as elites locais e no legislativo federal, resulta em uma mistura de sistemas democráticos e autoritários – apesar de documentos constitucionais com grandes garantias em relação a questões de liberdade e direitos humanos. A tentativa de reduzir o déficit estatal a qualquer custo também cria empecilhos à garantia de todos os princípios constitucionais.

Nesse cenário, se torna muito difícil decidir projetos prioritários para o Estado, quando o necessário seria estabelecer “políticas complexas, de longo prazo e negociadas multilateralmente” (O’DONNELL, 1993, p. 142) para conduzir ao desenvolvimento. A própria complexidade dos desafios ao desenvolvimento latino-americano torna necessária, portanto, a consideração do subdesenvolvimento como processo multidimensional, com foco em ações governamentais que transcendam questões de desigualdade de renda, criando sistemas de proteção social que possibilitem a inclusão de todos os cidadãos, em setores não apenas de saúde e educação, como prega o IDH, mas também de sustentabilidade e direitos humanos, como cita Amartya Sen (PNUD, 2016a; SEN, 2002).

Atualmente, tanto a ZMVM como a RMSP crescem a taxas menores que suas médias nacionais. Este resultado é esperado, dado que são as duas maiores metrópoles de seus países, tornando crescimentos elevados relativos a seu tamanho de difícil obtenção, especialmente se comparados às taxas de crescimento das cidades médias, cuja importância proporcional aumentou nas últimas décadas. A desconcentração produtiva, entretanto, não deve ser interpretada como uma ocorrência negativa, uma vez que fornece melhores condições de progresso econômico e social para regiões anteriormente à margem do desenvolvimento. Todavia, metrópoles como São Paulo e a Cidade do México devem evitar sofrer processos de retração econômica, sob o risco de agravarem seus desafios sociais. Para isso, é necessário tomar medidas para evitar o aprofundamento de deseconomias de escala na região, causadas por fatores como congestionamento excessivo e poluição (CADENA, 2011).

A saída econômica para estes dilemas inclui o aprofundamento da especialização em setores intensivos em conhecimento e tecnologia, como os *clusters* formados nas duas metrópoles, tanto no setor de serviços como na indústria. As metrópoles estão em vantagem para o estabelecimento desses polos pela maior disponibilidade de recursos humanos com alta qualificação que nas demais cidades. Entretanto, é necessário que investimentos em pesquisa e desenvolvimento se tornem maiores para que o crescimento de *clusters* seja sustentável. De forma complementar, investimentos educacionais são essenciais para o desenvolvimento de setores com maior conhecimento agregado, especialmente para estabelecer melhores relações entre universidades e *clusters* de tecnologia. Todavia, São Paulo e Cidade do México estão longe de universalizar o acesso à educação, especialmente em níveis técnico e superior, apesar das vantagens relativas em relação a seus países (CADENA 2011).

Quanto à análise de dados, ainda é difícil encontrar indicadores calculados a nível metropolitano, o que dificulta pesquisas na área. Especialmente na ZMVM, não há órgão que se dedique à elaboração de pesquisas sobre a metrópole, da qual fazem parte municípios de três entidades federativas distintas. Na Região Metropolitana de São Paulo, a liquidação da Emplasa, ocorrida no final de 2019, também dificultará a disponibilidade de dados metropolitanos, ainda que alguns indicadores continuem a ser calculados pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que considera a RMSP uma das sub-regiões do estado de São Paulo.

Por fim, apenas o progresso econômico aliado ao aumento da qualidade de vida dos habitantes da RMSP e da ZMVM pode levar ao desenvolvimento das duas metrópoles. Questões como a desigualdade de renda, a violência e o acesso precário à moradia podem ser solucionadas a partir de políticas públicas urbanas, mas dificilmente o serão durante o atual período de incertezas econômicas (CADENA, 2011). Mesmo o maior número de políticas de inclusão social desde o início dos anos 2000, que gerou profundas mudanças na distribuição de renda da região, não deve ser tomado como um avanço permanente. O progresso nas metrópoles é diretamente ameaçado pela desaceleração econômica e a queda no preço internacional das *commodities*, principais produtos de exportação dos países da região (PNUD, 2016a).

Para manter avanços e consolidar as metrópoles latino-americanas em posições de destaque, como fizeram os países asiáticos, é necessária a responsabilidade estatal de criar fontes sustentáveis de recursos para manter programas sociais apesar das crises, que continuarão a ocorrer esporadicamente (PNUD, 2016a). Apenas assim o continente mais urbano poderá levar suas regiões metropolitanas ao desenvolvimento, vencendo desafios de longo prazo no continente.

## REFERÊNCIAS

- ABDAL, Alexandre et al. Caminhos e descaminhos da macrometrópole paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. **Cadernos Metropolitanos**, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 145-168, abr. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962019000100145&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000100145&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 set. 2020.
- ALKIRE, Sabina. The capability approach and well-being measurement for public policy. **Oxford Poverty and Human Development Initiative Working Paper**, n. 94, mar. 2015. 36 p.
- ALVARADO MENDOZA, Arturo. Crimen organizado en una ciudad de América Latina: la Ciudad de México. **Revista latinoamericana de estudios de seguridad**, Quito, Equador, n. 18, p. 129-145, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17141/urvio.19.2016.2407>> Acesso em: 01 out. 2019.
- AMITRANO, Cláudio Roberto. A região metropolitana e a área central da cidade de São Paulo nos anos 90: estagnação ou adaptação? In: SOMEKH, Nadia; COMIN, Álvaro A. (orgs.). **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: EMURB, 2004, p. 85-122.
- ANGEL, Shlomo et al. **Atlas of urban expansion: 2016 edition**, vol. 1: areas and densities. New York: New York University, Nairobi: UN-Habitat, and Cambridge (USA): Lincoln Institute of Land Policy, 2016.
- ÁNGELES COLÍN, Diego. **Desiertos educativos en la Ciudad de México**. Nexos, 2017. Disponível em: <<https://educacion.nexos.com.mx/?p=429>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- ANTUNES, Rodger. A economia da Região Metropolitana de São Paulo. **Informações FIPE**, s. n, abr. 2018, p. 28-33. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif451-28-33.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- ARAÚJO, Maria de F. I. Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Cenários da urbanização paulista: a região administrativa da Grande São Paulo**. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. p. 15-51.
- ARAÚJO, Maria de F. I; PACHECO, Carlos A. A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80. In: FUNDAÇÃO SEADE. **Cenários da urbanização paulista: a região administrativa da Grande São Paulo**. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. p. 53-92.
- ARRETICHE, Marta. The geography of access to basic services in Brazil. In: ARRETICHE, Marta (ed.). **Paths of inequality in Brazil: a half-century of changes**. Cham: Springer, 2019. p. 137-161.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA. **Taxa de homicídios, base de dados**. IPEA, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. [Base de dados sobre desenvolvimento humano]. 2020. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>>. Acesso em: 23 out. 2020.

ATOLIA, Manoj et al. Rethinking development policy: deindustrialization, servification and structural transformation. **IMF Working Paper** v. 18, n. 223, set. 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2018/09/28/Rethinking-Development-Policy-Deindustrialization-Servicification-and-Structural-46253>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista internacional de mobilidade urbana**, Brasília, ano XX, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BARROS, Geraldo S. C. de. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. In: BUAINAIN, Antônio M.; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José M.; NAVARRO, Zander (eds.). **O mundo rural no Brasil do Século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 79-116.

BIRDSALL, Nancy; LUSTIG, Nora; MCLEOD, Darryl. Declining inequality in Latin America: some economics, some politics. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR, Deborah J. (eds.). **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York: Routledge, 2012. p. 158-180.

BÓGUS, Lucia M. M.; PASTERNAK, Suzana. Introdução. In: BÓGUS, Lucia M. M.; PASTERNAK, Suzana (eds.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 15-25. Disponível em: <[https://observatoriodasmetrolopoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook\\_file/serie\\_ordemurbana\\_saopaulo.pdf](https://observatoriodasmetrolopoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_saopaulo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo: população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. officina da estatística, 1898. disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Typographia da Estatística, 1905. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2020.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.

CADENA, Andres et al. **Building globally competitive cities: the key to Latin American growth**. McKinsey & Company, 2011. Disponível em: <[https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Urbanization/Building%20competitive%20cities%20key%20to%20Latin%20American%20growth/MGI\\_Building\\_competitive\\_cities\\_full\\_report.pdf](https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Urbanization/Building%20competitive%20cities%20key%20to%20Latin%20American%20growth/MGI_Building_competitive_cities_full_report.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMPOS, Adriana F. O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e sua posterior privatização. **Raízes**, ano XVIII, n. 19, maio 1999. p. 49-64.

CAMPOS-VASQUEZ, Raymundo; ESQUIVEL, Gerardo; LUSTIG, Nora. The rise and fall of income inequality in Mexico, 1989-2010. In: CORNIA, Giovanni Andrea (ed.). **Falling inequality in Latin America: policy changes and lessons**. p. 140-163.

CANO, Wilson; SEMEGHINI, Ulysses. Diagnósticos setoriais: introdução. In: FUNDAÇÃO SEADE. **Diagnósticos setoriais da economia paulista: introdução geral e agropecuária**. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

CANO, Wilson et al. **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

CELIS, Alejandro M.; CARRANCO, María M. **La Ciudad de México y sus clusters**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo: os maiores mitos do mundo em que vivemos**. São Paulo: Cultrix, 2013.

COMIN, Álvaro A. Diagnóstico, oportunidades e diretrizes de ação. In: COMIN, A.; SOMEKH, N. **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole – CEM, 2004. p. XVII-XLV.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **Estadísticas e indicadores sociales: Distribución del ingreso (serie descontinuada) - Índice de concentración de Gini**. Banco de datos de encuesta de hogares (BADEHOG). Santiago de Chile, 27 set. 2016. Disponível em: <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=250&idioma=e>> Acesso em: 02 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **A hora da igualdade: brechas por selar, caminhos por abrir**. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Produto Interno Bruto do Distrito Federal, 2017**. Brasília: Codeplan, 2019. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/PIB-DF\\_2017.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/PIB-DF_2017.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL – CONEVAL. **Indicadores de cohesión social, según municipio**: Distrito Federal, 2010. Banco de datos Coneval. Ciudad de México, 2010a.

\_\_\_\_\_. **La pobreza por ingresos en México**. Ciudad de México: Coneval, 2010b. Disponível em: <[https://www.coneval.org.mx/rw/resource/coneval/info\\_public/PDF\\_PUBLICACIONES/POBREZA\\_INGRESOS\\_MEXICO\\_WEB.pdf](https://www.coneval.org.mx/rw/resource/coneval/info_public/PDF_PUBLICACIONES/POBREZA_INGRESOS_MEXICO_WEB.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana y de las zonas metropolitanas en México**. Ciudad de México: Coneval, 2014. Disponível em: <[https://www.coneval.org.mx/Informes/Pobreza/Pobreza%20urbana/Pobreza\\_urbana\\_y\\_de\\_las\\_zonas\\_metropolitanas\\_en\\_Mexico.pdf](https://www.coneval.org.mx/Informes/Pobreza/Pobreza%20urbana/Pobreza_urbana_y_de_las_zonas_metropolitanas_en_Mexico.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Coefficiente de Gini y razón de ingresos según municipios, México 2010-2015**. Base de dados. Coneval, 2015.



CORRALES, Javier. Neoliberalism and its alternatives. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR; Deborah J. (eds.). **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York: Routledge, 2012. p. 133-157.

CURTIS, Simon. **Global cities and global order**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DATAMÉXICO. **Ciudad de México – entidad federativa**. Disponível em: <<https://datamexico.org/es/profile/geo/ciudad-de-mexico-cx>>. Acesso em: 15 nov. 2020a.

\_\_\_\_\_. **Valle de México – metro área**. Disponível em: <<https://datamexico.org/es/profile/geo/valle-de-mexico>>. Acesso em: 15 nov. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Campeche – Entidad Federativa, base de datos**. Disponível em: <<https://datamexico.org/es/profile/geo/campeche-cm>>. Acesso em: 10 nov. 2020c.

\_\_\_\_\_. **La Paz – município**. Disponível em: <<https://datamexico.org/es/profile/geo/la-paz-15070>>. Acesso em: 30 nov. 2020d.

\_\_\_\_\_. **Nopaltepec – município**. Disponível em: <<https://datamexico.org/es/profile/geo/nopaltepec>>. Acesso em: 30 nov. 2020e.

DESENVOLVE SP. **Região administrativa – São Paulo**. Disponível em: <<https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomia paulista/ra/sao-paulo/>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

DINIZ, Clélio C.; DINIZ, Bernardo P. C. A Região Metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. In: COMIN, A.; SOMEKH, N. **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole – CEM, 2004. p. 61-84.

DOBBS, Richard et al. **Urban world: cities and the rise of the consumin class**. Nova Iorque: McKinsey & Company, jun. 2012. Disponível em: <[https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Urbanization/Urban%20world%20Cities%20and%20the%20rise%20of%20the%20consuming%20class/MGI\\_Urban\\_world\\_Rise\\_of\\_the\\_consuming\\_class\\_Full\\_report.ashx](https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Urbanization/Urban%20world%20Cities%20and%20the%20rise%20of%20the%20consuming%20class/MGI_Urban_world_Rise_of_the_consuming_class_Full_report.ashx)>. Acesso em: 16 set. 2019.

DOBBS, Richard; REMES, Jaana. **What’s the biggest limit on city growth?** McKinsey & Company, fev. 2011. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/featured-insights/urbanization/whats-the-biggest-limit-on-city-growth>>. Acesso em: 16 set. 2019.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. The blessings of troubles: scholarly innovation in response to Latin America’s challenges. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR; Deborah J. (eds.). **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York: Routledge, 2012. p. 512-527.

DONNINI, Osvaldo A. **Cobertura e desempenho da atenção básica na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Observatório de Saúde da RMSP, 2011.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN - ECLAC. **Social panorama of Latin America**. Santiago de Chile: United Nations Publications, 2019.

ELSON, Anthony. **Globalization and development: why East Asia surged ahead and Latin America fell behind**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMPLASA. **Região Metropolitana de São Paulo**. Emplasa, 2019a. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 07 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Macrometrópole paulista**. Emplasa, 2019b. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/MMP>>. Acesso em: 17 set. 2020.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERNÁNDEZ; Víctor R.; BRONDINO, Gabriel. Why does structuralism return to the forefront? In: FERNÁNDEZ; Víctor R.; BRONDINO, Gabriel (eds.). **Development in Latin America: critical discussions from the periphery**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 11-45.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLARDO NEGRETE, Francisco. **Breve historia de la desecación de los lagos de Valle de México: desde Tenochtitlán hasta el nuevo aeropuerto internacional**. Disponível em: <<https://labrujula.nexos.com.mx/?p=1363>>. Última modificação: 27 jun. 2017.

GARROCHO RANGEL, Carlos. **Dinámica de las ciudades de México en el siglo XXI: cinco vectores clave para el desarrollo sostenible**. Zinacantepec: El Colégio Mexiquense, 2013.

GARZA, Gustavo; SCHTEINGART, Martha. Introducción general. In: GARZA, Gustavo; SCHTEINGART, Martha (coord.). **Desarrollo urbano y regional**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010. p. 11-28. Disponível em: <<https://2010.colmex.mx/16tomos/II.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

GARZA VILLAREAL, Gustavo. **El proceso de industrialización en la Ciudad de México (1821-1970)**. Distrito Federal: El Colégio de México, 1985.

\_\_\_\_\_. **La urbanización de México en el siglo XX**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2005.

GASPAR, Ricardo C.; APARÍCIO, Cimar A. P.; BESSA, Vagner de C. A metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna. In: BÓGUS, Lucia M. M.; PASTERNAK, Suzana (eds.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 27-51. Disponível em: <[https://observatoriodasmetrosoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook\\_file/serie\\_ordemurbana\\_saopaulo.pdf](https://observatoriodasmetrosoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_saopaulo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GLASCO, Sharon B. **Constructing Mexico City: colonial conflicts over culture, space, and authority**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

GONZÁLEZ MARÍN, María L. **La industrialización en México**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

GREENE, K. F.; SÁNCHEZ-TALANQUER, M. Authoritarian Legacies and Party System Stability in Mexico. In: MAINWARING, S. **Party Systems in Latin America: institutionalization, decay, and collapse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 201-226.

GUTIÉRREZ DE MACGREGOR, María T. “Desarrollo y distribución de la población urbana en México”. **Investigaciones Geográficas**, n. 50, 2003, p. 77-91.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estatísticas do século XX. **População do Brasil por municípios e estados (1907-1912)**.

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1908\\_12/populacao1908\\_12v1\\_082\\_a\\_116.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_082_a_116.pdf)>. Acesso em: 06. set. 2020.

\_\_\_\_\_. Estatísticas do século XX. Situação demográfica. **Estado da população - População absoluta e relativa dos municípios, calculada para 31 de dezembro de 1936**. Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1937/populacao1937aeb\\_14\\_a\\_26.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1937/populacao1937aeb_14_a_26.pdf)>. Acesso em: 06. set. 2020.

\_\_\_\_\_. Estatísticas do século XX. **Anuário Estatístico do Brasil - 1947**. Estado da população - População do Brasil, na data do recenseamento geral de 1940. Distribuição, segundo os municípios. Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1947/populacao1947aeb\\_17\\_a\\_36.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1947/populacao1947aeb_17_a_36.pdf)>. Acesso em: 06. set. 2020.

\_\_\_\_\_. Estatísticas do século XX. **Anuário Estatístico do Brasil - 1952**. Estado da população - População do Brasil, na data dos recenseamentos gerais. Discriminação, por Unidades da Federação. Distribuição da população presente, por municípios (1950).

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1952/populacao\\_a1952aeb\\_12\\_a\\_27.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1952/populacao_a1952aeb_12_a_27.pdf)>. Acesso em: 06. set. 2020.

\_\_\_\_\_. Estatísticas do século XX. Situação demográfica. Estado da população - **Resultados preliminares do recenseamento geral de 1º-IX-1960**. Área, população registrada e densidade demográfica dos municípios, por Unidades da Federação.

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1961/populacao\\_m\\_1961aeb\\_01\\_a\\_024.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1961/populacao_m_1961aeb_01_a_024.pdf)>. Acesso em: 06. set. 2020.

\_\_\_\_\_. Estatísticas do século XX. Anuário Estatístico do Brasil. População na data dos recenseamentos gerais - **Resultados do Censo Demográfico - 1970**. População residente, área e densidade demográfica, segundo as Unidades da Federação, as Microrregiões Homogêneas e Municípios. Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1972/populacao\\_m\\_1972aeb\\_019\\_a\\_045.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1972/populacao_m_1972aeb_019_a_045.pdf)>. Acesso em: 06. set. 2020.

\_\_\_\_\_. Estatísticas do século XX. Anuário Estatístico do Brasil. **População recenseada e estimada - população residente, segundo as Regiões Metropolitanas (1970-1980)**.

Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1984/populacao\\_m\\_1984aeb\\_013.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1984/populacao_m_1984aeb_013.pdf)>. Acesso em: 07. set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1991**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**: resultados preliminares do universo - tabelas por município. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9670&t=resultados>>. Acesso em: 07 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **PIB dos municípios – base de dados 2010-2015**. IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=18760&t=resultados>>. Acesso em: 22 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto a preços correntes (2015)**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>>. Acesso em: 20 out. 2020a.

\_\_\_\_\_. **Brasil**: população, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto ‘per capita’ e deflator implícito do Produto Interno Bruto. Base de dados. Disponível em:

<<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas.html>>. Acesso em: 11 nov. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?t=series-historicas>>. Acesso em: 12 nov. 2020c.

\_\_\_\_\_. **Pessoas com pelo menos nível superior de graduação concluído, Brasil e RMSP**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3543#resultado>>. Acesso em: 16 nov. 2020d.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, GEOGRAFÍA E INFORMÁTICA – INEGI. **Séptimo Censo General de Población 1950**. Tabulados básicos. Secretaría de Economía, Dirección General de Estadística, México, 1953. Disponível em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/1950/default.html#Tabulados>>. Acesso em: 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **VIII Censo General de Población 1960**. Población total, extensión territorial y densidad de población, por municipio. Secretaría de Indústria y Comércio, México 1964. Disponível em:

<<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/1960/default.html#Tabulados>>. Acesso em: 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **IX Censo General de Población 1970**. Población total, según sexo, superficie territorial y densidad de población, por municipio. INEGI, México, 1970. Disponível em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/1970/default.html#Tabulados>>. Acesso em: 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **X Censo General de Población y Vivienda 1980.** Población total, por municipio, según sexo. INEGI, 1980. Disponible em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/1980/default.html#Tabulados>>. Acceso em: 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **XI Censo General de Población y Vivienda 1990.** Población total por delegación y edad desplegada según sexo. INEGI, 1990. Disponible em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/1990/>>. Acceso em: 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **México en el siglo XX: panorama estadístico.** INEGI, 1999. Disponible em: <[http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especiales/mexsigloxx/est2w1.pdf](http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especiales/mexsigloxx/est2w1.pdf)>. Acceso em: 11 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **XII Censo General de Población y Vivienda 2000.** Población total por delegación, edad desplegada y grupos quinquenales de edad, y su distribución según sexo. INEGI, 2000. Disponible em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2000/default.html#Tabulados>>. Acceso em: 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo de Población y Vivienda 2010.** Población total por municipio y edad desplegada según sexo. INEGI, 2010. Disponible em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2010/default.html#Tabulados>>. Acceso em: 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Encuesta Industrial Mensual Aplicada:** Principales características del setor manufacturero por subsector de actividad, 2009 y 2010. Aguascalientes: INEGI, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Cuentas Nacionales de México:** Producto Interno Bruto por Entidad Federativa 2006-2010. Aguascalientes: INEGI, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cuaderno estadístico y geográfico de la Zona Metropolitana del Valle de México 2014.** Aguascalientes: INEGI, 2014. Disponible em: <[https://www.inegi.org.mx/contenido/productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva\\_estruc/702825068318.pdf](https://www.inegi.org.mx/contenido/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/702825068318.pdf)>. Acceso em: 30 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Exportaciones anuales por subsector de actividad SCIAN de Ciudad de México:** Serie anual 2007-2019. INEGI, 2020a. Disponible em: <<https://www.inegi.org.mx/temas/exportacionesef/#Tabulados>>. Acceso em: 15 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de bienestar por entidad federativa: tasa de homicídios.** Disponible em: <[https://www.inegi.org.mx/app/tabulados/interactivos/?pxq=Mortalidad\\_Mortalidad\\_08\\_9456001e-ee48-41d4-b3d4-bdf4fc6de9ea#variables](https://www.inegi.org.mx/app/tabulados/interactivos/?pxq=Mortalidad_Mortalidad_08_9456001e-ee48-41d4-b3d4-bdf4fc6de9ea#variables)>. Acceso em: 13 nov. 2020b.

INSTITUTO NACIONAL PARA EL FEDERALISMO Y EL DESAROLLO MUNICIPAL - INAFED. **Enciclopedia de los municipios y delegaciones de México - Distrito Federal.** INAFED, 2010. Disponible em: <<http://www.inafed.gob.mx/work/enciclopedia/EMM09DF/historia.html>>. Acceso em: 06 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil**: Emplasa. IPEA, 2013. Disponível em:

<[https://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca\\_metropolitana/rel\\_1\\_1\\_caracterizacao\\_rmstp.pdf](https://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel_1_1_caracterizacao_rmstp.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Indicadores sociais e metropolitanos. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 17, jul.-dez. 2017. p. 147-156.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL – IPPDH. **Migrantes regionais na cidade de São Paulo**: direitos sociais e políticas públicas. IPPDH, 2017. Disponível em: <<http://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2017/01/San-Pablo-web-final-PT-BR.pdf>> Acesso em: 03 set. 2020.

JIMÉNEZ ORNELAS, René; REYES GARCÍA, Dalia. La violencia social en México. In: GIMÉNEZ, Gilberto; JIMÉNEZ, René (coord.). **La violencia en México a la luz de las ciencias sociales**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2017. p. 35-76.

KHARAS, Homi; REMES, Jaana. As cities go smart, vulnerable populations are pushed further to the margins. **Eco-Business**, 11 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.eco-business.com/news/as-cities-go-smart-vulnerable-populations-are-pushed-further-to-the-margins/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LATINOBARÓMETRO. Santiago: Corporación Latinobarómetro. **Latinobarómetro database 2018**. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

LIMA, Marcia; PRATES, Ian. Racial inequalities in Brazil: a persistent challenge. In: ARRETICHE, Marta (ed.). **Paths of inequality in Brazil**: a half-century of changes. Cham: Springer, 2019. p. 113-134.

LUISELLI FERNÁNDEZ, Cassio. Los desafíos del México urbano. **Economía UNAM**, v. 16, n. 46, jan-abr 2019, p. 183-195. Disponível em: <<http://revistaeconomia.unam.mx/index.php/ecu/article/view/444/489>>. Acesso em: 25 set. 2020.

LUSTIG; Nora C.; SZÉKELY, Miguel. **México**: evolución económica, pobreza y desigualdad. Washington D. C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21-33, out. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 mai. 2020.

MÁTTAR, Jorge; RIFFO PÉREZ, Luis. Notas sobre o desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe e os desafios para a mudança estrutural com igualdade. **Boletim IPEA**, n. 11, jan.-jun. 2015. p. 11-16.

MCGUIRE; James W. Social policies in Latin America: causes, characteristics and consequences. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR; Deborah J. (eds.). **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York: Routledge, 2012. p. 200-223.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Painel de Informações da RAIS 2019**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MENDONÇA, Sônia R. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Y. L. et al. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 319-344.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUNDY, Barbara E. **The death of Aztec Tenochtitlán, the life of Mexico City**. Austin: University of Texas Press, 2015.

MUÑIZ, Iván; SÁNCHEZ, Vania; GARCÍA-LÓPEZ, Miquel-Ángel. Estructura espacial y densidad de población en la ZMVM 1995-2010: evolución de um sistema urbano policêntrico. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 41, n. 122, p. 75-102, jan. 2015. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v41n122/art04.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

NERI, Marcelo. A dinâmica da redistribuição trabalhista. In: BARROS, Ricardo P.; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. IPEA, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA ECONOMIA CATARINENSE – NECAT UFSC. **Valor da Transformação Industrial (IBGE)**. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/valor-de-transformacao-industrial-ibge/>>. Última modificação: 01 nov. 2020.

OBSERVATÓRIO METROPOLITANO RMC. **Salário médio nas metrópoles paulistas (janeiro a setembro de 2013)**. Campinas, 2013. Disponível em: <[http://www.agemcamp.sp.gov.br/observatorio/index.php?option=com\\_content&limitst=565#:~:text=Percebe%2Dse%20que%20no%20Setor,3%25%20do%20registrado%20na%20RMSP](http://www.agemcamp.sp.gov.br/observatorio/index.php?option=com_content&limitst=565#:~:text=Percebe%2Dse%20que%20no%20Setor,3%25%20do%20registrado%20na%20RMSP)>. Acesso em: 15 nov. 2020.

O'DONNELL, Guillermo. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 36, p. 123-145, jul. 1993.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **OECD Territorial Reviews: Valle de México, Mexico**. Paris: OECD Publishing, 2015.

\_\_\_\_\_. **Subnational government country profile – Brazil**. OECD, 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/regional/regional-policy/profile-Brazil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Regions and cities at a glance 2018 – Mexico**. OECD, 2019. Disponível em: <<https://oe.cd/pub/2n9>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE – OPHI. **Global MPI Country Briefing 2018: Brazil** (Latin America and the Caribbean). Oxford: University of Oxford, 2018.

PALMA, José Gabriel. Theories of dependency. In: DUTT, Amitava K.; ROS, Jaime (eds.). **International Handbook of Development Economics**, vol. 1. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2008. p. 125-135.

PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lucia M. M. São Paulo na transição demográfica. In: BÓGUS, Lucia M. M.; PASTERNAK, Suzana (eds.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 77-110. Disponível em: <[https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook\\_file/serie\\_ordemurbana\\_saopaulo.pdf](https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_saopaulo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PEIXOTO-MEHRTEENS, Cristina. **Urban space and national identity in early twentieth century São Paulo, Brazil: crafting modernity**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

PÉREZ CAMPUZANO, Enrique; SANTOS CERQUERA, Clemencia. Tendencias recientes de la migración en México. **Papeles de población**, v. 19, n. 76, abr./jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-74252013000200003](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252013000200003)>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PHILLIPS, Nicola. The dynamics of asymmetrical development: Latin America in the global economy. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; COVARRUBIAS, Ana (eds.). **Routledge Handbook of Latin America in the world**. New York and London: Routledge, 2015. p. 85-96.

PRADILLAS COBO, Emilio. Zona Metropolitana del Valle de México: neoliberalismo y contradicciones urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, mai/ago 2016, p. 54-89. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/v18n42/1517-4522-soc-18-42-00054.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

PRADO JR. Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y sus principales problemas**. Santiago, Chile: CEPAL, 1949.

PROCURADURÍA AMBIENTAL Y DEL ORDENAMIENTO TERRITORIAL DE LA CIUDAD DE MÉXICO – PAOT. **Programa para mejorar la calidad del aire de la Zona Metropolitana del Valle de México 2002-2010**. Ciudad de México: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2002.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO – PNUD. **Índice de Desarrollo Municipal en México: nueva metodología**. Ciudad de México: PNUD, 2014. Disponível em: <<https://www.mx.undp.org/content/mexico/es/home/library/poverty/idh-municipal-en-mexico--nueva-metodologia.html>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Informe regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe: Progreso multidimensional: más allá del ingreso**. PNUD, 2016a.



- \_\_\_\_\_. **Informe de desarrollo humano municipal 2010-2015**. PNUD, 2016b.
- \_\_\_\_\_. **Transformando México desde lo local: informe de desarrollo humano municipal 2010-2015**. Ciudad de México: PNUD, 2019. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/mexico/docs/Publicaciones/PublicacionesReduccionPobreza/InformesDesarrolloHumano/idhmunicipal20102015/Informe%20IDHMunicipal-completo.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- RAMOS, Aldair A. **Municípios de la Zona Metropolitana del Valle de México**. Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología – CONACYT, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1XGEFSbMAQdu8AeJJ0YLiM5aY7Uhz-TMW/view>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; RODRIGUES, Juciano Martins. Estatuto das Metrôpoles: o que esperar? Avanços, limites e desafios. **Observatório das Metrôpoles**, 2015. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/estatuto-da-metropole-avancos-limites-e-desafios/>> Acesso em: 05 nov. 2019.
- ROBINSON, Jennifer. Global and world cities: a view from off the map. **International journal of urban and regional research**, v. 26.3, set. 2002. p. 531-554.
- ROJAS, Liliana R.; GODÍNEZ ENCISO, Juan A. Evolución y cambio industrial em las Zonas Metropolitanas del Valle de México y Toluca, 1993-2018. **Análisis económico**, n. 77, v. 31, 2016. p. 115-146.
- ROMERO, José Luis. **Latinoamerica, las ciudades y las ideas**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.
- ROMO, Raúl. La migración intrametropolitana em México: predominante y estable. In: CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN – CONAPO. **La situación demográfica de México 2018**. Ciudad de México: Conapo, 2019. p. 107-122. Disponível em: <<https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/491895/p108-p123.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SANTOS, Isabel C.; PAGANOTTI, José A. O processo inovativo na indústria automotiva: uma análise do cluster automotivo na Região do Grande ABC. **Gestão e regionalidade**, v.35, n.105, 2019. p. 200-217. Disponível em: <[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/5303/2758](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/5303/2758)>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SEN, Amartya. **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 2000.
- SERRAO, Rafael S.; DIAS, João M. P. A Metrôpole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: BÓGUS, Lucia M. M.; PASTERNAK, Suzana (eds.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 52-76. Disponível em: <[https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook\\_file/serie\\_ordemurbana\\_saopaulo.pdf](https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_saopaulo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- SEVERIAN, Danilo. Dinâmica industrial na região metropolitana de São Paulo: uma análise do período 2000-2015. **Boletim regional, urbano e ambiental IPEA**, Brasília, n. 18, jan.-jun. 2018. p. 37-46. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8461/1/BRU\\_n18\\_Din%C3%A2mica.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8461/1/BRU_n18_Din%C3%A2mica.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SILVA, Késia A. A. da; CUNHA, José M. P. da; ORTEGA, Guilherme M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metropolitanos**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 721-748, set/dez 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cm/v19n40/2236-9996-cm-19-40-0721.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Estimativas da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas de participação e de desemprego total – RMSP**. Fundação SEADE, 2019a. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/produtos/ped-rmsp-tabelas-anuais-2/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Mapa da indústria paulista 2003-2016**. São Paulo: SEADE, 2019b. Disponível em: <[https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/MapaIndustria\\_abril2019.pdf](https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/MapaIndustria_abril2019.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Leitos de internação e leitos do Sistema Único de Saúde – SUS**. Informações dos Municípios Paulistas, SEADE, 2020a. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto a preço de mercado total e per capita e população residente, RMSP, 2002-2019**. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/produtos2/>>. Acesso em: 12 nov. 2020b.

\_\_\_\_\_. **PIB Regional, 2º trimestre de 2020**. SEADE, 2020. Disponível em: <[https://www.seade.gov.br/produtos2/midia/2020/09/PIB\\_Regional\\_2trim\\_final\\_21092020.pdf](https://www.seade.gov.br/produtos2/midia/2020/09/PIB_Regional_2trim_final_21092020.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2020c.

SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIGRH. **Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: sumário executivo**. São Paulo: Fundação Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7111/pat\\_sumario\\_executivo.pdf](http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7111/pat_sumario_executivo.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMACIÓN MUNICIPAL – SNIM. **Base de datos: Índice de Desarrollo Humano 2015**. Disponível em: <<http://www.snim.rami.gob.mx/>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Paris, 2009. Disponível em: <[https://www.cps.fgv.br/ibrecps/nw/rapport\\_anglais\\_1-18.pdf](https://www.cps.fgv.br/ibrecps/nw/rapport_anglais_1-18.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2020.

STORPER, Michael. Why does a city grow? Specialization, human capital, or institutions? **Urban Studies**, n. 47, v. 10, p. 2027-2050, 2010. Disponível em: <<https://hal-sciencespo.archives-ouvertes.fr/hal-01023792>> Acesso em: 25 out. 2020.

STORPER, Michael, et al. **The rise and fall of urban economies: lessons from San Francisco and Los Angeles**. Stanford: Stanford University Press, 2015.

STREETEN, Paul. The meaning and measurement of development. In: DUTT, Amitava K.; ROS, Jaime (eds.). **International Handbook of Development Economics**, vol. 1. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2008. p. 3-15.

TAUNAY, Affonso de E. História da cidade **de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, 2004. [Edições do Senado Federal n. 23].

TAVARES, Jeferson. Formação da macrometrópole no Brasil: processo de urbanização e a constituição de uma região ganhadora. **Ambiente e sociedade**, São Paulo, v. 23, online, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc201901221r1vu202012de>>. Acesso em: 20 set. 2020.

TEICHMAN, Judith. Violent conflict and unequal development: the case of Mexico. In: ASCHER, William; MIROVITSKAYA, Natalia (eds.). **Economic development strategies and the evolution of violence in Latin America**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 41-69.

TIGAU, Camelia. **Riesgos de la fuga de cerebros en México**: construcción mediática, posturas gubernamentales y expectativas de los migrantes. Ciudad de México: UNAM, 2013.

UNITED NATIONS – UN. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Urbanization Prospects: the 2018 revision**, online edition. UN, 2018. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/Download/>> Acesso em: 17 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Population Prospects 2019**, online edition. UN, 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>> Acesso em: 17 mar. 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human development data (1990-2018)**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 22 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Human development report 2019, beyond income, beyond averages, beyond today**: inequalities in human development in the 21<sup>st</sup> century. New York: UNDP, 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

VALENZUELA-AGUILERA, Alfonso. Topología del miedo: impactos en la percepción espacial de la seguridad em América Latina. **Revista latinoamericana de estudios de seguridad**, Quito, Equador, n. 19, p. 146-161, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17141/urvio.19.2016.2411>> Acesso em: 01 out. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WEISS, Eli; ROSENBLATT, David. Regional economic growth in Mexico: recent evolution and the role of governance. **World Bank Policy Research Working Paper** 5369, jul. 2010.

WEISS, John; JALILIAN, Hossein. Manufacturing as an engine of growth. In: WEISS, John; TRIBE, Michael (eds.). **Routledge Handbook of industry and development**. London: Routledge, 2015.

WOETZEL, Jonathan et al. **Urban World: meeting the demographic challenge**. Nova Iorque: McKinsey & Company, 2016. Disponível em: <[https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Urbanization/Urban%20world%20Meeting%20the%20demographic%20challenge%20in%20cities/Urban-World-Demographic-Challenge\\_Full-report.ashx](https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Urbanization/Urban%20world%20Meeting%20the%20demographic%20challenge%20in%20cities/Urban-World-Demographic-Challenge_Full-report.ashx)>. Acesso em: 16 set. 2019.

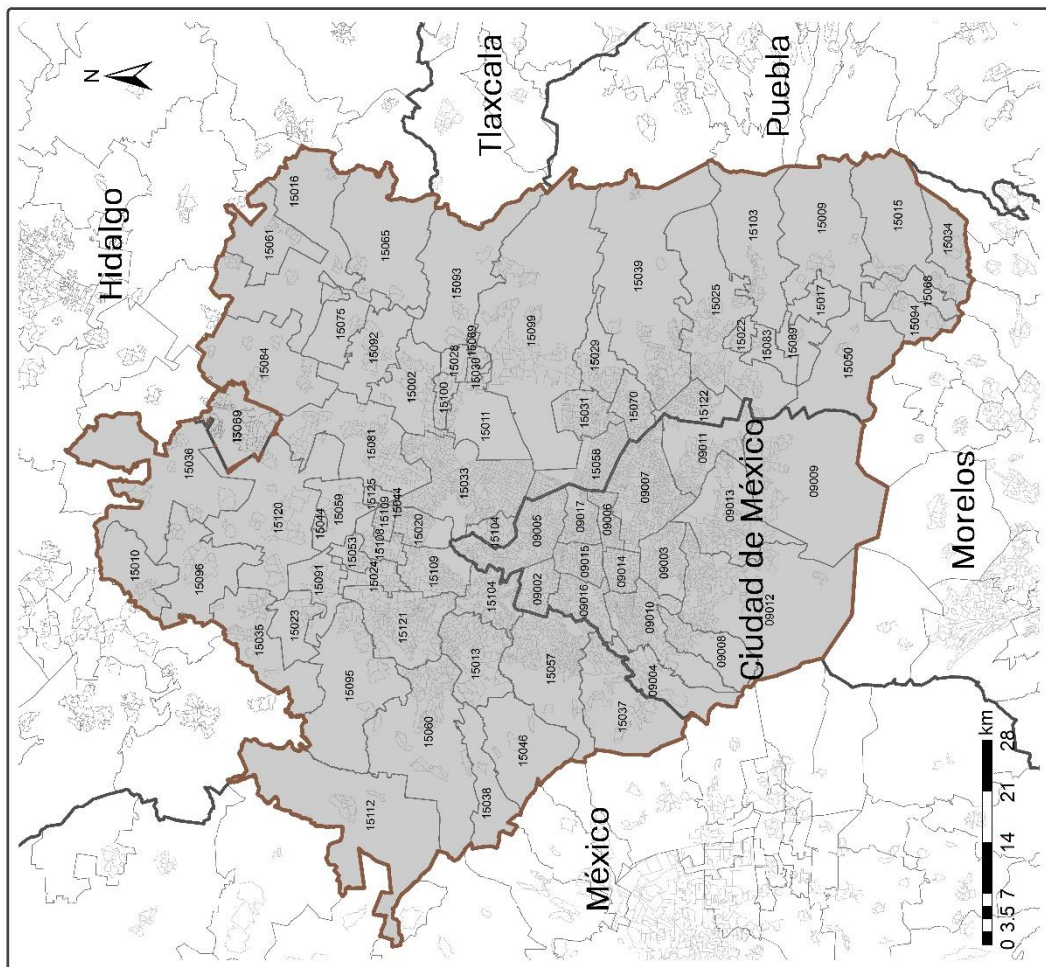
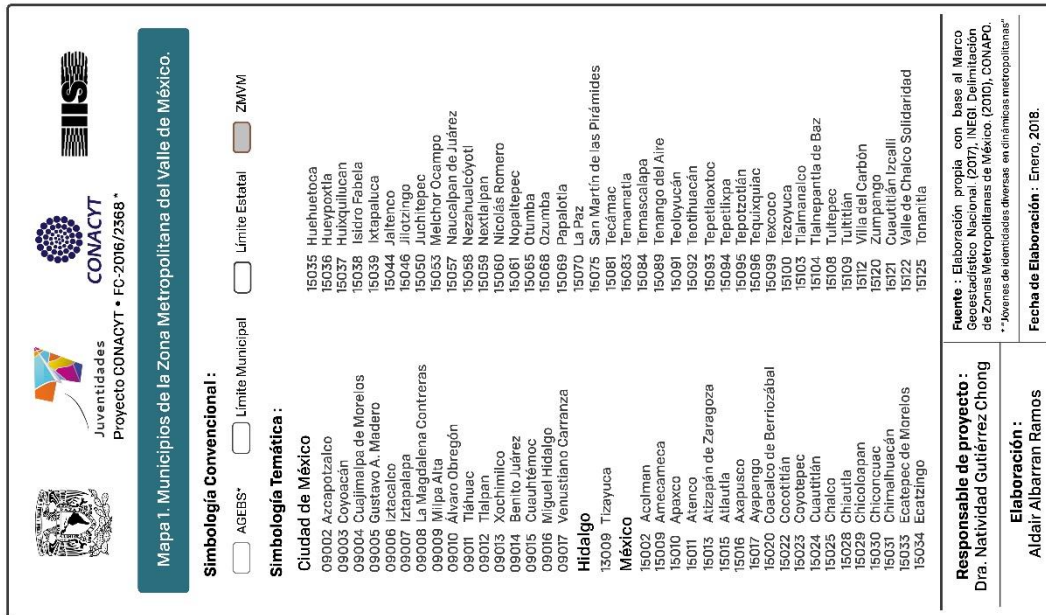
WORLD BANK - WB. **Población urbana (% del total)** – Brazil, Mexico. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SP.URB.TOTL.IN.ZS?locations=BR-MX>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

WORLD BANK DATA – WB Data. **GDP per capita, PPP (current international \$) – Mexico, Brazil**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.PP.CD?locations=MX-BR>>. Acesso em: 23 out. 2020a.

\_\_\_\_\_. **GDP growth, annual (%) – Mexico, Brazil**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=MX-BR>>. Acesso em: 11 nov. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Gini index (World Bank estimate)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI>>. Acesso em: 11 nov. 2020c.

## ANEXO A – MAPA POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO MÉXICO (ZMVM)



Fonte: (RAMOS, 2018, online).

